

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**REFORMA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DE JOVENS APOSENTADOS**

Autora: Amália Cardoso Alves

Dissertação apresentada ao Departamento
de Sociologia da Universidade de
Brasília/UnB como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre.

Brasília, agosto de 2007

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**REFORMA PREVIDENCIÁRIA BRASILEIRA E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS DE JOVENS APOSENTADOS**

Autora: Amália Cardoso Alves

Orientadora: Doutora Maria Stela Grossi Porto (UnB)

Banca: Prof^a. Doutora Maria Stela Grossi Porto (UnB)
Prof^a. Doutora Fernanda Antônia da Fonseca Cabral (UnB)
Prof^a. Doutora Márcia de Melo Martins Kuyumjian (UnB)
Prof^a. Doutora Anália Laura Soria Batista (UnB)

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me dado forças para realizar esta meta de extrema importância na minha vida acadêmica.

À professora Dra. Maria Stela Grossi Porto, que detectou as minhas limitações e soube orientar-me com muita competência e profissionalismo. A ela, todo o meu respeito e admiração.

Ao meu marido, Claudinei Mariano Alves, companheiro de todas as horas, que abdicou de vários momentos em comum, para que eu pudesse estudar e me dedicar ao meu objetivo.

Aos meus filhos, Ivan, Karen e Mariana, que, por várias vezes neste período, tiveram de caminhar sozinhos, pois eu estive completamente imersa na minha dissertação.

Aos meus pais, José Reinaldo e Maria Marta, que perderam noites de sono me acompanhando, levando-me lanches, para que eu pudesse me sentir mais confortável durante as noites de trabalho.

Ao meu amigo, Professor Paulo Sérgio, que muito me ajudou com os diálogos esclarecedores que tivemos e que, nos momentos mais difíceis, sempre esteve ao meu lado, incentivando-me.

A todos os entrevistados, que gentilmente colaboraram com o meu trabalho e foram fundamentais na elaboração desta dissertação.

Ao amigo Gilson Couto que nos momentos que tive que me dedicar exclusivamente ao mestrado, assumiu todo o planejamento do trabalho que fazíamos em conjunto.

Aos amigos Delander e Florisvaldo, que suscitaram em mim a vontade de obter o título de Mestre.

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, que acreditaram na minha capacidade.

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a Reforma Previdenciária Brasileira e as Representações Sociais de Jovens Aposentados e como objetivo identificar esses aposentados no contexto social da cidade de Araxá, analisando as inseguranças que os levaram a uma aposentadoria precoce. Aborda, ainda, alguns conceitos e categorias que nortearam esta pesquisa, tais como: velhice, terceira idade, trabalho, tempo, espaço e identidade. O ponto de partida foi a relação existente entre trabalho e aposentadoria, apresentando-se alguns modelos previdenciários latino-americanos, comparando-os ao modelo implantado no Brasil. Dentro desse enfoque, foi traçado o caminho percorrido pelos jovens aposentados, desde a expectativa da aposentadoria até a sua efetivação, mostrando-se que o trabalho possui uma importância fundamental na vida social dos aposentados, os quais possuíam capacidade produtiva no ato da aposentadoria e, conseqüentemente, continuaram trabalhando, assumindo uma identidade inerente ao contexto histórico e político vigente. Nesse sentido, as representações sociais de jovens aposentados foram analisadas visando a uma compreensão do momento vivenciado por aposentados de empresas extrativistas, em Araxá. Tais representações são tomadas como instrumento empírico, fundamentais ao conhecimento dos efeitos provocados pela Reforma Previdenciária. A dissertação ressalta que, com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, tornou-se necessária uma reforma do sistema previdenciário. Como as mudanças poderiam interferir nos interesses dos trabalhadores que já se aproximavam do momento da aposentadoria, mas ainda com grande capacidade produtiva, estes resolveram aposentar-se mesmo antes de completarem o prazo determinado pelas normas previdenciárias para uma aposentadoria integral. Na realidade, os jovens aposentados passaram por dois períodos distintos. No primeiro, a incerteza causada pela reforma em andamento tomou conta de seu cotidiano, modificando seus planos. No segundo momento, eles passaram por um período de calma, pois haviam se aposentado e continuaram trabalhando, e muitos até nem chegaram a deixar o trabalho que executavam antes da aposentadoria.

Palavras-chave: Reforma previdenciária; jovens aposentados; representações sociais.

Abstract

The subject of this work is the Reform of the Brazilian Welfare System and the Social Representations of Young Retirees and its goal is to identify these retirees in the social context of the city of Araxá, taking into account the insecurities that lead them to the early retirement. It also discusses some concepts and categories that spearheaded this work, such as: old age, elderly, work, time and space and identity. The starting point was the existing relation between work and retirement, showing some Latin American Welfare System Models comparing them to the models implemented in Brazil. Bearing this in mind, it was possible to outline the path followed by the Young retirees since their expectation to be retired until it actually became true, showing that the job has a fundamental importance in the social life of the retirees that still had productive capacity at the time of their retirement and went on working, taking up an identity inherent to the historical and political context. In this way, the social representations and the young retirees were analyzed aiming for the understanding of the moment lived by the retirees from the extractive industry, in Araxá. Such representations were taken as empiric instruments, fundamental to the knowledge of the effects provoked by the Welfare Reform. This abstract points out that, with the increase of the life expectancy of the Brazilians, a reform of the Welfare System has become necessary. As these changes might affect the interests of the workers near retirement, yet still having great productive capacity, these workers decided to resort to retirement even before they complete the period determined by the welfare norms for full retirement benefits. In fact, the young retirees have gone through two distinct periods, in the first, the uncertainty caused by the undergoing reform became a part of their routine, changing their plans. In a second moment they underwent a calm period, since they had retired and continued working, although many did not even leave the job they worked before retiring.

Key words: Reform on the Brazilian Social Welfare System; young retirees; social representations.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	12
CENÁRIO DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	
CAPÍTULO II	
REFORMA PREVIDENCIÁRIA: UMA REALIDADE NA AMÉRICA LATINA NOS ANOS 90	27
3.1 Histórico dos modelos previdenciários na América Latina	27
3.2 Modelo de Reforma Previdenciária adotado pelo Brasil	34
3.3 Evolução histórica do sistema previdenciário brasileiro	38
3.4 Aposentadoria precoce: efeitos da Emenda Constitucional nº. 20?	43
CAPÍTULO III	
DEFINIÇÕES SOBRE A VELHICE	45
CAPÍTULO IV	
TRABALHO, IDENTIDADE NO TEMPO E NO ESPAÇO	59
4.1 Trabalho e identidade	59
4.2 Tempo, espaço e modernidade	74
CAPÍTULO V	
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS APOSENTADOS: DO CONCEITO TEÓRICO A CATEGORIAS EMPÍRICAS	84
5.1 Estratégias metodológicas	92
5.2 Análise dos dados: aspectos quantitativos	95
5.3 Análise dos dados: aspectos qualitativos através das Representações Sociais	101
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	126
GLOSSÁRIO	133
ROTEIRO DE ENTREVISTAS	134

Introdução

Esta dissertação tem como tema central as representações sociais de jovens aposentados, associadas à Reforma Previdenciária de 1998, com o objetivo de entender como os funcionários de três empresas extrativistas da cidade de Araxá, interior de Minas Gerais, vivenciaram uma inquietude que provocou uma aposentadoria “precoce”, face ao tempo anteriormente previsto para o requerimento de uma aposentadoria integral.

A hipótese que orientou a discussão foi a de que essa reforma, levada a efeito entre 1994 e 1998, trouxe ansiedades e temores ao referido grupo de trabalhadores, levando-os a buscar na aposentadoria a garantia de seus direitos constitucionais. Ao fazê-lo, porém, algo se modifica em suas identidades.

A idéia de estudar esse tema surgiu da observação sistemática do contexto social da cidade de Araxá, que é uma cidade turística e recebe várias pessoas, que para lá se dirigem, na busca de descanso e lazer.

Dentre esses turistas, encontravam-se aposentados que não possuíam uma aparência de pessoas já idosas e sem préstimo para o trabalho, de acordo com a visão usual atribuída aos aposentados pela população brasileira. Tradicionalmente, no nosso País, a construção social da aposentadoria salienta a figura do aposentado como um indivíduo improdutivo, que já cumpriu o seu papel perante a sociedade, podendo ser descartado das relações sociais. São tachados de idosos, independentemente do potencial que ainda possam ter para o trabalho.

Os aposentados em questão, ao contrário, possuíam características diferenciadas dos demais que outrora visitavam a cidade. A partir dessa observação, foi constatado que estava ocorrendo uma mudança no perfil dos aposentados brasileiros e que uma nova categoria estava se formando: a de aposentados mais jovens, com potencial produtivo e longe do conceito de velhice.

Um olhar mais atento identificou que esse era também o perfil dos aposentados araxaenses. Uma questão veio à tona de imediato: qual o motivo dessa transformação?

Algumas entrevistas exploratórias identificaram que a Reforma Previdenciária de 1998 estaria provocando tais modificações no cenário histórico e social. O que se observava eram pessoas aposentadas com idade média de 50 anos e que demonstravam, por meio de suas representações, que não haviam se programado para uma mudança repentina dos seus costumes como trabalhadores ativos.

O quadro que ficou exposto era o de trabalhadores aposentados e jovens pelos padrões de expectativa de vida. Por essa razão, esses aposentados serão denominados nesta dissertação “jovens aposentados”, categoria que visa a identificar os trabalhadores que optaram por uma aposentadoria “precoce”, ou seja, quando ainda possuíam um grande potencial para o trabalho.

Para esses trabalhadores, a aposentadoria trouxe grandes impactos: afetou as suas relações sociais, favorecendo a construção de uma identidade específica, na maioria das vezes, suscitando um sentimento de não-pertencimento ao grupo regular de aposentados. Estavam aposentados **de direito**, mas não se sentiam aposentados **de fato**.

Como variáveis capazes de auxiliar na compreensão do objeto de estudo, que é o jovem aposentado, serão analisadas questões referentes à modernidade, ao trabalho, à identidade, ao tempo e ao espaço, à reforma previdenciária e às representações sociais do jovem aposentado.

Quanto à organização, o texto está dividido em cinco capítulos, que visam a analisar, com base teórica, o momento vivenciado por esses jovens aposentados.

O primeiro capítulo, “Cenário da construção do objeto de pesquisa”, refere-se a um breve passeio pelas estâncias hidrominerais de Minas Gerais, com o intuito de demonstrar que, nos últimos anos, foi verificado um crescimento turístico em tais estâncias, em virtude do surgimento de um novo público, os jovens aposentados.

Cidades mineiras, como São Lourenço, Caxambu, Cambuquira, Baependi e Lambari, que fazem parte do *Circuito das Águas*, assim como Araxá e Poços de Caldas, modelaram atividades oferecidas, em função desse acontecimento.

Araxá, como as demais estâncias hidrominerais mineiras, possui sua receita aquecida pelos numerosos turistas que visitam essa cidade mineira, dentre os quais, tradicionalmente se destacam os aposentados.

Para a obtenção dos dados sobre o *Circuito das Águas*, foram utilizados alguns *sites* do Governo e obras relacionadas à História de Minas Gerais. Houve muita dificuldade em encontrar fontes bibliográficas que não fossem livros didáticos ou revistas direcionadas a turistas.

O primeiro capítulo traz, também, a localização do município de Araxá, na qualidade de estância hidromineral mineira e um histórico das empresas extrativistas que serviram de suporte para esta dissertação.

O segundo capítulo está dividido em quatro partes e inicia-se com um histórico das Reformas Previdenciárias na América Latina, apoiado teoricamente pelas obras de Carmelo Mesa Lago e Katharina Muller, Vera Schattan P.Coelho, Eli Iôla Gurgel

Andrade, Stephen J. Kay, Júlio de Assis Simões, Reinhold Stephanes, e dados do *site* da previdência social www.previdenciasocial.gov.br.

Tem-se como finalidade, nessa etapa, salientar que, no final dos anos 80, os países da América Latina tiveram de rever seriamente seus sistemas previdenciários, em virtude de eles passarem por um desequilíbrio. Dessa forma, a reforma que aconteceu no Brasil em 1998 não foi um fato isolado, e, sim, parte de um contexto maior: o latino, no qual cada Estado estabeleceu suas próprias diretrizes.

A segunda parte do segundo capítulo trata especificamente do modelo de reforma previdenciária incremental adotado pelo Brasil e de suas características, que são bem diferentes das reformas estruturais processadas nos países vizinhos.

Na seqüência, a terceira parte traça a evolução histórica do sistema previdenciário brasileiro, iniciando-se pelas caixas de pensões, que funcionavam de maneira descentralizada, passando pela criação do Ministério da Previdência Social e a estruturação do atual sistema, na década de 90.

O quarto tópico desse capítulo visa a entender os efeitos provocados pela Emenda Constitucional nº. 20 na aposentadoria da classe trabalhadora brasileira.

Com o impacto da Reforma Previdenciária de 1998, verificaram-se inquietudes por parte dos trabalhadores brasileiros, caracterizadas por um aumento na quantidade de pedidos de aposentadoria, e pelo alto número de trabalhadores que se aposentavam precocemente, surgindo, deste fato, uma nova categoria de aposentados, com identidade própria, distinta das anteriores.

O terceiro capítulo, intitulado “Definições sobre a velhice”, busca uma definição do termo *velhice*, associado à terceira idade e ao idoso. Tem como objetivo estabelecer alguns parâmetros analíticos com relação à velhice para uma melhor compreensão do objeto desta dissertação.

Como aporte teórico central do terceiro capítulo, quatro obras foram destacadas: “Envelhecimento e Imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro”, de Clarice Peixoto, “Terceira idade: desafios para o terceiro milênio” de Renato P. Veras, “A velhice”, de Simone de Beauvoir e “A velhice, o tempo e a morte: subsídios para possíveis avanços do estudo”, de Altair Macedo Lahud Loureiro.

Tais obras foram importantes na tarefa de salientar os aspectos biológicos, culturais, históricos, psicológicos e sociais da velhice e as suas representações sociais.

Quando uma pessoa pode ser considerada velha? Que características permitiriam considerar alguém velho? Qual a representação social da velhice?

Somente a partir dessas questões, a análise se centra no jovem aposentado, apontando por que ele não se enquadra nos parâmetros sociais estabelecidos para um “velho aposentado”.

O quarto capítulo “Trabalho, identidade no tempo e no espaço” está dividido em duas partes.

A primeira estabelece, conceitualmente, uma relação entre trabalho e identidade, apontando as mudanças acontecidas e suas conseqüências sobre a identidade do trabalhador.

Para entender a importância do trabalho na sociedade contemporânea e a nova identidade assumida pelos jovens aposentados, contou-se com o auxílio de Manuel Castells e de autores como: Mário César Ferreira, Maria de Fátima de Souza Santos, Márcia de Melo Martins Kuyumjian, Leonel Itaussu Mello e Luís César A. Costa, e Sônia M. Guimarães Laranjeira, os quais elucidaram questões relativas ao trabalho, constituindo-se em subsídios importantes para a análise das representações sociais.

A segunda parte do quarto capítulo retrata as manifestações temporais, em uma análise religiosa, histórica e social, tendo como principais teóricos Norbert Elias, Stuart Hall e Anthony Giddens. Conta, também, com o aporte teórico de Abdias Vilar de Carvalho, Leonel Itaussu Melo e Luís César Costa.

Na relação tempo e sociedade, alguns símbolos são fundamentais para a análise das representações sociais dos aposentados. O início das atividades produtivas, assim como os acontecimentos sociais, são datados, e, para a eficiência dessa ordem linear entre passado, presente e futuro, necessita-se de símbolos indicativos da cronologia social.

O quinto capítulo, ao tratar das “Representações sociais de jovens aposentados”, tem como objetivo demonstrar as estratégias metodológicas utilizadas na dissertação, assim como as análises desenvolvidas por intermédio de dados quantitativos e qualitativos. Esses últimos, na forma de representações de jovens aposentados que foram entrevistados.

Tais representações ganham relevância como um importante instrumento de reflexão, com o apoio teórico do clássico Émile Durkheim, juntamente com a contribuição de Serge Moscovici, Maria Cecília de Souza Minayo, Maria Stela Grossi Porto, Pedrinho Guareschi, Sandra Jovchelovitch, , Ângela Maria de Oliveira Almeida, Renata Lira dos Santos Aléssio, Denise Jodelet, Maria de Fátima de Souza Santos, Fátima Maria Leite Cruz e Márcio Oliveira.

A importância desse quinto capítulo está na construção do perfil do jovem aposentado, a partir das suas representações sociais. O que se pretende mostrar com os depoimentos é a reestruturação do cotidiano do trabalhador após a aposentadoria, em sua vida familiar e coletiva. “Os relatos são fatos da vida coletiva, são experiências que trazem o desejo de reconhecimento, a inserção como sujeito ou como testemunha, o abrir-se para o mundo, o que significa partilhar, tanto no significado de compartilhar como de dividir” (CARVALHO, 2002:169)

Foram citados somente alguns autores que compuseram a fundamentação teórica desta dissertação, outros autores irão se incorporar ao texto à medida que for evoluindo a análise proposta.

As conseqüências da Reforma Previdenciária de 1998 para os jovens aposentados, trabalhadores das indústrias extrativistas do interior de Minas Gerais, seu cotidiano, seus temores e a nova categoria que se formou, isso é o que será apresentado nesta dissertação. Para isso, as representações dos entrevistados serão o ponto de partida para as análises feitas em conformidade com as teorias escolhidas para darem sustentação ao trabalho.

CENÁRIO DA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O Estado de Minas Gerais está localizado na região Sudeste e é o quarto maior estado brasileiro, sendo o segundo mais populoso. Segundo dados de 2005 do IBGE, esse Estado possui uma área aproximada de 586.528,293 km², com uma população de 19.237.450 habitantes, tendo como capital a cidade de Belo Horizonte.

Historicamente, Minas Gerais obteve sua formação a partir dos bandeirantes paulistas, que, no Século XVI, abriram caminho pelos sertões, em busca de ouro e pedras preciosas.

No Século XVII, houve uma verdadeira corrida para o interior de Minas Gerais, com a esperança de um enriquecimento rápido, resultante da descoberta do ouro. Esse fato marcou o início da ocupação do território mineiro, uma vez que pessoas oriundas de várias localidades se deslocaram para este estado.

Como Minas se tornou um pólo econômico pela quantidade de ouro retirado de suas terras, no Século XVIII presenciou-se o rápido povoamento, e o ouro foi o protagonista da história mineira até meados do século. Com a decaída do mesmo, o cenário é modificado, entrando em cena o café.

Com o café, surgem empresas de pequeno e médio porte, principalmente na área alimentícia, e, durante vários anos, esse se tornou o principal produto agrícola. Somente a partir de 1930 é que a indústria siderúrgica mineira se estabelece, dando vazão também à extração mineral.

“Do ponto de vista econômico, o estado mineiro é o terceiro entre os estados brasileiros tendo atividades diversificadas e que ganham espaço a cada dia. Em 2004, o setor de serviços correspondeu a 45,54% do PIB, seguido pelo setor industrial que alcançou 45,32% e pelo agropecuário 9,14%”.¹

O setor de indústrias cresceu 5,9% e o setor agropecuário 1,7% em relação a 2004. A indústria extrativista mineral teve um crescimento de 12%, o que caracterizou um recorde para o Estado.

A mineração de Minas corresponde a 35% da produção mineral do País e, em 2004, foram produzidos 263,5 milhões de toneladas de ferro. Além disso, Minas é o maior produtor mundial de nióbio.

¹ Os dados apresentados nesta parte têm como referência o site www.historiademinasgerais (23.10.2006)

Minas Gerais está dividida em 853 municípios e dez regiões econômicas, como demonstrado na tabela abaixo. Araxá localiza-se no Alto Paranaíba e é responsável por 3,6% do PIB (Produto Interno Bruto), sendo vizinha do Triângulo Mineiro, segundo maior índice do PIB (12,7%).

TABELA 1 Regiões Econômicas do Estado de Minas Gerais

REGIÃO ECONÔMICA	PRUDUTO INTERNO BRUTO (PIB)
Central	45%
Triângulo Mineiro	12,7%
Sul de Minas	12%
Zona da Mata	7,5%
Rio Doce	7,3%
Centro Oeste de Minas	4,3%
Norte de Minas	3,9%
Alto Paranaíba	3,6%
Jequitinhonha/Mucuri	2%
Noroeste de Minas	1,7%
TOTAL	100%

Fonte: site www.historiademinas.com.br

Em 2005, o setor de serviços teve um aumento de 3%, tendo o turismo como um dos responsáveis por tal crescimento. Minas Gerais possui, ainda, um dos grandes atrativos do turismo nas cidades históricas. Dentre estas, merecem destaque: Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Tiradentes, São João Del Rei e Diamantina.

Por ser rico em minerais, além das cidades históricas, o Estado de Minas Gerais proporciona aos seus turistas agradáveis passeios em contato com a natureza. Dentre esses locais aprazíveis, encontram-se as fontes de água mineral localizadas no chamado “*Circuito das Águas*”, que está localizado no Sul de Minas Gerais e é composto pelas seguintes cidades: Cambuquira, São Lourenço, Caxambu e Lambari. Acredita-se que essas fontes possuem um poder medicinal e, por essa razão, são muito visitadas, sobretudo por aposentados.

Araxá não é uma cidade do “*Circuito das Águas*”, como se pode verificar nos mapas a seguir, mas é também uma estância hidromineral de grande relevância para o turismo mineiro, proporcionando emprego e renda para o município, como mostrado na seqüência do texto.

O objetivo dos dois mapas apresentados abaixo é o de retratar que Araxá e o “*Circuito das Águas*” estão em regiões diferentes dentro do Estado de Minas Gerais; o “*Circuito das Águas*” se localiza bem ao Sul do Estado e Araxá se localiza mais na área central. Mas, apesar da distância, as atividades desenvolvidas nessas cidades possuem grande similaridade.

Mapa de Minas Gerais Circuito das Águas



Mapa de Minas Gerais Araxá



Araxá é o palco da pesquisa desenvolvida, uma estância hidromineral, como as cidades que compõem o “*Circuito das Águas*”, detalhadas abaixo.

Cambuquira, uma das cidades integrantes desse circuito, foi fundada a partir de uma fazenda pertencente a três irmãs da família Silva Lemes, as quais, não tendo herdeiros, deixaram a fazenda para os escravos.

As terras foram desapropriadas em 1861 e os ex-escravos foram indenizados. Formou-se um povoado, que recebeu o nome de Boa Vista de Cambuquira. Somente em 1970, a cidade foi transformada em estância hidromineral.

Quando foram descobertas as águas medicinais nessas terras, várias pessoas para lá se dirigiram, em busca de cura para seus males.

O acontecimento se equiparou, em proporções menores, à corrida pelo ouro; no entanto, dessa vez, o que as pessoas buscavam era a cura. Numa época em que os remédios eram escassos e não existia cura para várias doenças, que atualmente parecem simples, descobrir águas que serviam não só para saciar a sede foi uma grande descoberta, cumprindo, na maioria das vezes, um papel simbólico mais importante do que o propriamente medicinal.

Em 2004, a população de Cambuquira era de 13.066 habitantes; atualmente Cambuquira conta com sete fontes, seis delas localizadas no Complexo das Águas.

São Lourenço, outra cidade do circuito, tem aproximadamente 40 mil habitantes. Seu clima é ameno, com temperatura média de 18° C, mas, no inverno, chega a 0° C, o que ocasiona geadas, que atraem vários turistas para a cidade.

As conhecidas propriedades minerais das águas são usadas para trazer alívio e bem-estar aos visitantes, que têm à sua disposição banhos, duchas, sessões de

massagem; além de outras atrações, tais como: passeios de charrete, teleférico, artesanato, quitutes, a Casa da Cultura, o Templo da Sociedade Brasileira de Eubiose e mirantes.

Lambari, também localizada no *Circuito das Águas*, é um nome Tupi Araveri e significa uma espécie de “peixe pequeno”. A cidade possui uma população de 19.366 habitantes, e suas nascentes de água mineral foram descobertas em 1780, por Antônio de Araújo Dantas em terras que havia comprado. A partir de 1830, a Câmara Municipal de Campanha desapropriou uma área de seus herdeiros para construir uma proteção para as fontes.

O povoado foi distrito de Campanha até 1901, quando se tornou o município de Águas Virtuosas; hoje, Araguari.

Atualmente uma das principais atrações de Lambari é o seu Lago, pela curiosidade do Cassino que foi construído ao seu lado em 1909 e inaugurado em 1911. Fechado no início dos anos 40, a construção foi restaurada e abriga atualmente o Centro de Convenções do Estado.

Na época em que os jogos eram liberados no Brasil, as cidades turísticas alimentavam suas economias com o capital acumulado por essa modalidade de divertimento. Com a proibição deles, as cidades que sobreviviam do turismo ocasionado em grande parte pelos jogos tiveram de buscar outras alternativas para equilibrar o orçamento. E Lambari, assim como as demais cidades do circuito das águas, se reestruturou através de suas fontes de água mineral.

Localizada na Serra da Mantiqueira, Caxambu, outra cidade do *Circuito das Águas*, possui 23.482 habitantes e seu nome significa “água que borbulha”.

Foi fundada em 1748, a partir de um povoado que se formara ao redor da Capela de Nossa Senhora dos Remédios. As primeiras fontes só foram descobertas em 1814, atraindo inúmeras pessoas com a notícia da existência de águas medicinais na cidade.

Em 1870, foram realizadas as primeiras captações de água no local. Na virada do Século XIX para o Século XX chegaram da França e Bélgica os pavilhões que até hoje protegem as águas. Da Bélgica ainda vieram paisagistas, que introduziram espécies de plantas européias no parque, como os Plátanos, que adornam a aléia principal ao longo do Rio Bengo.

Dentro dos limites do Parque, encontram-se bosques, jardins e alamedas. No lago, a diversão é passear por suas águas de pedalinho ou no cisne. À sua volta, é comum a prática de *cooper* e caminhadas. Ainda no Parque, as crianças podem brincar no playground, com brinquedos educativos em tamanho gigante, ao ar livre. Para os

adeptos de esporte, há duas quadras de vôlei, de tênis e tiro ao alvo. Dentro do espaço do Balneário, de arquitetura neoclássica, há duas piscinas, uma para adultos e outra para crianças, abastecidas com água mineral da Fonte Mayrink, a única neste estilo em toda a América. (www.wikipédia.org)

Em decorrência do grande número de pessoas que visitam Caxambu durante todo o ano, o artesanato em palha, sisal, bambu, assim como as malhas, bordados, tricô, crochê e os produtos alimentícios movimentam a economia da cidade.

O que se pode observar com relação às cidades do *Circuito das Águas* é que elas possuem características semelhantes. Por pertencerem a uma mesma região, o clima é ameno, agradável. São cidades interioranas de Minas Gerais, com população entre 13.000 a 24.000 habitantes, o que justifica a tranquilidade do lugar.

Outro aspecto interessante, com exceção de São Lourenço, que recebeu o nome de um Santo, as demais cidades do circuito possuem nomes indígenas, de origem Tupi.

A economia dessas cidades se processa através dos rendimentos trazidos pelo turismo, que movimenta o setor de serviços, aumentando o produto interno bruto da região.

Além das cidades do *Circuito das Águas* e de Araxá, Minas Gerais conta com mais uma estância hidromineral, famosa pela sua fonte de água mineral, que é Poços de Caldas.

Conhecida como o recanto dos eternos namorados, ou “Cidade das Rosas”, Poços de Caldas se localiza na divisa de Minas Gerais com São Paulo e possui aproximadamente 140.000 habitantes.

Essa região foi descoberta pelos bandeirantes durante o ciclo da mineração, no Século XVIII. Eles descobriram águas que estavam a 45°C e deram nome ao lugar de “Campos das Caldas” do latim “*calidus*”, que quer dizer “quente”.

O povoamento do lugar demorou a se processar. Somente com o declínio da exploração do ouro e com o surgimento de atividades pastoris é que as pessoas começaram a se deslocar para o local e a explorar as fontes existentes.

Desde 1886, funcionava na cidade uma casa de banho, utilizada para tratamento de doenças cutâneas. Ela se servia da água sulfurosa e termal da Fonte dos Macacos. Em 1889 foi fundado, por Pedro Sanches, outro estabelecimento para o mesmo fim, captando água da Fonte Pedro Botelho, no local onde está o parque infantil Darcy Vargas. Ali, a água sulfurosa subia até os depósitos por pressão natural. O balneário não existe mais. Em seu lugar foram construídas, no final dos anos

20, as Thermas Antônio Carlos, um dos mais belos prédios da cidade. (www.wikipédia.org)

Enquanto o jogo esteve liberado no Brasil, Poços de Caldas vivenciou um dos períodos de maior prosperidade de sua história. O próprio Presidente da República à época, Getúlio Vargas, tinha uma suíte especial no Palace Hotel com a mesma decoração do Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

“Figuras ilustres como Silvio Caldas, Carmem Miranda, Orlando Silva, Carlos Galhardo, Rui Barbosa, Santos Dumont, Olavo Bilac e Juscelino Kubitschek desfrutaram das atrações proporcionadas por este recanto das águas” (www.historiademinas.com.br).

Em 1946, houve a proibição dos jogos no Brasil, e Poços de Caldas sofreu um declínio em sua economia, devido ao fechamento de seus cassinos. Aliado a este fato, a descoberta do antibiótico também prejudicou a economia de Poços de Caldas, pois a cura milagrosa advinda de suas águas teve de ceder espaço aos novos medicamentos que estavam sendo produzidos. A alternativa encontrada para superar o abalo da economia foi o ciclo da “Lua de Mel”, uma estratégia de *marketing* que visava explorar os elegantes atrativos turísticos da cidade. Com essa medida, a cidade conseguiu sobreviver, pois continuou ofertando turismo por intermédio das fontes de água mineral, mas com um viés totalmente diferente dos cassinos que existiam anteriormente.

Atualmente, a cidade recebe pessoas do mundo todo com o turismo ecológico, cultural, de aventura e esportes radicais. O clima ameno favorece o turismo. “No inverno, entre abril e setembro, a temperatura média é de 15°C e no verão, de outubro a março, estabelece-se em 21°C, possibilitando uma média anual de 17°C”. (www.historiademinas.com.br).

Como já foi mencionado, a pesquisa-objeto desta dissertação refere-se a uma cidade do interior de Minas Gerais e, assim como as demais acima apresentadas, é uma estância hidromineral, embora não faça parte do circuito das águas.²

Araxá está localizada no Alto Paranaíba, em uma posição estratégica, o que favorece a exploração do turismo. Segundo dados do IBGE, em 2004 sua população foi estimada em 83.659 habitantes e a cidade apresenta uma temperatura média anual de 21°C.

² As informações sobre a cidade de Araxá foram baseadas no texto da revista “Araxá: venha sentir esta emoção” e do site www.araxa.mg.gov.br (23.10.2006)



Foto panorâmica da cidade de Araxá

Seu nome é de origem indígena e significa terreno elevado e plano, planalto, “lugar onde primeiro se avista o sol”.

Sua história teve a participação dos índios Arachás, que habitavam as terras da região, próximo ao Quilombo do Ambrósio no Século XVI. O quilombo foi destruído em 1759 por Bartolomeu Bueno do Prado e esse acontecimento deixou os índios desprotegidos da ação dos bandeirantes. Sete anos depois, Inácio Correia Pamplona exterminou a tribo dos índios Araxás.

Com a chegada dos bandeirantes em terras araxaenses e após o extermínio dos índios Araxás, vivenciou-se uma corrida pelo ouro, pois o interesse dos bandeirantes que chegaram nesta região era a exploração. Com a decadência do ouro, a criação de gado tornou-se a principal atividade do lugar. Entre 1770 e 1780, começaram a surgir as primeiras fazendas.

Em 1791, foi instituída a Freguesia de São Domingos do Araxá, que, em 1811, foi elevada a Julgado de São Domingos do Araxá, desmembrando-se do Julgado do Desemboque. Em 1831, este foi elevado à vila e somente em 19 de dezembro de 1865, pela Lei Provincial nº 1259, a Vila de São Domingos foi elevada à categoria de cidade, tendo seu primeiro prefeito em 1915.

No final do Século XVIII, constatou-se a presença de sal mineral nas águas que brotavam na região, o que dava mais fertilidade ao solo. A partir dessa data,

intensificou-se o povoamento da região e as fontes de água mineral passaram a ser o grande atrativo dessa cidade.

Araxá viveu seus momentos áureos no final dos anos 30 e início dos anos 40 com o Cassino que era o grande *charme* da cidade. Em 1944, o então governador de Minas Gerais, Benedito Valadares e o Presidente Getúlio Vargas inauguraram o complexo do Grande Hotel do Barreiro, o que proporcionou uma nova alternativa de renda, após a proibição do jogo, em 1946.



Foto do Museu Dona Beja

Atualmente, Araxá possui como um dos seus principais pontos turísticos o Museu Dona Beja, uma edificação da primeira metade do Século XIX, com características arquitetônicas do período colonial. Depois de ter sido utilizado como residência e comércio, o prédio foi adquirido por Assis Chateaubriand e, finalmente, transformado em museu, no ano de 1965.

No museu, estão depositadas peças indígenas, móveis do período do império, oratórios, louças, documentos históricos, além de obras contemporâneas. Também está registrada a vida de Ana Jacinta de São José, a “Feiticeira de Araxá”, conhecida como Dona Beja, que já teve sua história contada em novela exibida em rede de televisão³ e também por enredo de escola de samba⁴.

A história de Dona Beja contribui para que um número considerável de turistas visite Araxá, com o intuito de conhecer um pouco mais sobre a mulher que despertou, na época, encanto e desprezo nas pessoas que faziam parte do seu ciclo social.

³ Rede manchete

⁴ Beija Flor

Duas igrejas matrizes fazem parte da edificação de sua história, a Matriz de São Sebastião, construída no início do Século XIX por José Pereira Bom Jardim e a Matriz de São Domingos, padroeiro da cidade, obra que teve sua construção iniciada em 1917 e seu término em 1940. Esta última está localizada em frente ao Cristo Redentor, que é um dos mais conhecidos cartões postais da cidade.

Quando construiu a matriz de São Sebastião, José Pereira Bom Jardim, que era devoto de São Sebastião e de São Francisco, mandou fazer dois sinos, um em homenagem a cada santo. Em consequência de um confronto político, uma das torres foi destruída em 1842. As imagens da igreja confeccionadas por Bento Antônio da Boa Morte representam uma das principais riquezas do patrimônio de Araxá.

O Parque do Cristo, que mostra uma visão privilegiada da cidade e é composto por uma área de lazer e de recreação, possui atualmente um sistema de segurança, que favorece o lazer das famílias araxaenses e dos turistas que visitam a cidade.

A Fundação Cultural “Calmon Barreto”, que recebeu esse nome em homenagem ao mais famoso artista araxaense “Calmon Barreto”, pintor, escultor, gravador e contista, foi instituída em 1984 e está situada na velha Estação Ferroviária. Abriga, hoje, registros da história de Araxá e da região, preservando documentos e fotografias que marcam momentos importantes da cidade.



Complexo do Barreiro

A foto acima é do Complexo do Barreiro, que está localizado na borda de uma chaminé alcalina, em um pico de lava solidificada de cinco mil metros de diâmetro, de grande profundidade e envolvido por encostas verdes. O conjunto arquitetônico é tombado pelo governo mineiro em virtude de sua vinculação a aspectos artísticos e

turísticos de Minas Gerais. Destaca-se pela imponência e pela exuberância da paisagem do fundo de vale, a qual forma um todo harmonioso, de proporções gigantescas. É constituído do Grande Hotel, das Termas, das fontes de Água Mineral, dos bosques, dos lagos, das praças de esporte e dos jardins.



Complexo do Barreiro



Complexo do Barreiro

A população araxaense sofreu um aumento significativo, dos anos 70 (população de 35.676 habitantes) até a década atual. Esse fato encontra justificativas em dois grandes eventos: a instalação de indústrias extrativistas na região e o turismo em torno de suas fontes de água mineral.

Os setores econômicos da cidade são os seguintes: *de agropecuária, de extração vegetal, mineral, o de pesca*, que empregam 3.848 pessoas, o *setor de indústria*, que emprega 7.923 pessoas, o *de comércio de mercadorias*, que emprega 6.379 pessoas e o *setor de serviços*, que emprega 15.345 pessoas, totalizando 33.495 pessoas.

Os fatores de elevada importância para a pesquisa são o *setor de serviços*, que envolve o turismo local e o *setor de indústria*, no qual estão inseridas as pessoas entrevistadas e a partir do qual foi construído o objeto de pesquisa.⁵

Na década de 50, foi descoberto o potencial oferecido pela cidade para a extração mineral e as empresas COMIG (Companhia Mineradora de Minas Gerais), CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais), e CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração) iniciaram os primeiros processos de extração mineral.

⁵ As informações a seguir sobre as mineradoras foram baseadas no site www.araxa.mg.gov.br

Em 1971, outra importante mineradora se instala na cidade. A Aráfertil (Araxá Fertilizantes), que atualmente se denomina Bunge do Brasil Fertilizantes.

Em 1979, a Fosfértil, Fertilizantes Fosfatados S.A incorpora uma empresa localizada na cidade de Tapira MG, (a 38 quilômetros de Araxá), a VALEP. Como a mão-de-obra nesta cidade (que, atualmente, é de 3.567 habitantes) não supre as necessidades da empresa, os araxaenses deslocam-se diariamente de sua cidade para trabalhar nesta empresa. O motivo de ela ser uma das empresas cujos funcionários foram entrevistados, mesmo não estando localizada em Araxá, é que, tais funcionários-informantes, além de serem araxaenses, passaram pelas mesmas ansiedades vivenciadas pelos funcionários das outras duas empresas extrativistas eleitas para a pesquisa, as quais, conjuntamente com a Fosfértil, movimentam a economia araxaense. São elas: CBMM e Aráfertil (atual Bunge).

Essas empresas, palco desta dissertação, se alojaram na região, e, para o entendimento do objeto de estudo, que é o jovem aposentado que trabalhava em uma destas empresas, é necessário conhecer um pouco da história da fundação de cada uma delas. Para isso, foram utilizadas informações contidas nos *sites* das empresas e na Fundação Cultural Calmon Barreto, arquivo público local.

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM, com sede no Córrego da Mata s/nº, Caixa Postal Nº 08, na cidade de Araxá/MG, foi fundada em 1955. É uma empresa privada, dedicada à extração, beneficiamento e industrialização do nióbio de Araxá, Minas Gerais. Seus acionistas são o Grupo Moreira Salles, com 55%, e a Molycorp Inc, Subsidiária da Unocal Corp, com os 45% restantes.

A extração mineral iniciou-se com a CBMM e a COMIG; esta última, posteriormente incorporada à Bunge Fertilizantes. Um acordo entre essas duas empresas, a estatal COMIG e a empresa privada CBMM, viabilizou o aproveitamento racional da reserva de nióbio de Araxá, dando início às explorações. Mais tarde, a COMIG se dedicou à exploração da rocha fosfática, deixando a exploração do nióbio somente com a CBMM, permitindo ao Estado de Minas Gerais participar diretamente com 25%(vinte cinco por cento) do lucro.

As reservas disponíveis, à taxa atual de consumo, têm vida estimada em 500 (quinhentos) anos, com capacidade de produção suficiente para atender à demanda mundial de nióbio.

Os aços microligados, principais veículos de consumo de nióbio, são utilizados em chapas para a indústria automobilística, os gasodutos, trilhos, perfis estruturais para construções civis, além de terem uso em navios. Os aços inoxidáveis vêm crescendo de

importância devido a sua utilização em cromados de veículos e em aquecedores de águas.

Além desses materiais, o nióbio é adicionado aos aços resistentes ao calor utilizados, principalmente, na indústria petroquímica. As superligas são usadas em turbinas de motores aeronáuticos e de geradores estacionários, que exigem materiais resistentes a temperaturas elevadas e à corrosão.

Nas superligas, o nióbio é adicionado na forma de óxido ou de ligas de alta pureza, como o níquel-nióbio e o Ferro-Nióbio “grau vácuo”. Os outros usos do nióbio exigem sua disponibilidade como metal e como óxidos especiais.

Aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) da produção é exportada para outros países, e a empresa tem de se organizar para atender a seus clientes em qualquer lugar do mundo. Para isso, estabeleceu-se uma meta de 72 (setenta e duas) horas para a entrega da encomenda.

Foram feitas várias parcerias com grandes organizações onde o nióbio fica alojado em um local próximo do consumo, facilitando a agilidade no processo de entrega.

Por ser ainda um metal de certa forma pouco conhecido, não tem o mesmo consumo globalizado do cobre, estanho, zinco, cromo, níquel e alumínio, largamente utilizados. Por outro lado, a CBMM não tem concorrentes diretos que possam ameaçar seu mercado.

Os produtos de nióbio são exportados para mais de 40 (quarenta) países em todo o mundo. A comercialização é feita através das subsidiárias internacionais da CBMM Reference Metals, em Pittsburgh (EUA) e Niobium Products Company em Dusseldorf (AL), além de uma rede de sete distribuidores, localizados no Canadá, Japão, Escandinávia e Inglaterra. Na América do Sul, a CBMM faz atendimento direto. No Brasil, supre 100% (cem por cento) das necessidades do mercado, pois a Mineração Catalão de Goiás exporta toda sua produção de Ferro-Nióbio.

Desde a década de 50, essa empresa vem sendo um marco importante no desenvolvimento de Araxá e principalmente na extração de nióbio, um mineral que revolucionou a tecnologia em equipamentos de precisão.

Como benefícios oferecidos a seus funcionários, a empresa mantém um convênio com o SINDMET, o SESI e o SENAI, com aulas de computação na sede do Sindicato, telecurso em seis horários, com turmas de vinte e dois alunos cada uma, em instalações cedidas pela CBMM.

A Fosfértil, segunda empresa objeto de estudo desta dissertação, está localizada na Rodovia MG 341, no Km 25, no município de Tapira (MG). A empresa entrou em operação no dia 25 de janeiro de 1979, quando incorporou a empresa que operava naquela fazenda.

Foi criada em 1977, com o objetivo de promover a pesquisa, a lavra, a concentração e a comercialização da rocha fosfática da jazida de Patos de Minas, estendendo, em 1979, suas atividades a Tapira (MG) e Uberaba (MG), além de outras localidades como Catalão (GO) e Cubatão (SP). Em agosto de 1992, a empresa, que era do Governo Federal, foi privatizada por meio do Programa Nacional de Desestatização.

A Fosfértil conta com 2.500 colaboradores e garante o crescimento empresarial com base em uma sólida Política de Recursos Humanos, que se configura nos constantes treinamentos e aprimoramento de seus colaboradores em habilidades técnicas, comportamentais e gerenciais. A empresa, também, oferece um plano de participação em resultados, baseado em metas individuais e de equipe.

Tal procedimento é adotado, também, pelas duas outras empresas, a CBMM e a Arafértil (atual Bunge) e consiste em estabelecer uma escala entre o que foi orçado e as metas desafiadoras a serem atingidas. Os itens mensuráveis mais comuns para essas metas, segundo o gerente de uma dessas empresas são: produção, recuperação (nível mínimo de perda no beneficiamento de minério), custos (operacionais, de manutenção, com recursos humanos e outros), índices mínimos de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

A Fosfértil atua na área química, na de fertilizantes e na de prestação de serviços de logística, fornecendo matéria-prima e produtos intermediários fosfatados e nitrogenados para a produção de fertilizantes e, ainda, para as indústrias químicas.

A Arafértil, terceira empresa utilizada como ferramenta de estudo, é pertencente à Serrana S.A e localiza-se na Avenida Arafértil nº 500. Instalou-se em Araxá em 1971 com o intuito de explorar o depósito fosfático da cidade. A rocha fosfática araxaense é rica em óxido de fósforo e abastece o mercado de adubos com 1,7 milhões de toneladas anuais do produto.

Para a implantação da empresa no Barreiro de Araxá, foi feito um investimento de 140 milhões de dólares, chegando a empresa a ter em seu quadro direto aproximadamente 800 funcionários, o que a caracteriza como uma importante empregadora do município.

Um dos maiores problemas enfrentados pela Arafértil foi, justamente, a comunicação com a comunidade, que chegou a repudiar a empresa em função de a sua

exploração estar tão próxima ao balneário do Barreiro. Esse fato quase ocasionou o fechamento de suas portas.

Foi necessário um trabalho intensivo para reverter esse quadro e, em 1994, a Serrana S.A, que detinha a maior parte das ações da empresa, assume todo o controle acionário, mudando seu nome de Arafertil para “Serrana S.A” e, posteriormente, suas ações são vendidas ao grupo Bunge Fertilizantes S.A., nome atual da empresa.

Como as demais estâncias hidrominerais do *Circuito da Águas*, Araxá se caracteriza pela tranquilidade que proporciona aos seus turistas e moradores e pelo seu clima agradável.

De acordo com dados do IBGE (2004), 14,5 % dos brasileiros têm mais de 60 anos e, nos anos 80, esse índice não ultrapassava 10% da população.

O aumento da população idosa, que está fora do processo produtivo e vive de aposentadoria, representa um novo segmento para o turismo. Esse público já está com a vida financeira estável, já criou os filhos, já adquiriu a maioria dos bens materiais que vislumbrava, restando tempo livre para “aproveitar a vida”. Nesse caso, não há opção melhor do que viajar e conhecer novos lugares.

Nos Estados Unidos, esse público responde por 80% do total das viagens domésticas no país. Na Europa, de cada seis turistas, um já passou dos 60 anos. No Brasil, a participação é bem menor, mas não deixa de ser um volume considerável, cerca de 20%, o que significa 9 milhões de idosos viajando todo ano.

Minas tem como um de seus atrativos turísticos as estâncias hidrominerais, que disputam a preferência do aposentado em suas dependências. Entre essas estâncias hidrominerais, está Araxá.

Sabe-se que não é somente o aposentado que faz turismo, mas a presença constante dessa categoria no município araxaense suscitou questões inerentes ao aposentado que vive nessa localidade. Principalmente a influência da Reforma Previdenciária de 1998 sobre o processo da aposentadoria.

A observação deste fato se deu inicialmente pelos aposentados que passavam pela cidade, e um olhar mais atento revelou que o perfil destes aposentados se assemelhava ao dos aposentados residentes na cidade.

A importância de descrever as cidades do circuito das águas juntamente com o turismo tão presente nestas cidades e em Araxá foi esclarecer que um novo ramo vem crescendo no setor de serviços, o turismo para aposentados, e que o diferencial destes aposentados é que se configuravam dentro de uma faixa etária abaixo do padrão

anterior, em que tínhamos aposentados mais velhos, correspondendo aos moldes até então destinados a esta categoria.

As entrevistas foram feitas com os aposentados das empresas extrativistas de Araxá, porque eles estavam na mesma faixa etária dos destes aposentados que passam pela cidade todos os anos.

Desta forma, a pesquisa se tornou viável, pois não seria possível realizá-la com os aposentados visitantes, uma vez que existia uma rotatividade constante destas pessoas na cidade.

É importante frisar que as razões pelas quais foram apresentadas as características destas cidades turísticas, não foi o de realçar o crescimento do turismo de aposentados. Embora esta seja uma questão importante, o que se quis suscitar foi a similitude das pessoas aposentadas que passaram por Araxá com os aposentados da cidade no período de 1994 a 1998.

Aposentados que se diferenciavam dos aposentados observados no período anterior por possuírem idade média de 49 anos, apresentando muito vigor, e por esta razão estavam produzindo, uma vez que ainda possuíam capacidade física para isto.

Através destas semelhanças e da investigação proposta, teve-se indícios de que a Reforma Previdenciária de 1998, contribuiu para o aparecimento deste novo quadro de aposentados em todo o país.

O próximo capítulo apresenta modelos de reforma previdenciária, adotados em países da América Latina, salientando as semelhanças e diferenças com relação ao modelo de Reforma Previdenciária Brasileira. Na América Latina, desde o início dos anos 90, os países que iniciaram o processo, foram sendo parâmetros para os demais.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA: UMA REALIDADE NA AMÉRICA LATINA DOS ANOS 90

Histórico dos modelos previdenciários na América Latina

Nos primeiros anos da década de 80, o Brasil começa a despertar-se para a urgência de responder de modo adequado às suas demandas sociais em vários níveis. No final dessa mesma década, uma nova Constituição Federal é colocada em vigor, e o texto constitucional trata, em seus artigos 194 e 195, da criação da Seguridade Social.

O sistema previdenciário estava em crise não só no Brasil, mas em toda a América Latina, demandando sua reformulação estrutural, com vistas a reverter problemas existentes. Vários debates políticos liderados pelo Banco Mundial foram formados para discutir as novas diretrizes a serem tomadas com relação ao sistema previdenciário em toda a América Latina.

Na década de 90, ocorreu uma onda de reformas previdenciárias em vários países da América Latina, inclusive no Brasil. Elas tiveram particularidades de acordo com cada Estado: em alguns, o sistema público foi substituído pelo privado; em outros, o privado passou a concorrer com público; e, em alguns países, adotou-se um sistema misto, através do qual o sistema público garante uma pensão básica, e o privado paga uma pensão complementar.

Em 1994, o Banco Mundial e o FMI patrocinaram uma reunião, com a participação de 39 países da América Latina e Central, para divulgar o informe: “Envelhecimento sem crise: políticas de proteção dos idosos e promoção do crescimento”, no qual é proposto um paradigma para as reformas dos sistemas públicos de previdência na região. (ANDRADE, 2003:112)

As reformas estruturais propostas pelo Banco Mundial e pelo FMI conseguiram atingir vários países da América Latina, que se mobilizaram em prol de uma discussão e de uma avaliação de seus sistemas previdenciários, propondo mudanças e adequações ao novo cenário que exigia reformas dos modelos de previdência.

Alguns países, e o Brasil está incluído neste grupo, adotaram reformas, ajustando o sistema de repartição existente, alterando a idade mínima para a aposentadoria, elevando o valor das contribuições ou eliminando alguns benefícios. Adotando o modelo incremental para a previdência social, modificou o conceito de aposentadoria, levando a que muitos trabalhadores brasileiros se sentissem ameaçados por esse novo modelo, como discutiremos ao longo da dissertação.

A contribuição para a aposentadoria é para o trabalhador uma poupança, feita durante toda a vida produtiva, com o propósito de garantir-lhe, depois, o usufruto dos dividendos dessa poupança. Assim, a contribuição previdenciária garantiria a renda do trabalhador na velhice, e, conseqüentemente, seu bem-estar no futuro - um futuro supostamente tranqüilo, uma vez que a poupança significaria a segurança financeira na velhice.

O objetivo primordial da Previdência Social (órgão encarregado de garantir o direito à aposentadoria) é assegurar uma vida tranqüila a seus filiados na velhice. Na década de 90, a maioria desses órgãos na América Latina encontrava-se em crise, com total desequilíbrio em seu sistema, no qual o binômio contribuição/benefício se desviava das expectativas desses países.

Como conseqüência desse total desequilíbrio, no final da década de 80, os países da América Latina começaram a rever seriamente seus sistemas previdenciários, concretizando reformas previdenciárias, efetivadas no final da década seguinte.

Nesse novo contexto de reformas, a política previdenciária deveria estar associada à segurança do trabalhador no ato de sua aposentadoria, assegurando-lhe uma tranqüilidade na velhice. No entanto, e talvez pela forma como foi discutida, a simples menção de reforma previdenciária trouxe transtornos e inseguranças ao trabalhador, pois ele almejava uma aposentadoria, que constituía um dos mais importantes ingredientes de sua vida e que parecia estar, agora, em uma situação de risco.

De modo geral, o trabalhador organiza sua vida em função dos benefícios que lhe serão concedidos na velhice, e qualquer mudança no sistema previdenciário afeta a organização e a estruturação da representação social que ele tem com relação à aposentadoria. E isso se dá, mesmo que, ao se concretizar tal mudança, esta se faça de maneira diferente da imaginada por ele, trazendo-lhe mais benefícios do que perdas.

A Reforma Previdenciária, apesar de ter ocorrido concomitantemente nos países da América Latina, apresenta alguns pontos em comum, e algumas características diferenciadas.

Segundo STEPHANES,

Na América do Sul, apesar de a implantação dos sistemas de previdência social ter ocorrido em momentos distintos, seus erros e vícios são muito semelhantes. De forma geral, os sistemas surgiram a partir de demandas corporativas, com cobertura limitada, embora com a contribuição da sociedade, direta ou indiretamente. E, como resultado, tornaram-se ineficazes quanto aos princípios de justiça social e, sobretudo, de equidade. Tanto que, ao buscarem a

universalidade da cobertura e do atendimento, se encontravam atados às restrições estruturais e, principalmente, às dificuldades financeiras. (STEPHANES, 1998: 4)

Como o Brasil é parte integrante desse contexto político vivenciado pela América do Sul, faz-se necessário um entendimento das características adotadas nos países latinos a fim de se entender o percurso seguido pelos parlamentares brasileiros com relação à reforma previdenciária.

Evidenciam-se, na América Latina, dois modelos distintos de reforma previdenciária: o estrutural e o incremental. O modelo das reformas estruturais transforma o sistema público de previdência em privado ou misto. E o modelo incremental, utilizado no Brasil, aumenta o valor das contribuições e a idade mínima para se requerer a aposentadoria e reduz alguns benefícios, como detalharemos adiante.

O Chile foi pioneiro nesse processo de reforma previdenciária e teve, em 1979, a primeira reforma previdenciária do regime político autoritário de Pinochet, unificando os múltiplos esquemas que existiam anteriormente, embora deixando intocado o esquema privilegiado das Forças Armadas.

Tal reforma foi modificada no ano seguinte, ignorando partidos tradicionais de direita e alguns generais de tendência estatizante, modificando o antigo esquema previdenciário público, proibindo novas filiações. Com essa medida, o governo tinha como objetivo incentivar a adesão dos trabalhadores ao sistema previdenciário privado. Aqueles que já eram filiados à previdência tiveram seis meses para decidir se gostariam de ficar no antigo sistema previdenciário, agora reformado, ou se mudariam para o novo sistema privado. No final de 1999, o sistema privado cobria mais de 96% de todos os segurados. (MESA-LAGO e MULLER:2003)

O governo chileno optou por uma reforma da previdência nos moldes de reforma estrutural, a previdência privada ganhou incentivo e força para abarcar quase a totalidade dos filiados no sistema previdenciário. Com tal medida, coube à previdência privada a responsabilidade de garantir a aposentadoria, isentando o sistema público desse papel.

Na concepção de STEPHANES (1998: 7), “a reforma previdenciária chilena foi o modelo mais radical ocorrido nos últimos anos”.

O Peru, que se encontrava, no final da década de 1980, com uma hiperinflação, desordem econômica e graves crises, também optou por reformas previdenciárias no molde estrutural.

O primeiro projeto de lei visando a uma reforma com base no modelo chileno de privatização foi reprovado pelo parlamento. Em 1991, o decreto de reforma previdenciária criou um sistema em que os segurados podiam optar entre o modelo antigo, que não havia sido reformado, e o novo modelo, que seguia os moldes do sistema previdenciário chileno, ou seja, um sistema de previdência privada.

Essa medida encontrou vários opositores a partir do golpe de Estado, mas, mesmo com toda pressão, foi implantada em abril de 1992, estabelecendo-se que os trabalhadores que estivessem ingressando no mercado de trabalho deveriam filiar-se obrigatoriamente ao sistema privado. Com essa medida, 76% dos segurados foram induzidos a aderir ao sistema privado, confirmando, assim, o modelo estrutural de reforma previdenciária, também no Peru. (MESA-LAGO e MULLER: 2003)

“Na Colômbia, no início de 1992 eram três as propostas de reforma previdenciária: manutenção do sistema público, mas inteiramente reformado; criação de um sistema misto, combinando um segmento público e um segmento privado em base compulsória; adoção do modelo substituto chileno” (MESA-LAGO e MULLER, 2003:33)

Devido à forte oposição travada por parte de alguns setores sociais, o governo retirou o projeto de lei, voltando a apresentá-lo em meados de 1993. Mesmo causando vários protestos, o modelo estrutural misto foi adotado e passou a vigorar em abril de 1994.

O sistema previdenciário público tornou seus benefícios mais interessantes que os benefícios concedidos pelo sistema previdenciário privado. Permitiu que os trabalhadores escolhessem qualquer um dos sistemas com a garantia de que, de três em três anos, o trabalhador poderia mudar de sistema, se assim o desejasse. Isso significa que, se o contribuinte não estivesse satisfeito com o modelo escolhido, poderia optar por outro modelo.

Com essa medida, no final de 1999, o sistema público ainda contava com 60% dos segurados. Apesar de ser também uma reforma nos moldes estruturais, a forma adotada na Colômbia tomou uma feição diferenciada daquela do Chile e do Peru, pois, ao invés de estimular o sistema previdenciário privado, incrementou o sistema previdenciário público, mantendo a adesão dos trabalhadores ao modelo de previdência pública.

Na Argentina, o governo peronista de Carlos Menem facilitou o processo de reformas. Em junho de 1992, foi apresentado ao congresso o primeiro projeto de lei propondo um sistema previdenciário misto.

O esquema misto consistia em dois segmentos:

O sistema público, reformado, que garantiria a pensão básica, e o novo sistema, totalmente capitalizado, que pagaria a pensão suplementar (esse segundo segmento assemelhava-se ao modelo chileno, com algumas modificações). Comissões parlamentares, sindicatos e associações de pensionistas debateram o projeto e criticaram inúmeros de seus aspectos. (MESA-LAGO e MULLER, 2003:35).

Para garantir a aprovação do projeto, várias modificações foram feitas e, em 1993, a lei de reforma foi aprovada. O novo sistema passou a vigorar em julho de 1994.

Em 1999, o sistema misto contava com 78% de segurados. A Argentina passou a fazer parte do grupo de países que processaram uma reforma previdenciária nos moldes da reforma estrutural, tendo como diferencial não a promoção do sistema previdenciário público ou privado, mas, sim, o estímulo ao sistema de previdência mista. (MESA-LAGO e MULLER: 2003)

O Uruguai, que também objetivava um modelo previdenciário misto, contou com o maior número de tentativas para a aprovação deste modelo. Seu sistema era um dos mais antigos, e sua população tinha um índice de envelhecimento mais acentuado.

Depois de passar por algumas tentativas fracassadas de reforma em 1985, 1987, 1989, 1991 e 1993, finalmente, em 1995, os dois partidos tradicionais formaram um governo de coalizão com o ensejo de, entre outras coisas, propor uma reforma previdenciária. Esta coalizão dos partidos Blanco e Colorado teve êxito, conseguindo aprovar a reforma em setembro de 1995 e sua entrada em vigor deu-se em março de 1996. (STEPHANES 1998)

O Estado permaneceu com mais de 50% dos segurados. “Os segurados foram divididos em dois grupos por idade, e as contribuições em três grupos de renda, salvaguardando os direitos de os filiados mais velhos permanecerem no antigo sistema público e consolidando o papel do primeiro segmento (o segmento público) no sistema misto; diversos grupos ficaram fora da reforma (notadamente a polícia e os militares)”. (MESA-LAGO e MULLER, 2003:37).

A oposição a esta reforma foi notória e, em 1996 e 1999, foram feitas duas tentativas de anular a lei de reforma previdenciária por meio de um referendo e de um plebiscito. Mas ambas as tentativas foram inúteis. Em 1999, 51% dos segurados permaneciam no sistema público reformado e 49% no sistema misto. Confirmando assim, a opção do Uruguai pelo modelo de reforma previdenciária estrutural.

STEPHANES (1998: 7) acrescenta que o processo realizado na Argentina e no Uruguai significa a “busca do reordenamento das finanças, com a recuperação da capacidade de financiamento, a redução de privilégios e o fortalecimento do caráter contributivo do sistema”.

No México, o Instituto de Seguridade Social passou por uma grave crise na década de 1980, pois perdeu quase todas as suas reservas. Em 1990, o Banco Mundial sugeriu que se fizesse uma reforma no sistema previdenciário mexicano. O primeiro caminho encontrado foi o modelo adotado pelo Chile, mas esse projeto foi rejeitado.

Somente em 1995, o projeto de lei foi aprovado pelo congresso, entrando em vigor em julho de 1997. Os trabalhadores foram praticamente obrigados a mudar de sistema e, em 1999, quase 100% dos segurados estavam no sistema privado. O México também fez a escolha por um modelo de reforma previdenciária estrutural. (STEPHANES: 1998)

El Salvador, um país pequeno e com pouca experiência política acabou fazendo uma escolha por uma reforma previdenciária estrutural.

O primeiro projeto de lei apresentado ao governo, em 1992, propunha um sistema previdenciário misto. Somente em 1996, o projeto de lei que propunha uma reforma previdenciária foi aprovado pelo governo.

Em 1996, o Parlamento salvadorenho confiou à Comissão Especial para o Orçamento e Finanças a elaboração de um projeto de lei para a reforma previdenciária. O projeto foi submetido ao Congresso em meados de dezembro e, com ampla maioria da bancada governista, a lei foi aprovada alguns dias depois. (MESA-LARGO e MULLER, 2003:42).

A aprovação de uma reforma previdenciária em El Salvador foi mais tranqüila no sentido de não sofrer oposição por parte dos setores sociais envolvidos no processo. A lei entrou em vigor em maio de 1998. E, em 1999, 90% dos segurados estavam filiados ao sistema privado. (MESA-LAGO e MULLER:2003)

A primeira tentativa de uma reforma previdenciária boliviana se deu em 1991, quando o Ministério das Finanças elaborou uma proposta de reforma estrutural da previdência. Mas não teve muito êxito e o projeto foi arquivado.

O presidente eleito em 1993, Gonzalo Sanches de Losada, propôs uma reforma da previdência privilegiando o sistema misto. A oposição a esse tipo de modelo de reforma foi forte, com violentos protestos. Como o governo contava com a maioria da bancada no Congresso, o projeto foi aprovado em novembro de 1996, seguindo os

moldes da reforma previdenciária chilena, mas com algumas diferenciações. Dentre elas, pode-se citar a adesão compulsória de todos os segurados, independentemente da idade, ao sistema privado. Em 1999, 100% dos segurados estavam filiados ao sistema privado, sendo, assim, efetivada a reforma previdenciária no modelo de reforma estrutural. (STEPHANES 1998)

A Costa Rica, diferentemente dos países mencionados anteriormente, passou por várias reformas no modelo de reforma incremental. Em 1996, o Instituto Costarricense de Seguro Social (CCSS) introduziu mudanças, aumentando a idade para aposentadoria e o aumento das contribuições dos segurados.

Essa medida suscitou um debate mais aprofundado sobre a reforma da previdência, surgindo, entre 1995 e 1998, sete propostas de reforma previdenciária no modelo de reforma estrutural. Uma defendia o modelo chileno, em que o sistema público foi extinto, dando vazão ao sistema privado, outra defendia o sistema particular com o sistema público em vigência e cinco defendiam o sistema misto. (STEPHANES: 1998)

Em fevereiro de 2000, a lei foi promulgada, contando com um modelo estrutural misto, mas com algumas mudanças incrementais do CCSS, incluindo um aumento nas contribuições ou uma redução dos benefícios. (STEPHANES: 1998)

Portanto o Chile, o México, El Salvador e Bolívia fizeram a opção por uma reforma previdenciária com o modelo estrutural em que a base da reforma foi a extinção do sistema previdenciário público, dando primazia ao sistema previdenciário privado.

No Peru e na Colômbia, implementou-se a reforma estrutural e paralela, segundo a qual o sistema previdenciário privado foi introduzido como uma alternativa, mas o sistema previdenciário público não deixou de existir. Os dois sistemas concorriam entre si.

Argentina, Uruguai e Costa Rica optaram pela reforma estrutural mista, de acordo com a qual o sistema previdenciário público foi reformado, ficando com a atribuição de garantir a pensão básica, e um novo sistema foi criado para pagar a pensão suplementar.

Apesar de a Costa Rica ter passado por várias tentativas de reformas incrementais, e mesmo após a sua reforma ser promulgada, com alguns traços do tipo de reforma dos países citados, todos, respeitando suas particularidades, optaram por uma reforma estrutural do sistema previdenciário.

Existia um consenso entre a maioria dos países da América Latina, na década de 1990, quanto à necessidade de reforma do sistema previdenciário existente, mas não quanto ao modelo adotado.

O Brasil preferiu uma postura diferenciada daquelas desses países com relação aos parâmetros estabelecidos para a reforma. Enquanto a tendência Latina era seguir o modelo estrutural, o Brasil opta pelo modelo incremental, distanciando-se do perfil latino.

Modelo de Reforma Previdenciária adotado pelo Brasil

O modelo incremental adotado na reforma previdenciária brasileira reduz privilégios no sistema financiado pelo Estado e amplia a poupança das aposentadorias complementares individuais, mantendo o sistema existente.

No Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso priorizou a privatização quando assumiu, mas, devido aos protestos generalizados, concentrou-se na reforma do sistema público de repartição. Em junho de 1998, a Câmara dos Deputados aprovou o texto básico do projeto de lei de uma reforma da previdência social que vinculava os benefícios aos anos de contribuição, ao mesmo tempo em que reduzia o benefício máximo para alguns trabalhadores do setor público. No entanto, foi adiado o debate sobre os detalhes mais controversos, incluindo: as regras referentes à transição para um novo sistema, benefícios privilegiados, tetos de benefício e idade mínima para se aposentar. (KAY, 2003:111)

O Brasil ficou mergulhado em um quadro inflacionário por vários anos e, em 1994, o Plano Real conseguiu inverter essa situação, atraindo investimentos externos, mantendo o sistema previdenciário sem crises financeiras acentuadas até 1997. Diante desse contexto, o Ministério da Previdência e Assistência Social contou com uma disponibilidade de recursos até essa data, e, a partir de 1998, o sistema previdenciário sofreu uma queda em suas finanças, entrando em crise.

Anteriormente ao período da reforma previdenciária (1998), o governo arrecadava menos do que pagava em benefícios, o déficit da previdência social teve um crescimento alarmante (www.previdenciasocial.org.br) e, nos primeiros meses de 1995, o governo enviou uma primeira proposta de emenda constitucional ao Congresso, propondo uma reforma previdenciária estrutural, tendo como “característica principal o

resgate do sistema, com a adoção de princípios doutrinários básicos, como a justiça, o equilíbrio, a segurança, a equidade e a poupança”. (STEPHANES, 1998: 137)

Essa proposta enfrentou muita resistência por parte da Câmara dos Deputados, do Ministério da Administração e Reforma do Estado e do Ministério do Planejamento e Orçamento, levando ao fracasso tal projeto e suscitando o debate sobre a reforma a ser processada na previdência dos funcionários públicos, considerada uma das principais fontes do déficit da previdência pública.

Em 1997, com o agravamento do déficit previdenciário e ainda durante a tramitação do projeto no Senado, a Presidência da República nomeou uma nova equipe para definir uma reforma estrutural (que ficaria conhecida como “Reforma 2”), liderada por André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, a qual deveria trabalhar “insulada” da burocracia e diretamente subordinada ao presidente. (COELHO, 2003:142-143)

A idéia dessa reforma na previdência dos funcionários públicos foi abandonada porque a estimativa de gastos com a transição do sistema público para o de capitalização não seria viável, uma vez que o País estava atravessando um agravamento da crise econômica.

Com o objetivo de reestruturar o sistema previdenciário, foram apresentadas, juntamente com a proposta do governo, mais duas propostas, que estão resumidas abaixo com base nas idéias de STEPHANES, (1998).

A segunda proposta, do Instituto Liberal, criado com o intuito de defender idéias de privatização, seguindo o modelo chileno, apresentou como algumas de suas características o sistema universal, com tratamento igual para todos os trabalhadores, sem distinção de categorias e aposentadoria por idade.

O Partido dos Trabalhadores apresentou uma terceira proposta, estabelecendo um regime único estatal, tendo como uma de suas características a redução da idade para a aposentadoria do homem, igualando-a à da mulher, e a criação da aposentadoria por tempo de trabalho, substituindo a aposentadoria por tempo de serviço.

Na realidade, essa última proposta de mudança de nomenclatura não era significativa, uma vez que não havia diferenciações entre os termos “tempo de trabalho” e “tempo de serviço”.

Durante três anos, se discutiu o modelo de reforma previdenciária que deveria ser adotado no Brasil. O governo teve de recuar em sua idéia inicial de fazer uma reforma previdenciária estrutural, mantendo o sistema de repartição simples, “os

recursos são recolhidos dos contribuintes atuais para cobrir os gastos com os aposentados” (PIMENTEL, 2003:59), procurando garantir algumas vantagens da capitalização e fazendo, assim, uma reforma previdenciária incremental.

Este fato explica o porquê do Brasil ser o único país da América Latina em optar por uma reforma previdenciária incremental. A pressão exercida pelos vários segmentos políticos do país, fez com que o presidente desistisse da idéia de uma reforma estrutural, tendo que ceder à idéia de reforma incremental.

Fernando Henrique entregou ao Ministério da Previdência e Assistência Social a condução da reforma, mas no interior do Executivo a discussão da questão previdenciária foi travada entre os atores com preferências políticas e posições institucionais muito diferentes. Assim todo o processo de elaboração e negociação do projeto de reforma envolveu de forma mais ou menos intensa, além do Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério da Administração e Reforma do Estado, (ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira) da Fazenda (Pedro Malan) e Planejamento e Orçamento (José Serra) e ainda o Gabinete da Casa Civil (COELHO, 2003: 144)

Surgiram conflitos entre os ministérios que, mesmo não tendo direito a uma representação política oficial, divergiram quanto à repartição previdenciária e à privatização do sistema.

“Em março de 1995, o governo apresentou a proposta para a Emenda Constitucional nº. 33, direcionada a solucionar o déficit público. Esta emenda não mencionava a reforma previdenciária, mas a Seguridade Social passou a navegar num ambiente incerto” (ANDRADE, 2003:109)

Mesmo não tendo mencionado nada com relação à Reforma Previdenciária, a Emenda Constitucional nº. 33, estando relacionada ao déficit público, suscitou inseguranças quanto à Seguridade Social, que tinha déficits e entraria na pauta das ações do governo.

O governo desejava uma reforma previdenciária estrutural, mas a oposição que se criou em torno de sua proposta fez que fizessem uma ferrenha oposição ao modelo proposto os mais variados segmentos sociais, tais como: os sindicatos e organizações de aposentados e pensionistas, a central sindical CUT, a associação nacional dos aposentados e pensionistas (COBAP), a associação de militares, o Partido dos Trabalhadores. (ANDRADE: 2003)

No Brasil, a oposição à reforma da previdência social foi conduzida pelos sindicatos e organizações de aposentados e pensionistas que representam grupos ocupacionais de classe média beneficiados pelo sistema público de repartição... Estes opositores argumentavam que a ineficiência do sistema de repartição era de origem política e poderia ser remediada por meio de reforma, em vez de privatização. (COELHO, 2003:115-116)

Com toda a discussão em torno da reforma previdenciária, os trabalhadores dos setores público e privado, mesmo não tendo muito acesso às informações com respeito ao andamento da reforma, durante os três anos que se passaram de 1995 a 1998, vivenciaram um clima de insegurança e de imprevisibilidade, com medo de perder direitos adquiridos.

O que fazer diante de tal quadro de incertezas? Alguns trabalhadores mais cautelosos decidiram esperar pela promulgação da lei de reforma previdenciária, para constatar o que realmente era verdadeiro e o que não passava de especulações causadas pelo temor. Outros decidiram antecipar suas aposentadorias por medo de perder seus direitos, optando por uma aposentadoria parcial em detrimento dos anos de contribuição. A tabela abaixo traz o modelo de reforma previdenciária adotado nos países da América Latina, salientando as diferenças adotadas em cada país, evidenciando as diferenças apresentadas pelo modelo de reforma adotado no Brasil.

Tabela 2 Modelo previdenciário adotado nos países da América Latina

PAÍS	MODELO ADOTADO	DATA DA REFORMA	SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	ADESÃO		
				PÚBLICO	PRIVADO	MISTO
Chile	estrutural	1991	privado	96%	4%	x
Peru	estrutural	1992	privado	76%	24%	x
Colômbia	estrutural	1999	público	40%	60%	x
Argentina	estrutural	1999	misto	22%	x	78%
Uruguai	estrutural	1996	misto	x	51%	49%
México	estrutural	1997	privado	100%	x	x
El Salvador	estrutural	1999	privado	90%	10%	x
Bolívia	estrutural	1999	privado	100%	x	x
Costa Rica	estrutural	2000	misto	x	x	100%
Brasil	incremental	1998	público	100%	x	x

Fonte: elaboração própria, com base em dados estudados

Como se pode observar nesta tabela, o Brasil foi o único país, dentre os citados, que adotou um modelo diferenciado de reforma previdenciária. O governo brasileiro, *a priori*, objetivava seguir os mesmos padrões adotados pelos outros países da América Latina, mas depois de três anos de discussões e várias oposições quanto ao posicionamento do governo vigente, a reforma se processou no modelo incremental, reduzindo os privilégios anteriormente adquiridos pelos trabalhadores e aumentando os anos de contribuição para se adquirir a aposentadoria.

Enfim, a diferença básica entre os dois modelos é que, no estrutural, o Estado repassa a responsabilidade da garantia pela aposentadoria aos sistemas previdenciários privados, em alguns casos chegando a 100%, como no México e na Bolívia.

Havia um incentivo por parte do Estado no sentido de que os trabalhadores aderissem aos sistemas privados ou mistos, na tentativa de reestruturar e solucionar os problemas acarretados com o pagamento das aposentadorias.

O sistema incremental não visa à substituição do sistema previdenciário público pelo privado. Ele não impede que o trabalhador busque um sistema privado, mas assume toda a responsabilidade do pagamento da aposentadoria. Sua reestruturação implica basicamente o aumento do tempo de serviço e de idade do trabalhador para requerer a aposentadoria.

Evolução histórica do sistema previdenciário brasileiro

Para um maior entendimento do sistema previdenciário brasileiro, torna-se mister um esclarecimento de todo o processo histórico e cronológico até se chegar ao modelo previdenciário adotado em 1998.

No Brasil, o sistema previdenciário idealizado na década de 1920 e colocado em ação na década de 1930 promoveu a inclusão das classes assalariadas urbanas do setor privado. Era feito sob a forma de seguro social, sustentado pela contribuição mensal assumida pelo assalariado.

O Estado instituiu um regime de capitalização, investindo em empreendimentos para garantir a receita decorrente do crescimento das despesas com benefícios pagos. A previdência recolhia a contribuição do filiado como meio de garantir uma poupança, ao mesmo tempo em que administrava os dividendos para o pagamento de benefícios e serviços, que cresciam sucessivamente.

A partir da Lei Elói Chaves, de 24 de janeiro de 1923, que criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões, beneficiando os empregados das empresas de estradas de

ferro e seus familiares, começa um debate com relação à previdência social, apontando para a incontestável necessidade da previdência nos vários segmentos trabalhistas da sociedade brasileira. (SIMÕES: 1999)

Esse sistema previdenciário surgiu fragmentado: cada setor estabeleceu as regras de seu próprio sistema, não havendo uma unificação e uma normatização que enquadrasse todos os trabalhadores brasileiros, independentemente de suas respectivas profissões.

A importância fundamental da lei Elói Chaves está no fato de ela ter suscitado outros setores a buscarem esse tipo de benefício para os seus funcionários, aumentando o leque de beneficiados, apesar de não abranger todos os empregados.

Segundo Simões, 1999:

A importância atribuída à lei Elói Chaves sustenta-se principalmente em dois argumentos: o de que ela marca uma guinada na postura liberal do Estado brasileiro diante dos problemas trabalhistas e sociais, e de que seus princípios serviram de base para grande parte do conjunto de normas previdenciárias criadas posteriormente. (SIMÕES, 1999: 89)

Não há dúvidas de que essa lei foi um marco na história da previdência social brasileira. E tal modelo gestado nos anos 20 deu grande impulso à estruturação paulatina de um sistema previdenciário.

A partir da Lei Elói Chaves, muitas outras CAPs (Caixa de Aposentadoria e Pensões) foram criadas, chegando, nos anos 30, à existência de 183 modelos diferentes.

A partir de 1930 o contrato de seguro entre empregador e empregado característico da CAPs começa a ser substituído por dispositivos legais que colocam a previdência sob a égide direta do Estado, criando os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Com a criação destes institutos, instauram-se um vínculo por categoria profissional de abrangência nacional em substituição ao vínculo por empresa. Todos os trabalhadores incluídos em determinada categoria profissional oficialmente definida como tal, estavam vinculados ao seu respectivo IAP. (SIMÕES, 1999:93-94)

Nos anos 30, Getúlio Vargas reestrutura a Previdência Social, incorporando praticamente todas as categorias de trabalhadores urbanos. Iniciado de maneira fragmentada, o sistema atinge a sua unificação em 1966.

Com a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social em 1960, esta é organizada em cinco grandes institutos e uma caixa, elevada também à condição de instituto e passa a abranger a quase totalidade dos trabalhadores urbanos brasileiros. Em 1966, todas as instituições previdenciárias foram unificadas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1974, o Ministério do Trabalho e Previdência Social foi desdobrado e criou-se o Ministério da Previdência e Assistência Social, que passou a ter todas as atribuições referentes à previdência social. O INPS ficou responsável pela concessão de benefícios, assim como pela readaptação profissional e amparo aos idosos. (site www.renascerebrasil.com.br)

Mesmo com todas as melhorias ocorridas no período, a unificação do sistema, englobando todas as categorias de trabalhadores, aconteceu somente em 1966, com a Lei nº. 5.107, de 13 de setembro do mesmo ano, que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Decreto Lei nº 5.316, de 14 de setembro de 1967, que reuniu os seis Institutos de Aposentadorias e Pensões existentes no Instituto Nacional de Previdência Social - INPS. (COELHO: 2003)

As melhorias processadas na previdência em 1966 caminharam com certa tranquilidade até 1998. Segundo SIMOES,

No caso do Brasil, as mudanças a partir da Reforma da Previdência podem ter rompido tradições que estavam inseridas no âmbito da sociedade brasileira desde a consolidação das leis trabalhistas processadas na década de 30 no governo de Getúlio Dornelas Vargas. Tal legislação tinha duas características marcantes: promover a inclusão aos direitos sociais mediante o critério de inserção formal de trabalho e buscar apoio de acordo com a importância estratégica dos setores econômicos envolvidos e com capacidade diferenciada de mobilização e reivindicação das categorias de trabalhadores. (SIMÕES, 1999:87)

Com relação ao novo sistema, pode-se afirmar, conforme o *site* da Previdência Social que “A Previdência Social é o seguro social para a pessoa que contribui. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele perde a capacidade de trabalho, seja por doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo pela maternidade e a reclusão.” (www.previdenciasocial.org.br).

Somente a partir dos 16 anos é que o brasileiro pode começar a contribuir com a previdência social, mas muitas pessoas acabam não fazendo essa contribuição, o que acarreta sérios problemas no momento da aposentadoria.

No Brasil, estima-se que 40,2 milhões de pessoas possuem algum tipo de renda, mas não contribuem para a Previdência. Todo cidadão que trabalhe por conta própria, como cabeleireiro (a), costureiro (a), profissional liberal e ambulante, pode contribuir individualmente. (www.previdenciasocial.org.br)

A Previdência Social estabelece e rege um contrato que o trabalhador faz com o governo federal, comprometendo-se a pagar, mensalmente, uma quantia previamente calculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Surge uma unificação previdenciária com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, aparecendo um perfil diferente de aposentados com esse modelo de unificação, englobando aposentados de todas as categorias trabalhistas, independentemente da hierarquização salarial, que eles tenham adquirido com o cargo desempenhado em suas atividades de trabalho.

A constituição de 1988 introduziu o conceito de “seguridade social”, entendido como “um conjunto de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (SIMÕES, 1999:106).

As reformas ocorridas no sistema previdenciário brasileiro têm causado várias polêmicas e dividido opiniões quanto ao melhor caminho a ser seguido.

A Emenda Constitucional nº. 20 modificou as regras que estavam em vigor, passando a entrar em ação a aposentadoria por tempo de contribuição e não por tempo de serviço, como era de costume.

Os trabalhadores podem se aposentar por período de contribuição (mínimo de 35 anos para homens e de 30 para mulheres) ou por idade (os homens aos 65, as mulheres aos 60). Esses limites são reduzidos em cinco anos para os trabalhadores rurais de ambos os sexos. (Emenda Constitucional nº. 20)

Esse item suscita algumas contradições quanto ao requerimento da aposentadoria na prática. Quando a lei diz que a aposentadoria pode ser “por período de contribuição” ou “por idade”, não fica claro teoricamente se uma pessoa que jamais contribuiu com a previdência, conseguiria automaticamente se aposentar ao completar 65 anos (sendo homem) ou 60 (caso seja mulher). Mas não é bem isso o que acontece. Somente tem

direito à aposentadoria por idade e sem tempo de contribuição a pessoa que comprovar carência econômica. Após a comprovação e a aprovação da aposentadoria, o valor estipulado será de um salário.

Pessoas que possuem renda e não contribuíram com a previdência não têm direito ao benefício. Essa questão não fica clara na emenda nº 20, que menciona ser possível a aposentadoria por idade.

“O trabalhador é obrigado a comprovar o tempo de contribuição à Previdência, e não mais o tempo de serviço. Deixa de existir a aposentadoria proporcional por tempo de serviço.

O limite máximo para o valor das aposentadorias do setor privado é de R\$1.200,00, reajustáveis de forma a preservar seu valor real. Nenhum benefício poderá ser inferior a um salário mínimo (correspondente a R\$120,00 em maio de 1998). (E.C nº 20/98)

Os trabalhadores do setor público só podem se aposentar com salário integral se ganharem até R\$1.200,00. Para as faixas salariais mais altas, é aplicado um redutor que pode atingir até 30% do salário”. (SIMÕES,1999:109)

Essa Emenda, ao estabelecer o teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, no valor equivalente a 10 salários mínimos em dezembro de 1998 (R\$1.200,00), e corrigi-lo apenas pelo INPC (não garantindo a restauração do valor real), efetiva o rebaixamento do benefício máximo pago pelo sistema. (ANDRADE, 2003: 113)

Por um lado, a Emenda Constitucional nº. 20 traz benefícios; mas por outro, traz prejuízos, principalmente quando coloca um teto menor que o existente, fazendo que os trabalhadores busquem uma complementação previdenciária por meio privado.

Além dessas medidas, as aposentadorias especiais (por 30 anos de contribuição, para os homens, e 25, para as mulheres) “são mantidas para professores do ensino fundamental e médio e para os trabalhadores cujas atividades são consideradas insalubres”. (SIMÕES,1999:109)

Magistrados e militares deixam de ter aposentadoria especial e, com um desconforto significativo, ameaçados e amedrontados, são compelidos a seguir as regras vigentes para os demais trabalhadores do setor público. (SIMÕES: 1999)

Aposentadoria precoce: efeitos da Emenda Constitucional nº. 20?

Anteriormente à reforma, por volta de 1995, vivenciou-se uma verdadeira corrida rumo à aposentadoria, por pessoas de níveis sociais diversificados. Trabalhadores que estavam na ativa e que ainda tinham potencial físico preferiram buscar uma aposentadoria “precoce”, em virtude do receio de perder os benefícios garantidos pela legislação a ser modificada. Sendo assim, optaram pelo pedido de aposentadoria, aumentando o fluxo de aposentados nos anos de 1994 a 1998.

Esses aposentados se encontraram em situação distinta daquela dos trabalhadores que se aposentaram antes de 1994 e que haviam gozado da tranqüilidade necessária para esperar o tempo previsto para a aposentadoria, podendo planejá-la calmamente. Já os do período 94-98, tomados de surpresa pelas mudanças e pelo contexto de imprevisibilidade a que se submeteram, foram afetados em sua identidade como trabalhadores. No próximo capítulo, serão feitas reflexões sobre essas mudanças na Identidade dos recém-aposentados a partir de 1994.

O súbito aumento de pedidos para a aposentadoria nos anos 90 favoreceu um desequilíbrio financeiro da previdência social. “em 1997, fechou o ano com um desequilíbrio de R\$2,5 bilhões, e as projeções para 1998, caso as reformas não se concretizassem, nem outras medidas possam ser adotadas, indicam que o déficit deverá situar-se na casa dos R\$5 bilhões” (STEPHANES, 1998: 131). O déficit previdenciário acumulado até novembro de 1999 chegou a R\$ 8,1 bilhões.

Antes mesmo da promulgação da Reforma Previdenciária, em dezembro de 1998, cresce o fluxo de concessão de aposentadorias por tempo de contribuição, tendo reflexo direto no aumento do déficit previdenciário, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 3 – Previdência Social: Arrecadação x benefícios (1993 – 1997)

ANO	ARRECADAÇÃO	BENEFÍCIOS
1993	31 bilhões	30 bilhões
1994	32 bilhões	32 bilhões
1995	40 bilhões	41 bilhões
1996	45 bilhões	46 bilhões
1997	46 bilhões	48,5 bilhões

Fonte: elaboração a partir de dados do IBGE

Até 1993, a arrecadação da Previdência era maior do que os pagamentos com os benefícios. A partir de 1994, houve uma inversão desse quadro, gerando um déficit na Previdência Social.

A questão do déficit da Previdência está intimamente relacionada à questão demográfica. Quando o sistema previdenciário foi fundado, a população brasileira era jovem. Na década de 40, por exemplo, a expectativa de vida era de 50 anos. Atualmente, a expectativa de vida gira em torno de 72 anos.

Tabela 4 - Expectativa de vida

ANOS DE REF.	AMBOS OS SEXOS	HOMENS	MULHERES
1991	66	62,6	69,8
1998	68,1	64,4	72
2000	68,6	64,8	72,6

Fonte: IBGE

Atualmente, com o crescimento populacional, tem-se um número maior de pessoas em idade de se aposentar, e em contrapartida o número de pessoas em atividade tem diminuído. A sociedade brasileira conta, ainda, com trabalhadores que vivem na informalidade e não contribuem com a Previdência.

Em 1990, 19,3% dos trabalhadores trabalhavam sem carteira assinada. No decorrer desta década, este índice cresceu de acordo com dados da pesquisa mensal de emprego para 27,8%. Além destes trabalhadores, outros que trabalhavam na informalidade aumentavam ainda mais este índice de trabalhadores que não contribuíam com a Previdência Social, favorecendo a que o déficit da previdência alcançasse índices alarmantes (PIMENTEL, 2003: 63)

As mudanças em decorrência do déficit previdenciário transformaram o perfil do trabalhador, afetando sua identidade, inclusive.

E, para se chegar à nova identidade do aposentado, principalmente no período escolhido para o desenvolvimento da pesquisa, foi preciso, antes de mais nada, estabelecer o que é velhice e principalmente verificar se o conceito de aposentadoria está atrelado à senilidade.

O próximo capítulo tem como objetivo primordial trazer uma discussão conceitual do que vem a ser velhice, terceira idade, idoso e aposentadoria, ressaltando a figura do velho e do aposentado, em contraste com o perfil dos jovens aposentados, categoria surgida com a Reforma Previdenciária de 1998, constituindo-se nos atores principais dessa dissertação. A categoria dos jovens aposentados é que é discutida no próximo capítulo.

DEFINIÇÕES SOBRE A VELHICE

Para o entendimento dessa nova categoria social, apresentada no primeiro capítulo, algumas noções devem ser discutidas, com o objetivo de reconstruir a trajetória do processo de formação da identidade dos aposentados do período 1994-1998, dando sentido às diferenças apresentadas entre os jovens aposentados e os aposentados do período anterior à reforma.

De início, cabe indagar o que é *ser velho*. Busca-se, ainda, delimitar a relação que o termo *velho* possui com os vocábulos “idoso”, “terceira idade”, “aposentadoria” e “jovens aposentados”.

Veras (1997:16) destaca que velhice é um termo impreciso, cuja realidade é, muitas vezes, difícil de perceber. “Quando uma pessoa se torna velha? Aos 50, 60, 65 ou 70 anos? Os limites da velhice variam em termos da complexidade fisiológica, psicológica e social”. Uma pessoa é tão velha quanto as suas artérias, seu cérebro, seu coração, seu moral ou sua situação civil? Ou é a maneira pela qual outras pessoas passam a encarar certas características o que classifica as pessoas como velhas?

E, no contexto social brasileiro, qual a representação social da velhice? Na realidade, a velhice está intimamente relacionada com a retirada do indivíduo do processo de produção, ou seja, enquanto o mesmo está em atividade, o avançar da idade parece não significar muito. Do momento em que tal indivíduo se aposenta, ele é percebido pela sociedade de outra maneira, passando da atividade à inatividade.

Com a aposentadoria, tem-se um divisor de águas na vida do aposentado, que, independentemente do que diz a Constituição Brasileira sobre a denominação do termo idoso, se sente inválido e velho por não pertencer à produção.

De acordo com a Lei nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994, artigo 2º, *idoso* é toda pessoa maior de 60 anos de idade, e a expressão *terceira idade* é utilizada com referência às *pessoas idosas*.

No Brasil, assim como na América Latina, *ser da terceira idade* ou *ser idoso* está, metaforicamente, também relacionado à inatividade, pobreza e doença. O jornal O Globo, de 04 de abril de 2004, diz que

Ser idoso na América Latina pode ser considerado sinônimo de ser pobre. A avaliação está em estudo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) que conclui que apenas dois de cada cinco idosos da região têm renda do sistema de seguridade social ou de trabalho nas áreas urbanas. Na zona rural, essa proporção é de apenas um em cada cinco. (Jornal O Globo, abril de 2004)

Vê-se, portanto, que, no Brasil, os idosos ou os pertencentes à terceira idade tendem a não usufruir tranquilamente do lazer, como seria esperado.

Importa ressaltar, aqui, que esta dissertação tem seu enfoque centrado sobre a inatividade relacionada à aposentadoria precoce, ou seja, ao afastamento legal do quadro de servidores ativos, por tempo de serviço e/ou de contribuição, por parte de um grande contingente de trabalhadores com idade média de 50 anos. Aspectos como pobreza e doença, embora importantes, não foram estudados, uma vez que demandariam uma pesquisa bem mais vasta e um tempo maior do que o destinado à produção de um trabalho no nível de Mestrado. Essa pesquisa poderá ficar para um outro momento, talvez, na busca por um grau mais elevado.

A terceira idade está, historicamente, vinculada, no Brasil, ao conceito de aposentadoria e à construção social de aposentadoria, salientando-se a figura do aposentado como um indivíduo improdutivo, que já cumpriu seu papel perante a sociedade, e que, conseqüentemente, pode ser descartado das relações sociais. São considerados idosos, independentemente do potencial que ainda possam ter para o trabalho.

Na concepção de SANTOS (www.pucrs.com.br), pelas representações sociais da velhice, construídas através da sociedade industrial, prega-se o respeito ao velho, mas, ao mesmo tempo, seu prestígio social é abalado, em virtude do fato de ele não estar no mercado de trabalho.

De acordo com a concepção da autora, é variável a definição que as pessoas têm da velhice, dependendo a concepção do contexto histórico e social. Para Santos, (1990), embora esteja muito presente a idéia de velhice relacionada à improdutividade, é comum as pessoas continuarem no processo produtivo, após sua aposentadoria, uma vez que não se identifiquem como velhas. Além do caráter produtivo, outros aspectos são estudados nesta dissertação, incorporando elementos que colaboram na definição da velhice.

A “velhice” foi estudada por BEAUVOIR, que apontou seu caráter biológico, etnológico, histórico, contrastando-a, também, com a vida cotidiana do velho da atualidade.

Com base no aspecto biológico, a autora salienta que, entre 1900 e 1930, o número de velhos havia duplicado nos Estados Unidos, repetindo o mesmo fenômeno entre 1930 e 1950. Esse fato se deu como resultado da industrialização, a qual fez que o número de trabalhadores nas cidades crescesse substancialmente no período anterior ao mencionado, contribuindo para que houvesse, nas cidades, uma grande concentração de

peessoas idosas, fato que levou biólogos, psicólogos e sociólogos a desenvolverem pesquisas com o intuito de se aproximarem da nova realidade.

Após a 2ª Guerra Mundial, os estudos sobre a velhice se intensificaram, estendendo-se à França e à Inglaterra e apontando a necessidade de uma caracterização fisiológica da velhice.

No homem, o que caracteriza fisiologicamente a senescência é o que o doutor Destrem chama “uma transformação pejorativa dos tecidos”. A massa dos tecidos metabolicamente ativos diminui, enquanto aumenta a dos tecidos metabolicamente inertes: tecidos intersticiais e fibroesclerosados; eles são objetos de uma desidratação e de uma degeneração gordurosa. (BEAUVOIR, 1990:34)

Isto significa que uma das características da velhice é a transformação da aparência do indivíduo. Embora seja, por vezes, difícil admitir o fato, por intermédio da aparência, a idade é facilmente identificada. (BEAUVOIR, 1990:34)

Nesse sentido, diz Loureiro:

É difícil alguém se aperceber quando a velhice se instala em si mesmo. É comum a surpresa no encontro, após longo tempo, com os amigos contemporâneos, quando acontece a percepção das marcas do passar inexorável do tempo nestes, o que obviamente em ambos ocorreu. (LOUREIRO, 2000:22)

A cor dos cabelos se modifica, tornando-se brancos e mais ralos com o passar dos anos; por desidratação, e em consequência da perda de elasticidade do tecido dérmico, a pele se enrugua.

Diante do espelho, é mais comum pensar que ele mente – que a imagem está deformada por culpa do espelho que já reflete mal. É difícil a aceitação da realidade dura (para algumas pessoas) da mudança física da aparência, até pouco tempo plena de frescor, cor e postura firme, substituída pelo decadente corpo que se torna decrépito, a cada dia. (LOUREIRO, 2000:22)

Esse é o retrato biológico da velhice, que leva à deterioração física. Com o progresso da Medicina, a situação se modifica, prolongando a chegada da velhice, mas ela é inevitável, sendo associada sempre à inutilidade e à morte.

Estudos e pesquisas na área biológica afirmam que a velhice possui traços característicos: os órgãos e os tecidos vão se modificando com o decorrer dos tempos, podendo isso acarretar uma série de doenças e modificações no modo de vida, às quais o indivíduo terá de se adaptar.

Paremos de trapacear, o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles. (BEAUVOIR: 12 1990)

“O próprio homem procura esquecer o fato de que será velho, pois, como já se viu, acredita que a velhice, assim como a morte, só chega para os outros. Os problemas do idoso, ele, hoje maduro ou jovem, pensa, não os terá quando for velho.” (Loureiro: 2000:40)

Envelhecer é algo que não tem como ser revertido, mas cabe a cada sociedade a determinação de como o velho será aceito no meio social. O indivíduo acaba entregue à prática social e cultural, que visualiza o idoso conforme os valores estabelecidos socialmente.

Envelhecer é um processo que se apresenta paulatinamente na vida do indivíduo, relacionado a sua degeneração física, mas que está aliado, sobretudo, aos costumes e interesses de cada época e sociedade que elaboram os critérios, determinando os limites entre a juventude e a velhice.

Com relação ao aspecto etnológico, BEAUVOIR (1990) enfatiza que, em diferentes sociedades, são dados valores diferenciados aos velhos. Em algumas sociedades, ser idoso significa o acúmulo de experiências e sabedoria que devem ser repassadas às gerações mais jovens. Em outras, ser velho significa não estar mais apto a participar daquela comunidade e muitas das vezes o velho é expulso brutalmente da coletividade.

Expõe a autora, em sua obra, que, em algumas comunidades primitivas, os velhos buscam voluntariamente a morte, por se sentirem incapazes e improdutivos.

A passagem do tempo acarreta desgaste e enfraquecimento; esta convicção se manifesta nos mitos e nos ritos de regeneração que representam um papel tão importante em todas as sociedades de repetição: os antigos, os primitivos e mesmo as sociedades rurais mais avançadas; o que as caracteriza é que nelas a técnica não avança: a passagem do tempo não é concebida como prenúncio de um futuro, mas como o distanciamento da juventude. (BEAUVOIR, 1990:53)

É interessante ressaltar que os povos seminômades constantemente são vítimas da fome, e aos 40 anos a velhice é alcançada. Por esse motivo, os filhos negligenciam seus pais na distribuição de alimentos. Como essas pessoas são mais lentas, ficam para trás durante as expedições e acabam morrendo sozinhas, sem o amparo dos mais jovens.

Outro exemplo de povo nômade é o dos Koriaks, que viviam na Sibéria do Norte: os mais velhos não eram abandonados à própria sorte; existia um ritual e, quando o adulto atingia a velhice, era assassinado pelo próprio filho.

Os costumes influenciam no tratamento dispensado ao idoso e a opção mais usual das sociedades nômades, cujos recursos são insuficientes, é a de sacrificar os velhos.

É o sentido que os homens conferem à sua existência, é seu sistema global de valores que define o sentido e o valor da velhice... As soluções práticas adotadas pelos primitivos com relação aos problemas que os velhos lhes colocam são muito diversas: pode-se matá-los, deixar que morram, conceder-lhes um mínimo vital, assegurar-lhes um fim confortável, ou mesmo honrá-los e acumulá-los de atenções. (BEAUVOIR, 1990:108)

A partir desses exemplos, é possível supor-se que os nômades velhos, assim como os velhos da sociedade atual, não desfrutavam na velhice do mesmo status que possuíam quando estavam inseridos no processo produtivo, ficando sempre às margens da história.

Outro fator de destaque é que a idade limítrofe para a definição do que é ser velho é variável, não sendo possível determinar de modo preciso o início da velhice.

Segundo FERREIRA (1993), a industrialização colaborou para que a família que normalmente era extensa fosse se transformando até assumir as características da família nuclear.

A diferença estrutural entre esses dois modelos de família é que na extensa predominava a economia agrícola e quanto mais numerosa, mais produtividade se alcançava; a união familiar garantia a subsistência, a segurança e a proteção de todos os seus membros. O chefe da família era respeitado e se caracterizava pela figura do pai, que era geralmente a pessoa mais velha da casa. A esposa, os filhos e os demais membros da família que viviam nas dependências da casa deveriam servi-lo e obedecer-lhe. E dificilmente as suas ordens eram desobedecidas.

A Revolução Industrial mudou radicalmente esse cenário. Com a implantação das fábricas, as cidades foram se desenvolvendo, e as pessoas saíam da zona rural em busca de emprego nos centros urbanos. Não era viável conservar a família extensa na zona urbana, porque a despesa seria muito grande. Passaram, dessa forma, a vigorar famílias menos numerosas.

Foi ocorrendo, a partir desse contexto, uma nova estruturação familiar, passando a família de extensa à nuclear; por outro lado, vão se consolidando os órgãos

assistenciais (hospitais, asilos, aposentadoria remunerada, etc.), visando à proteção da velhice.

Assim como na família extensa, o chefe da família nuclear continua sendo o pai, perpetuando os valores inerentes à família patriarcal.

Após o advento da Revolução Industrial, houve um aperfeiçoamento da saúde da população européia sedentária, graças às melhoras obtidas nas condições de higiene. Diminuiu a mortalidade dos jovens, favorecendo, assim, a longevidade. Mas esse progresso é mencionado apenas para as classes privilegiadas; com relação às classes camponesas, menos favorecidas, a velhice ainda é precoce.

É uma espécie de homens que começam a decair antes dos 40 anos, falta de uma reparação proporcional a suas fadigas. (BEAUVOIR, 1990:221)

Por causa das atividades pesadas desenvolvidas pelos camponeses diariamente, sua aparência física denotava mais facilmente os traços da velhice; longe da produtividade e sendo de camadas menos favorecidas, tornavam-se muitas vezes indigentes com idade inferior à dos velhos de classes mais favorecidas, que gozavam de mais longevidade e estavam amparados em sua velhice.

Com relação à velhice na sociedade industrial, LOUREIRO (2000:42) salienta:

O homem fragiliza-se ao envelhecer nessa sociedade. E para os fracos, não há mais lugar na sociedade de eficácia, fazendo com que nada mais seja possível para eles... Seus conselhos, sua memória, sua sabedoria são desprezados, num desprezo premeditado, para o não-resguardo da verdadeira cultura, cultura esta da qual eles são os guardiões.

O conceito que se tem dos velhos vem sendo modificado através dos séculos, mas a desvalorização acarretada pela idade está presente em todos os contextos e períodos mencionados abaixo.

Na Inglaterra, no Século XVIII, entendeu-se que a responsabilidade com os velhos indigentes recaía sobre a sociedade, e uma corrente sentimental tomou conta do país, comovendo a população pela miséria vivenciada principalmente pelos velhos camponeses. Com isso, as sociedades mútuas de previdência começam a florescer nesse período.

A lei de 1782 deu às paróquias a faculdade de se agruparem em unions para a cobrança e o emprego da taxa dos pobres. E o Estado parecia reconhecer que todo homem tem direito à existência. Foi o que afirmaram,

em 1785, os magistrados reunidos em Speehamland: se um homem não pode ganhar a vida trabalhando, a sociedade deve assegurar sua subsistência. (BEAUVOIR, 1990: 222)

Nota-se que, mesmo de maneira precária, a Inglaterra se preocupa com a assistência pública na segunda metade do Século XVIII, atenuando a miséria dos velhos e essa onda de sentimentalismo influenciou o povo francês.

Na França, a partir do Século XVIII, o velho adquiriu importância, simbolizando a unidade e a permanência familiar, transmitindo aos seus a sabedoria acumulada pelo tempo. Passa a haver uma complacência para com os velhos e uma valorização social desses indivíduos. Exemplo deste fato é a festa da Federação Francesa de 10 de agosto de 1793, na qual 86 anciãos levaram as bandeiras dos 86 departamentos representados.

A velhice não tem uma idade pré-determinada que se enquadre em todos os tempos, pois depende da expectativa de vida de cada época e está aliada à degeneração física do corpo. A França é um bom exemplo dessa afirmativa.

No século XVIII, a expectativa de vida na França era de 30 anos. Durante longos séculos, a proporção dos indivíduos de mais de 60 anos variou muito pouco: em torno de 8,8%. O envelhecimento da população começou, na França, no fim do século XVIII, e, um pouco mais tarde, o mesmo fenômeno produziu-se em outros países. (BEAUVOIR, 1990:271)

“O termo “idoso” servia para designar respeitosamente o velho que tinha como se sustentar dignamente, que tinha posses; no Século XVIII, na França, o termo *velhote* ainda não possuía uma conotação pejorativa: ele designava velhos abastados, cuja imagem estava associada ao “bom cidadão”, “bom pai”. (PEIXOTO, 2002:51). É somente a partir do Século XIX, que o termo assume uma significação pejorativa.

Dessa forma, a partir de então, o termo *velho* podia significar tanto aquele pertencente a uma classe pobre, sem prestígio social e decadente, incapaz de participar do processo de produção, quanto aquele por quem se demonstra todo o respeito por ser pessoa com idade superior a 60 anos de idade, portador de bens para se manter dignamente. Com o passar do tempo, os velhos ricos foram sendo também denominados idosos, diferenciados, de alguma forma, do velho pobre.

Com o passar dos tempos, verificou-se, ainda no caso francês, que surgia uma nova categoria de idosos: pessoas que não estavam mais inseridas no mercado

produtivo, mas que tinham muito vigor para o trabalho. Essa nova categoria foi caracterizada por PEIXOTO da seguinte forma:

Faz-se então necessária a criação de um novo vocábulo que possa designar mais respeitosamente a representação dos jovens aposentados: surge a terceira idade. Sinônimo de um envelhecimento ativo e independente, a terceira idade se torna uma nova etapa da vida, cuja ociosidade simboliza, agora, a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo. (PEIXOTO, 2000:57).

Segundo LOUREIRO (2000:39)

O número de octogenários dobrou na França desde o início do século XVIII. A Suécia e a França são países que revelam o mais acentuado envelhecimento da população: a diminuição da mortalidade infantil e a diminuição da natalidade aumentam, consideravelmente, o número de pessoas idosas, o que acontece em quase todos os países ocidentais.

Foi a partir do Século XVIII que se evidenciou o problema com a velhice (de acordo com a sociedade industrial). Seja na Inglaterra ou na França, as pessoas idosas procuravam ocupar um espaço social para não chegarem à morte social.

Dessa forma, a velhice nas sociedades industrializadas se torna um problema dos adultos ativos que decidem, de acordo com os valores de cada época e lugar, o papel que lhes será reservado, conservando-os integrados à coletividade, não como atores principais porque esse posto é ocupado pelo adulto ativo, mas como elementos participantes do processo social.

Entretanto, tal importância e consideração atingem de modo diferenciado as diferentes classes e /ou camadas sociais.

Até o século XIX, nunca se fez menção aos “velhos pobres”, estes eram pouco numerosos e a longevidade só era possível nas classes privilegiadas; os idosos pobres não representavam rigorosamente nada. A história, assim como a literatura, passa por eles radicalmente em silêncio. (BEAUVOIR, 1990:111)

É como se existisse velhice somente nas classes privilegiadas. E isso, além de ser mencionada apenas a velhice masculina, pois a luta do poder só interessava ao sexo masculino, não se concedendo espaço às mulheres.⁶

Os trabalhadores, ao envelhecerem, não suportavam o ritmo de trabalho exigido nas indústrias, perdendo o emprego e vivendo na miséria. Somente o velho rico mantinha a posição de destaque social.

Houve um impulso demográfico, aumentando consideravelmente o número de habitantes europeus e conseqüentemente a quantidade de idosos, ocasionando um estudo sistematizado da população e trazendo avanços na área da medicina, o que permitiu tratar da população idosa e curá-la.

No século XIX, a Europa se transforma... em todos os países, produz-se um extraordinário impulso demográfico: a população européia que contava em 1800, com 187 milhões de indivíduos; passa a 266 milhões em 1850, a 300 milhões em 1870. Resulta que, pelo menos em certas classes da sociedade, o número de velhos aumenta. (BEAUVOIR,1990:235)

Entretanto, o avanço da ciência não trouxe benefícios apenas para os idosos. Ainda perdurava a condição de miséria decorrente da saída do mercado produtivo. As indústrias valorizavam o trabalhador jovem, caindo em esquecimento o trabalhador que não suportava mais a carga de trabalho. Por outro lado, as distorções de classe tornam-se mais visíveis.

A principal imagem agora é a do velho que vendeu sua força de trabalho e não foi recompensado pelo trabalho ofertado. Dessa forma, ele se vê reduzido à pobreza e muitas vezes à mendicância. Tal fato acontece apenas com os velhos pobres, pois os velhos de classes privilegiadas ocupam o topo da camada social.

O contraste que se apresenta entre velhos pobres e ricos é tão gritante que se chega a pensar que se tratava de duas categorias diferentes.

O velho rico é uma figura importante no âmbito familiar e na direção das fábricas, pois o conhecimento e a experiência deles são considerados salutares, enquanto o velho pobre não possui importância diante da sociedade e da família.

Essa situação de mendicância ocasionada pelos velhos camponeses e pobres melhora no século XX consideravelmente, devido à urbanização e ao desaparecimento

⁶ A questão de gênero, embora fundamental, não será objeto dessa dissertação.

da estratificação social no modelo estamental, tornando o abandono dos velhos incapazes, mais raro do que no século XIX.

Atualmente, o poder do homem sobre os filhos e a mulher tem diminuído; com isso os conflitos de geração se acentuaram. Os filhos, contrariando o modelo de obediência existente até então, discutem com seus pais e trazem à tona a existência de valores sociais que foram modificados pelo tempo.

Nas sociedades contemporâneas, porém, têm ocorrido algumas transformações no sentido de diminuir radicalmente o poder do homem sobre os filhos e a mulher. Não seria exagero ver na Revolução Francesa o germe das transformações a que assistimos hoje em dia. A Revolução Francesa, com a idéia de que todos são iguais perante a lei, abriu caminho para que, lentamente, filhos e esposas se conscientizassem de sua posição inferior e lutassem por aumentar o poder de gerir sua própria vida. (FERREIRA, 1993:63)

Nesse sentido, nas sociedades contemporâneas, a figura do homem mais velho como sendo o mais respeitado no âmbito familiar dá vazão aos membros que efetivamente produzem. O velho, muitas das vezes, fica à mercê de decisões de seus filhos sobre sua própria vida.

Portanto a idéia do “velho” no decorrer dos séculos assume diferentes conotações. Em algumas civilizações, ele é respeitado e é tido como sinônimo de sabedoria. Em outras, principalmente as nômades, impossibilitado de seguir com o grupo, ele é abandonado à própria sorte ou morto pelo próprio filho.

No Século XX a expectativa de vida aumenta, e a velhice passa a ser classificada por meio de fatores biológicos relacionados ao processo de produção, surgindo vários vocábulos para designar essa categoria social, tais como: velhote e terceira idade.

PEIXOTO, em seu livro “Envelhecimento e Imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro”, explica alguns desses termos, traçando um histórico com respeito à terceira idade na França. As grandes clivagens de sentido entre essa terminologia estavam, de certo modo, relacionadas às distinções econômicas e de classe.

Com relação à situação econômica, no Brasil não há diferença de significação entre o idoso ou o pertencente à terceira idade.

Ainda segundo PEIXOTO:

... a unificação de todas as idades sob a rubrica aposentado, sob a etiqueta de terceira idade, determina um outro recorte nas faixas de idade: agora, parece importante distinguir os jovens idosos dos idosos velhos.(PEIXOTO, 2000:57).

Em certas civilizações, segundo SANTOS (1999:22), “a velhice é dotada de prestígio, é sinônimo de sabedoria e experiência, o que leva o sujeito a conservar um papel ativo no grupo social. Isso parece ocorrer em sociedades onde o trabalho não é completamente ligado à força física”. No entanto, na sociedade industrial moderna, onde a ênfase é dada à juventude, à capacidade de produção, ser velho representa uma perda de prestígio, um afastamento do mundo social.

Politicamente, e de acordo com cada contexto social, vão aparecendo diferentes tipos de velhice. Temos a velhice masculina de acordo com a classe social a que pertence, temos a velhice feminina de acordo com os moldes empregados em cada época e de acordo com o papel social desempenhado pela mulher e assim sucessivamente.

Uma questão se impõe imediatamente. A velhice não é um fato estático: é o resultado e o prolongamento de um processo. Em que consiste este processo? Em outras palavras o que é envelhecer? Esta idéia está ligada à idéia de mudança. (BEAUVOIR, 1990:17)

Separar os velhos em classes como era feito na França no Século XVIII, determinando que o senhor com mais de 60 anos e que possuía uma boa condição financeira era um idoso e o que pertencia a uma classe menos favorecida era chamado de velho, não é o suficiente para uma definição de velhice. Esse fato apenas ressalta a estratificação das classes existentes na época. Outras implicações vão surgindo. Assim, no Século XX, começa a ser desenhado um outro quadro com relação à velhice. Entra em cena outro elemento, a aposentadoria.

A aposentadoria representa o fim de uma vida produtiva. Muitas pessoas costumam mencionar que o aposentado é aquele cidadão que contribuiu com o crescimento de seu país. Se ele já cumpriu o seu papel, não há mais nada a fazer, resta apenas esperar a morte. Com isso o conceito de aposentadoria está interligado ao da velhice.

No Brasil, a velhice se confunde com o fim da atividade produtiva e é amparada, entre outros órgãos, pela Previdência Social, que devolve ao trabalhador inativo, sob a forma de aposentadoria, a contribuição paga durante os anos em que esteve em atividade.

A aposentadoria representa socialmente o marco da velhice, delineada para pessoas acima de 60 anos, (mulheres 60 anos e homens 65) encerrando um ciclo de trabalho. Com as transformações ocorridas nos últimos anos, a representação social da

velhice aliada à aposentadoria assume outra proporção. Em função de fatores como o avanço das ciências, que propiciou a longevidade, o aposentado começa a apresentar traços diferenciados do aposentado de outrora.

O novo perfil dessa categoria lhe permite obter uma aposentadoria e continuar no mercado de trabalho, por possuir idade inferior a 60 anos. Surge um fato novo, esses aposentados não correspondem aos critérios associados à velhice, de degeneração biológica, psicológica e social, de acordo com as teorias estudadas.

Cria-se um impasse. Como determinar que tais aposentados sejam inativos, estejam em decadência, se o seu potencial para o trabalho ainda pode ser fortemente aproveitado? Mesmo o jovem aposentado de camadas menos favorecidas não poderia mais carregar o rótulo de velho, pois ele mesmo e toda a sociedade visualizam nele um vigor e uma força que demonstram toda a sua capacidade.

Como no Brasil existe uma associação entre pessoa aposentada e idoso ou pessoa de terceira idade, as pessoas aposentadas com menos de 60 anos não se enquadram nessas categorias, já que não poderiam ser classificadas como idosos.

Diante desse novo acontecimento - jovens aposentados que se aposentaram em média com 49 anos, verificado isso principalmente nos anos 90 - surge a necessidade de se pensarem novos termos para esses aposentados mais de acordo com sua nova condição. Não lhes servindo mais o termo “velho” nem tampouco “idoso”, pensou-se em “terceira idade” ou “melhor idade”.

O termo terceira idade também tem sido utilizado como sinônimo de velhice, apontando como pertencente a ela o indivíduo que tem mais de 60 anos e que é improdutivo.

Socialmente, a idéia de ser aposentado remete ao estigma de velhice, por este motivo muitos dos aposentados negam essa condição por considerarem que perderiam o respeito social, conquistado no decorrer dos anos de trabalho.

Forma-se uma idéia contraditória envolvendo a aposentadoria. O trabalhador contribui com a Previdência Social, almejando a sua aposentadoria e, quando ela se concretiza, muitos não se vêem como parte integrante das características elaboradas pela representação social que dela se faz, ou seja, associada à velhice.

Esse fato ocorreu com os trabalhadores brasileiros no período da Reforma Previdenciária de 1998, período no qual muitos requereram a aposentadoria e, depois que ela se efetivou, continuaram trabalhando.

A reforma em questão precipitou os acontecimentos, fazendo que os trabalhadores optassem por uma aposentadoria precoce, mas sem se sentir parte da

terceira idade, categoria associada à aposentadoria e sem se sentir velhos para o trabalho.

Muitos dos trabalhadores que requereram suas aposentadorias entre 1995 e 1998 possuíam idade inferior a 60 anos e assim, mesmo estando aposentados, não correspondiam ao perfil do aposentado pertencente à terceira idade. Estavam na fase produtiva, eram independentes e não queriam abandonar essa condição. Sentiam-se com toda a capacidade para manter suas atribuições habituais. Sua disposição para o trabalho ainda estava presente e, mesmo tendo requerido a aposentadoria, sentiam-se úteis e pretendiam continuar desempenhando sua função de outrora ou outro trabalho, visualizando a aposentadoria apenas como uma forma de garantia de direitos.

Esse é o perfil dos aposentados que foram entrevistados e que são denominados nesta dissertação de “jovens aposentados”. Tal denominação se deve ao fato de que, no Brasil, para alguns segmentos relacionados ao trabalho, o trabalhador é considerado velho já aos 45, 50 anos de idade.

Como a expectativa de vida tem aumentado no decorrer dos anos, estar velho para o trabalho na faixa etária mencionada se torna contraditório. O que fazer até o final da vida, aposentando-se com 45-49 anos? Se a conceituação de velhice se refere a pessoas com mais de 60 anos - e coincide com a aposentadoria -, essa nova categoria que surgiu não pode ser vista como composta por velhos, ou por elementos pertencentes à terceira idade, pois são jovens para tal perfil social.

Serão chamados de “jovens aposentados”, porque possuem idade média de 49 anos. Vimos que a representação social da velhice está aliada à aposentadoria, mas um aposentado com essa idade não corresponde aos padrões esperados para um aposentado. Nesse sentido, o jovem aposentado tem menos de 50 anos e assume características distintas. É aposentado, mas ainda tem todo o vigor produtivo que os aposentados mais velhos não possuem mais.

Para este novo aposentado, o trabalho tem posição de destaque em sua vida e se privar dele seria algo desastroso para a própria convivência social.

A estrutura previdenciária brasileira, consolidada pela criação do Ministério do Trabalho, permite visualizar a aposentadoria como um período pré-determinado. Desde que o indivíduo inicia suas atividades, ele já possui a dimensão do período entre o início de suas atividades profissionais e a aposentadoria.

O que a tradição, segundo GIDDENS (2005:52), “tem de distintivo é que ela define um tipo de verdade. Uma pessoa que segue uma prática tradicional não cogita de

alternativas”, porque não visualiza outras possibilidades. Acostuma-se com os padrões tradicionais e não quer que eles sejam modificados.

Quando o indivíduo se vê obrigado a modificar uma tradição, sente-se perdido e muitas das vezes não sabe qual o melhor caminho a seguir. No caso específico dos trabalhadores que se aposentaram no período entre 1995 a 1998, a velhice biológica mencionada anteriormente apresenta os primeiros traços, mas não caracteriza a incapacidade produtiva. A tradição da aposentadoria é contrariada pelos novos rumos expressos pela Reforma Previdenciária de 1998.

Em qualquer situação que envolva mudança, é necessário um período de adaptação para que o indivíduo possa assimilar os novos valores que estão sendo apresentados. Nesse período de adaptação, a nova ordem social pode parecer confusa e até mesmo assustadora, pois o que é novo sempre remete ao inesperado, e as pessoas preferem viver acomodadas em condição segura a correr o risco de sofrer perdas significativas com a mudança.

Portanto, a Reforma Previdenciária traçou novos rumos para o trabalhador, e muitos, sentindo-se desprovidos nesse primeiro momento de informações suficientes, decidem-se pela aposentadoria, julgando ser este o melhor caminho para conservar direitos.

Minas Gerais não foi excluída dessa nova ordem social. Assim como em todo o Brasil, grande parte de seus trabalhadores optaram pela aposentadoria. Muitos deles, com direito à aposentadoria parcial.

Inicia-se uma nova fase; os trabalhadores próximos do período de se aposentar sentem receio de perder alguns direitos que o modelo previdenciário anterior garantia. Mesmo sem informações e conhecimento suficientes sobre o assunto, resolvem requerer a aposentadoria para continuar fazendo parte do modelo previdenciário que ainda estava vigorando.

Diante desse cenário, constata-se que as pessoas foram afetadas, indiferentemente dos espaços no qual elas estavam inseridas. Em Araxá, palco da pesquisa efetuada, as especulações e os comentários sobre as possíveis reformas que seriam processadas com a Emenda Constitucional nº. 20 causaram dúvidas e inquietudes nos trabalhadores que estavam planejando a aposentadoria para um período posterior.

O capítulo seguinte refere-se à relação existente entre trabalho e identidade, evidenciando as mudanças ocorridas na categoria dos jovens aposentados, categoria surgida com a reforma.

TRABALHO, IDENTIDADE NO TEMPO E NO ESPAÇO

Trabalho e identidade

O trabalho possui um lugar privilegiado na sociedade, constituindo-se parte da identidade das pessoas que estão inseridas no mercado produtivo. O trabalho não é só um meio de se ganhar a vida, mas é responsável, também, por uma saúde de qualidade, já que está atrelado à cidadania e à dignidade; cria funções simbólicas, portanto.

No dicionário, o significado da palavra *dignidade* retrata a qualidade de quem é merecedor, honrado, honesto, capaz. E é esse o sentido que a sociedade atribui ao trabalhador: quem tem um trabalho “remunerado” é considerado um ser digno perante a sociedade, ao passo que o indivíduo que está fora desse ciclo tem mais dificuldade em ser considerado um ser honrado e respeitado pelas pessoas que o rodeiam.

Mas nem sempre o trabalho foi visto dessa forma. A começar pela concepção religiosa, em que ele é tido como castigo, uma vez que Deus expulsou Adão e Eva do paraíso, obrigando-os a procurar o próprio sustento.

Com base nos estudos feitos por TOMAZI (1993), percebe-se que, nas sociedades indígenas, o trabalho representava exclusivamente um elemento essencial à sobrevivência, ou seja, sem nenhum valor simbólico a ele agregado. Dessa forma, o trabalho não era o eixo principal da vida na sociedade, já que a acumulação de bens não estava presente entre os valores indígenas. “O tempo é utilizado para descansar, divertir-se, dançar, caçar, pescar, plantar e colher, e para o cumprimento das obrigações rituais, que na maioria dos casos envolve todas as outras atividades.” (TOMAZI, 1993:41-42).

Nessas sociedades, as horas trabalhadas eram menores do que as dedicadas ao repouso e aos rituais - constituindo-se estes o valor primordial do agrupamento social.

CARMO (1998) comenta que, embora a economia ainda hoje praticada pelos índios seja de pura subsistência, isto é, sem a produção de excedentes ou de “sobras”, ela não é caracterizada pela escassez, uma vez que os indígenas não são constrangidos a trabalhar continuamente para a sua sobrevivência. Vale ressaltar que o trabalho para a sociedade indígena não é a atividade principal porque, ao contrário do que se encontra na sociedade capitalista, não representa o centro das relações sociais.

Com a escravidão, tinha-se outro modelo de trabalho, no qual os escravos trabalhavam pela sobrevivência, sem atribuir valor a esta atividade, eram apenas obrigados a executá-la. Porém a acumulação de bens estava presente nesse tipo de trabalho, pois o escravo tinha como objetivo primordial a liberdade e para isso ele teria

que fazer uma espécie de poupança com o consentimento de seu “dono”, através do pecúlio. (TOMAZI, 1993)

“O trabalho quase ininterrupto em um engenho prosseguia noite a dentro, como no caso das atividades da moenda, que ficava em funcionamento normalmente por dezoito a vinte horas (...). Nesse período, os escravos, e mesmo os trabalhadores livres, chegavam ao limite de sua resistência física, havendo até mesmo o aumento do número de mortes”. (CARMO, 1998:48)

Neste período, o trabalho era tido como algo destinado a pessoas das classes sociais inferiores, dividindo as pessoas em camadas de acordo com a atividade que exerciam. O poder e o prestígio eram atribuídos somente aos indivíduos que possuíam posses.

Assim, somente com a ascensão do capitalismo no Século XVIII e com a Revolução Industrial, o quadro foi revertido. O trabalho ganhou uma concepção de verdadeira essência do homem.

Na concepção de TOMAZI (1993:55)

Desde os gregos, para quem o trabalho manual era algo penoso e vil, devendo ser executado pelos escravos, passando pela tradição judaica, até épocas históricas mais recentes, como o período feudal, em que a Igreja considerava o trabalho como resultado do pecado original (...). Entretanto, as mudanças ocorridas nas relações sociais, em que o trabalho passou a ser visto como criador de toda riqueza, resultaram na discussão sobre o significado do trabalho.

Com o capitalismo, o significado do trabalho se transforma, passando de vergonha à virtude, pois, ao se trabalhar com afinco, pode-se chegar à riqueza material.

“Louva-se o homem de negócios como a expressão do sucesso, e sua conduta serve de modelo para a sociedade como um todo. A riqueza é mostrada como fruto do trabalho e é a todos acessível por intermédio dele.” (TOMAZI, 1993:89)

A concepção de homem de bem é transformada com a sociedade capitalista, atribuindo-se valor ao trabalhador possuidor de uma atividade.

O homem de bem de outrora já não é, para nós, senão um diletante, e recusamos ao diletantismo todo e qualquer valor moral; vemos, antes, a perfeição no homem competente que procura não ser completo, mas produzir, que tem uma tarefa delimitada e que a ela se dedica, que faz seu serviço, traça seu caminho. (DURKHEIM, 1999: 5)

Pode-se afirmar, mais genericamente, que o trabalho satisfaz as necessidades humanas, como a sobrevivência, mas também organiza os homens em sociedade de acordo com os valores sociais eleitos nas diferentes sociedades. A avaliação da importância do trabalho é pautada em convenções sociais, e ficar sem trabalho é sinônimo de inutilidade, desprestígio social e perda de poder.

O trabalho humano, como fator de produção, como mecanismo de participação social ou força volitiva criadora do sujeito, é tratado como manifestação de uma realidade capitalista, uma relação social onde o poder é representado pela capacidade de acumulação e, conseqüentemente por um movimento incessante de criação, ampliação, crescimento e diversificação dos ramos de produção. (KUYUMJJAN e DALBOSCO, 1999: 190).

O trabalho na sociedade capitalista, agrega valores econômicos, concomitantemente com valores sociais, que vão construindo a história dos indivíduos de acordo com a importância dada a ele.

A conceituação do trabalho perpassa por várias idéias e a sua compreensão contribui para o entendimento do tema central desta dissertação que é o “jovem aposentado”

A (re)configuração conceitual do trabalho transforma-se em espaço de controvérsias e diferenças. Um mosaico de teses mostra o trabalho como uma noção inacabada: Rifkin (1995) que profecia o fim do trabalho; Antunes (1995) que questiona a tese de fim do trabalho; Méda(1995) que assinala o trabalho como um valor em via de desaparecimento; Freyssenet (1993) e Chamoux (1994) que analisam trabalho como invenção social ou noção etnocêntrica. Em síntese, eis algumas das linhas de força que situam o debate em torno das metamorfoses do trabalho. (FERREIRA, 2002:71)

O conceito de trabalho tem sido bem abrangente, e os autores ora divergem com relação ao seu conceito, ora se completam na definição desse elemento essencial para o entendimento da aposentadoria, que é o objeto de estudo desta dissertação.

De acordo com a concepção de MASCARENHAS:

Apesar de todas as transformações ocorridas, percebemos que o trabalho continua sendo elemento fundamental na constituição de grupos e pessoas em nossas sociedades. Mesmo porque o trabalho não se confunde com mercadoria, nem se limita a emprego. Trabalho é sinônimo de nossa humanidade (sic!) É atividade humana por excelência, é o modo como transmitimos significado à natureza. (MASCARENHAS, 2002:49)

Ainda segundo MASCARENHAS:

O ingresso no mundo concreto do trabalho confere valor social. Permite a aquisição de qualificações que são agregadas à identidade do trabalhador e incorporadas ao eu. Na vida adulta, a inserção no mundo do trabalho aparece como consequência lógica de uma vida “adaptada” e “normal” e como atributo de valor em uma sociedade pautada pelo fator produtivo. (MASCARENHAS, 2002:62)

Desempenhando suas atividades no mercado de trabalho, as pessoas se consolidam socialmente, pois o trabalho representa uma realização do ser humano: por intermédio da atividade produtiva, o homem expressa a sua criatividade, integrando-se à sociedade. Em consequência disso, enquadram-se os indivíduos à normalidade social correspondente aos padrões da sociedade capitalista.

O trabalho enquanto papel obrigatório e prioritário tem uma dupla influência sobre o indivíduo. Por um lado, enquanto instituição ele oferece ao sujeito um ambiente estruturante, um sistema de referência. Através das instituições, o sujeito se torna parte de um grupo social (...) Além disso, enquanto valor econômico, ele constitui o meio principal de independência da maioria dos trabalhadores. (SANTOS, 1990:18)

Na modernidade, a sociedade ocidental vê o trabalho como uma parte inseparável das demais atividades sociais; o indivíduo, para ser parte integrante da sociedade, deve ter um emprego e tal questão acabou se tornando um importante referencial para o desenvolvimento emocional e o reconhecimento social do indivíduo. E esses fenômenos são responsáveis pela auto-regulação do indivíduo na sociedade, em constante interação com o tempo e o espaço.

Com a consolidação do capitalismo na era moderna, o trabalho nas sociedades ocidentais alcança uma exaltação digna de respeito, deslocando-se da concepção teocêntrica para a racional, influenciando o conjunto do processo produtivo.

O sociólogo alemão, Max Weber, em sua obra “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, analisa a mudança de atitude em relação ao trabalho, demonstrando que, na gênese da constituição do capitalismo, o trabalho passa a ser visto como vocação. A perda de tempo assume uma posição do mais funesto dos pecados, ficando explícita a crença de que a dignidade vinculada ao trabalho adquire proporções grandiosas e de que a falta deste se torna um elemento excludente da vida social.

Para a ética protestante, deve-se trabalhar arduamente, sem desperdiçar nem tempo, nem dinheiro, podendo-se, assim, chegar ao êxito na vida material. Portanto, a riqueza em si não é condenável. O desfrute, a preguiça e o não-trabalho (a ociosidade) é que são encarados como pecados, pois o indivíduo perde seu tempo com coisas improdutivas.

A tese weberiana, desenvolvida a partir da análise da reforma protestante de Lutero e Calvino, salienta que as mudanças então ocorridas interferem em todos os segmentos sociais, e o trabalho, como vocação, do período da gênese capitalista, se consolida em trabalho como destino na modernidade, também capitalista.

Hannah Arendt salienta a importância do trabalho no mundo contemporâneo, onde a própria maneira de se expressar denota quem o indivíduo é, realçando o que faz ou desempenha na sociedade, reservando, assim, um papel de suma importância ao trabalhador.

Dentro desse contexto, a contemporaneidade assume o sentido do trabalho relacionado à idéia de que o *status* social está intimamente ligado à atividade do indivíduo. Logo, o trabalho passa a ser o centro da socialização, ou seja, a vida social será diferenciada pela atividade executada dentro da esfera do trabalho.

Para LARANGEIRA,

Cabe destacar que o fator trabalho, em diferentes concepções, constitui-se em elemento essencial de integração social e assume uma valorização e legitimidade histórica, a partir da qual se constrói a relação trabalho – não trabalho, em que não trabalho é submetido à condenação social. (LARANGEIRA, 1999:25)

A relação estabelecida entre trabalho-trabalhador assume um papel intrigante na contemporaneidade, pois, ao mesmo tempo em que “escraviza”, ele liberta, pois se torna um elemento essencial de sociabilidade, sendo fator de inclusão social.

Pode-se constatar essa afirmativa em alguns depoimentos contidos na pesquisa empírica realizada para esta dissertação:

Olha, pra mim, o trabalho é tudo, ele é tudo, eu sempre falo com meus filhos o seguinte: procure o trabalho em qualquer situação e que seja o menor trabalho, o mais humilde que existir, faça. Não tenha vergonha, porque o trabalho é a sobrevivência do ser humano, o trabalho é que dignifica a pessoa e a pessoa, quando fala que é um desempregado ou é um aposentado, a sociedade exclui. (Entrevista nº. 1)

“O trabalho representa para o indivíduo a consciência de pertencer a determinado grupo social e a carga afetiva que isso implica”. (MASCARENHAS, 2002:62) Deixa claro o autor que o que está em voga não é somente o fator financeiro, mas o sentimento de inclusão social. Numa sociedade capitalista em que se valoriza tanto o trabalho, faz-se necessário ter uma ocupação profissional para ser respeitado e valorizado. Este sentimento pode ser confirmado no depoimento abaixo:

Ah, o trabalho é muito importante, porque, quando você está trabalhando, está ocupando seu tempo. Aquele relacionamento que você tem com seus colegas de trabalho, com a empresa e com o trabalho em si é muito importante. A gente não trabalha não é só para receber, economicamente. Você se sente mais feliz. (Entrevista n°. 3)

O trabalho proporciona prazer ao trabalhador, pelo sentimento de utilidade que a este confere. Importa ao trabalhador sentir que o seu trabalho é necessário e que a sua atividade ocupacional constitui um fator primordial, possibilitando assim um sentido maior para a sua vida.

“O trabalho é objeto de reconhecimento”, (MASCARENHAS, 2002:62) e este reconhecimento proporciona prazer ao trabalhador, atribuindo um significado especial ao trabalho.

Pra mim eu acho importante. Por exemplo, no trabalho, no serviço que eu estou, eu gosto do que eu faço e a gente sente que é útil pra empresa. (Entrevista n°. 4)

Uma preocupação presente nas entrevistas feitas foi a de que o aposentado, tempo o todo, queria ser reconhecido pelo papel desempenhado como trabalhador e não como aposentado, pois fazia questão de deixar clara a sua utilidade perante a sociedade.

Eu até sou contra a pessoa nova não poder trabalhar, não trabalhar antes dos 14 anos, porque eu conheço pessoas no meu caso que trabalham desde os 7 anos de idade, eu não tive tempo de aprender a fumar uma maconha, não tive tempo de ficar badernando na rua, porque eu tinha obrigação no outro dia. Eu acho ruim quando o governo tira esta oportunidade. É claro que eu sou contra o trabalho escravo, quando a pessoa coloca a criança que não tem oportunidade de estudo fazendo serviço de gente grande. Isto é um absurdo, mas aquele serviço de meio período numa oficina, num almoxarifado, até mesmo vender jornal na rua, o que é que tem? (Entrevista n°. 5)

O entrevistado nº.5 deixa claro que um dos aspectos relacionados ao não-trabalho foi a questão dos desvios de conduta social, apresentados pelos jovens na sociedade atual. O entrevistado atribui esses aspectos à falta de trabalho, deixando explícita a sua posição de que o indivíduo deve trabalhar desde criança.

Eu acho que o trabalho, ele é tudo na vida da pessoa. Pra uma pessoa que tem objetivo, que quer conduzir a família a uma ... dar uma certa condição para a família, ele é super importante. Ninguém pode abrir mão disto, né? (Entrevista nº. 6)

Neste depoimento, observa-se outra importância atribuída ao trabalho. Ele pode proporcionar condições para a formação de uma família, o que é outra característica demonstrada constantemente nas entrevistas: a preocupação com a sobrevivência das pessoas que fazem parte da família.

Socialmente uma pessoa só é reconhecida se for um trabalhador. O trabalhador, hoje, é uma coisa muito valorizada, principalmente a pessoa do sexo masculino. Ela é visada. Um cara que não trabalha tem um conceito social diferente. Então, eu penso desta forma. (Entrevista nº.8)

Do ponto de vista cultural e psicológico, pior que a convivência com o desemprego será a idéia do fim do trabalho. Apesar da etimologia do termo coerente com o sentido de castigo que lhe confere a Bíblia, bastaram alguns séculos de capitalismo e de sua ética protestante para a mistificação do conceito: o trabalho deixa de ser a atividade que diferencia o ser humano do animal, uma vez que, através dele, se constrói a cultura; e passa a significar tão somente atividade relacionada à produção de mercadorias. O mais não é trabalho. E o conceito simplificado de trabalho está tão arraigado que capitalistas ou socialistas vivem a repetir, com arrogante certeza, frases que algum senhor ou feitor do final do século XVIII disse a quem trabalhava, que o trabalho enobrece o homem, só quem trabalha pode enriquecer; quem não trabalha não presta, etc. (FERRARI, 2000:15)

O trabalho é uma atividade que requer esforço físico ou mental para transformar elementos da natureza em prol das necessidades humanas. Na acepção de Marx, em “O Capital”, o trabalho é atividade resultante do dispêndio de energia física ou mental, direta ou indiretamente voltada à produção de bens e serviços, contribuindo, assim, para a reprodução da vida humana e social. Ou seja, em Marx, o trabalho é uma forma de domínio como também de transformação da natureza. (MARX, 1867/1968).

O trabalho pode ser visto, no pensamento marxista, como a dependência do ser ao seu próprio meio. A subsistência leva o indivíduo a dominar a natureza que o cerca e, quando isso já não lhe é primordial, afeta sua relação social. "O homem é imediatamente ser natural. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, em parte, dotado de forças naturais, de forças vitais, é um ser humano ativo; estas forças existem nele como disposição e capacidade, como instintos (...) é um ser que padece, condicionado e limitado (...), isto é, os objetos de seus instintos existem, exteriormente, como objetos independentes dele; entretanto esses objetos são objetos de seu carecimento, objetos essenciais, imprescindíveis para a efetuação e confirmação de suas forças essenciais." (MARX, K. "Manuscritos Econômico-Filosóficos": 40) No caso do ser humano, essas forças essenciais se traduzem pelo trabalho, que cria no homem uma dependência da qual dificilmente ele consegue se desvencilhar.

Nessa concepção, a venda da força de trabalho torna-se a única opção ao trabalhador livre, para obter a sua sobrevivência e a de sua família, com base no seu salário.

Esse fato pode contribuir para o processo de alienação, limitando os valores de uma sociedade apenas ao trabalho, considerando que "a essência do homem é o conjunto das relações sociais. A conformação corpórea natural é condição necessária do ser homem. Não é condição suficiente. A humanização do ser biológico específico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade". (MARX E ENGELS, 2002: 24).

As relações de produção formam a base das relações sociais, o trabalhador estabelece seu vínculo social, a partir das atividades exercidas, orientando seu modo de vida através dessas relações.

O trabalho, então, permanece como atividade intrinsecamente social, entre outros tipos de atividade ou formas de instituição. A práxis poderia ser tratada como a base universal da vida social humana como um todo. Ou seja, a práxis se refere à constituição da vida social como práticas regulares, produzidas e reproduzidas pelos autores sociais nos contextos contingentes da vida social. (GIDDENS, 1998:306)

Daí a importância do trabalho na contemporaneidade, pois, ao mesmo tempo em que ele se apresenta como uma forma de exploração, opressão e alienação do proletariado, ele é também condição de existência, e o trabalhador almeja trabalhar enquanto tiver forças, já que essa condição agrega valores sociais positivos.

Em linhas gerais, as representações sociais de infância, juventude, idade adulta e velhice articulam-se de formas distintas a partir do elemento trabalho: as crianças ainda não produzem, os jovens são inteligentes quando trabalham, a idade adulta é o ápice da maturação e da produção e a velhice é o não-trabalho. (SANTOS E ALESSIO, 2006:121)

Os laços criados durante os longos anos de atividades produtivas tomam conta da consciência do trabalhador, que projeta no ambiente de trabalho o seu modo de ser. O que o trabalhador faz determina, quase sempre, o seu modo de vida, o seu ciclo de amizade, a sua forma de lazer, o modo como sua família é educada, os hábitos inerentes aos membros de sua família e os *status* que lhe serão atribuídos.

O espaço próprio para a execução de seu trabalho, somado ao tempo de atividade, faz que o trabalhador, após anos executando uma determinada função em um espaço determinado, acredite que, sem aquela atividade, as suas relações sociais serão abaladas pelo estigma de inutilidade, depositado sobre ele após sua retirada do sistema de produção.

As pessoas estão presas ao tempo e isso facilita a relação existente com a experiência coletiva, característica das sociedades industrializadas, que representam um modelo autodisciplinador aos atores sociais.

Nesse contexto de autodisciplina, os proletários, habituados a horários rígidos no cumprimento do trabalho, sentem dificuldade em se adaptar a um contexto diferente, pois o seu papel social como trabalhador está bem definido.

O trabalhador define um *status* dentro da sociedade, caracterizando isso um conjunto de comportamentos padronizados que vão sendo incorporados ao indivíduo, formando sua identidade. Mesmo que os papéis, em certos momentos, exerçam uma pressão social sobre o indivíduo, a organização que ele faz das suas atividades fora e dentro do ambiente de trabalho evidenciarão *a priori* as características da sua identidade.

A identidade se forma a partir da relação estabelecida entre o indivíduo e o outro, relação única, de indivíduo para indivíduo, pois faz a junção do comportamento único e individual vivenciado pelo sujeito, com a interação do todo, da coletividade que se traduz na sociedade.

Ao nascer, cada indivíduo pode ser muito diferente, conforme sua constituição natural. Mas é apenas na sociedade que a criança pequena, com suas funções mentais maleáveis e relativamente indiferenciadas, se transforma num ser mais complexo. Somente na relação com os outros seres humanos é que a criatura impulsiva

e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. (ELIAS, 1994:26)

Isso significa que a sociedade molda o indivíduo e que valores individuais se tornam parte do todo em função da vida em sociedade e da busca de uma harmonização entre as necessidades pessoais e de cooperação.

A identidade, segundo STUART HALL,

É formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o eu real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem. (STUART HALL, 2004:10)

CASTELLS, também, apresenta sua visão a respeito de identidade:

No que diz respeito a atores sociais, é o processo de construção com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, esta pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social (CASTELLS, 2002:22).

A pessoa possui uma individualidade própria, que é modificada de acordo com o tempo e o espaço social em que cada um está envolvido.

Um aspecto de convergência entre os vários conceitos de identidade é que a concepção de imobilidade, que fez parte do pensamento de vários teóricos por muitos anos, vem sendo modificada, dando lugar a um conceito mais fragmentado de identidade, no qual a vida social exerce influência direta sobre o comportamento do indivíduo trazendo uma flexibilidade maior. Uma pessoa assume várias identidades ao mesmo tempo, pois elas são a representação que o sujeito faz de si e da imagem que ele supõe que os diferentes grupos sociais fazem dele. Pode haver, ainda, uma representação coletiva, em que o indivíduo se sinta pertencente a determinado grupo social em virtude das crenças, das atitudes e dos comportamentos do grupo.

Na contemporaneidade, a formação da identidade individual ou coletiva, traduzida pelo grupo de pertença, não se caracteriza como algo pronto e acabado e, sim,

em formação. Sempre há elementos a serem incorporados na identidade e, ao mesmo tempo, essa identidade pode assumir uma nova roupagem com o passar dos tempos.

As velhas identidades tão presentes na Idade Média, com traços marcantes do catolicismo em sua formação, fazendo que as características das pessoas fossem modeladas de acordo com os padrões estáticos exigidos pela igreja católica, declinaram, com o aparecimento da sociedade capitalista. Já não existe mais lugar para um pensamento que não se modifique e que não se enquadre nos modelos atuais de constantes mudanças da era contemporânea.

A formação da identidade na contemporaneidade tem como valor central o trabalho. A sociedade agrega valores primordiais ao trabalho e, por seu intermédio, as relações sociais são estabelecidas. Estar fora desse processo significa, em muitos casos, a morte social, porque as relações sociais se processam no e em virtude do trabalho.

STUART HALL (2004) faz uma divisão do conceito de identidade em três partes distintas: o sujeito iluminista, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O sujeito iluminista continua o mesmo, desde o nascimento até o seu desenvolvimento. Está centrado na razão e essa essência o acompanha desde o nascimento até a morte. Tem uma concepção individualista, centrada no eu.

Ele se redescobre como sujeito independente da Igreja e, por essa razão, tenta construir o seu eu a partir de sua própria vivência, sem a imposição ocasionada pela religião. E esse fato se dá com a modernidade, com todo o seu dinamismo e riscos, mas, com o controle da Igreja sobre os indivíduos, tais riscos parece estarem também controlados.

O sujeito sociológico tem uma concepção modificada, já não é mais auto-suficiente e necessita de outras pessoas que vivam próximo a ele para a construção de sua identidade. Medita sobre os valores e sobre a cultura. Nessa concepção, pode-se perceber que a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade, evidenciando a influência e a importância desta nesse processo de construção. Há uma assimilação da cultura da qual o ator social é parte integrante, interiorizando os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que o mesmo ocupa na esfera social.

Argumenta-se, entretanto, que são exatamente essas coisas que agora estão "mudando". O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa

conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. (STUART HALL, 2004:23)

Isso significa que sua identidade comporta diferentes facetas em diferentes momentos de sua vida. E, que muitas vezes, essas identidades não fazem parte de uma unificação coerente. Esse é o sujeito pós-moderno, que não possui identidade fixa e que, muitas das vezes, detém uma identidade contraditória, fragmentada, que o leva a diferentes direções. Ela vai se formando de acordo com a apreensão e a interpretação da realidade, traduzida pelas representações coletivas de sua posição social, separando o “eu” dos “outros”.

A posição ocupada pelo indivíduo na sociedade se define pelo sistema de *status* e papéis assumidos por este no decorrer de sua existência.

A análise das representações sociais de jovens aposentados foi influenciada por essa divisão feita por STUART HALL, com ênfase no sujeito sociológico. O trabalhador necessita das relações sociais para a formação da identidade, influenciando e sendo influenciado pela sociedade na qual está inserido. E, do ponto de vista do trabalhador, a aposentadoria parece questionar valores tão próprios da sociedade capitalista, como a importância atribuída ao trabalho.

A aposentadoria interfere na identidade do ator social, porque ele incorpora valores específicos desta categoria, assumindo traços não perceptíveis em outras categorias sociais.

Significa a ruptura do trabalhador com o sistema produtivo e, nesse sentido, o aposentado traz consigo um sentimento de inutilidade social. Estar aposentado significa que a pessoa não é mais produtiva e que, com isso, não é mais útil à sociedade.

Algumas pessoas conseguem se adaptar bem à nova situação e acabam por viver harmoniosamente no âmbito familiar, sem se incomodar com a aposentadoria.

Mas, para uma grande parte dos trabalhadores e, sobretudo os que se aposentaram pela mudança na legislação, a aposentadoria está relacionada a um período próximo da morte e, para fugir desse estigma, não aceitam a condição de aposentados e preferem voltar à vida ativa, pois só assim se sentirão úteis e poderão viver de maneira mais saudável.

Para o aposentado que está acostumado a horários rígidos e a lugares padronizados, a fim de executar o trabalho que o torna sujeito ativo e responsável pela sua própria história, é como se houvesse uma separação social entre as pessoas que

trabalham e as que já estão fora do processo produtivo. Para os ativos, prestígio e valor; para os inativos, esquecimento social.

A aposentadoria é tida como um sinônimo de velhice, acarretando mudança na estabilidade e permanência do trabalhador, que terá sua identidade modificada pela nova situação a qual, em grande parte, é caracterizada por uma crise que obriga o sujeito a fazer uma releitura de si mesmo.

Numa sociedade na qual o trabalho exerce o papel de destaque, o sinônimo de produtividade está na juventude. Aposentar é envelhecer, é sofrer mudanças físicas e psicológicas. Mudanças corpóreas são acarretadas pelo aspecto biológico próprio do organismo. O sujeito já não tem mais a mesma elasticidade, e a idade afeta a aparência física do corpo.

Com relação às mudanças psicológicas, estas se impõem visto que o indivíduo terá de enfrentar elementos adaptativos à nova condição, lidando com a não-valorização das pessoas mais velhas no seio da sociedade capitalista contemporânea.

Na nova condição, o ator está exposto à possibilidade de perdas sociais, que simbolizam a proximidade do fim da vida. Terá de lidar com as mudanças externas que advêm dos sintomas corpóreos trazidos pelo tempo, pela aceitação que ele terá no grupo social com a inatividade.

Na práxis da vida social, é constante nos interessarmos por essas questões de harmonização e equilíbrio... Quando se reflete calmamente, não é difícil ver que, no fim das contas, as duas coisas só são possíveis juntas. As pessoas só podem conviver harmoniosamente como sociedades quando suas necessidades e metas socialmente formadas, na condição de indivíduos, conseguem chegar a um alto nível de realização, e o alto nível de realização individual só pode ser atingido se a estrutura social, formada e mantida pelas ações dos próprios indivíduos, é construída de maneira a não levar constantemente a tensões destrutivas nos grupos e nos indivíduos (ELIAS, 1994:122-123).

Se a identidade é constituída pela relação estabelecida entre o indivíduo e a sociedade, no contexto temporal e espacial, a aposentadoria se apresenta como tempo final de uma jornada de trabalho que perdurou por anos, fazendo o trabalhador dividir o seu tempo entre as horas que passava no trabalho e as horas que tinha livre longe do processo de produção.

Após a aposentadoria, já não existe mais essa divisão. O que resta é o tempo livre, que terá que ser readaptado para que o indivíduo não tenha danos psicológicos com esse fato.

Segundo (SANTOS, 1990), a aposentadoria remete a duas situações que se opõem. A primeira é a imagem da aposentadoria-reposo, em que o aposentado se sente feliz com essa situação, pois está liberado do trabalho. Mas também existe a aposentadoria-vazio, traduzida pela solidão. Esta se potencializa se o trabalhador é jovem e foi “levado” a se aposentar por razões alheias à sua vontade e em tempo não previsto inicialmente.

No ato da aposentadoria, o trabalhador não tem o hábito do tempo livre. Não sabe como reorganizar o tempo em função da família e do lazer. A própria manutenção das atividades sociais estava vinculada ao trabalho e transformar essa conquista em aposentadoria-prazer requer tempo e engajamento em outras atividades que possam satisfazer o aposentado, preenchendo seu tempo com outras atividades.

Se, por um lado, o trabalho é um dos meios mais fortes para que o sujeito se adapte a uma sociedade e seja por ela reconhecido, por outro lado, o indivíduo pode interiorizar a idéia de que o valor do sujeito é diretamente proporcional à sua força de trabalho. (SANTOS, 1990:28)

Com este pensamento, o aposentado está fadado a fazer de sua aposentadoria um enorme tempo sem sentido, passando a acreditar que o trabalho é a única forma de engajamento social, de reconhecimento e de prestígio.

Ah, depois que eu abandonei o meu serviço, eu perdi até os colegas. A gente saía para tomar uma cervejinha depois do horário, conversava sobre tudo, até sobre mulher (dá uma risada). No período que eu fiquei sem trabalho, até as pessoas que vinham na minha casa sumiram. Agora, estou trabalhando e sou querido de novo. Até a vida com a minha família melhorou. (Entrevista nº 2)

Dessa forma, o papel profissional assume proporções tão grandiosas que o não-trabalho, em alguns casos, pode significar uma aposentadoria da própria vida, sendo difícil a construção de novos projetos fora dessa concepção profissional, quando o indivíduo faz de si uma representação pautada na idéia de produtividade.

Segundo SANTOS (1990:29), “no nível subjetivo, a perda do papel profissional pode acarretar uma modificação do conjunto das dimensões da identidade pessoal:

- O sentimento de unidade é atingido pela perda de um papel que, durante vários anos, fez parte da imagem e da definição de si mesmo;

- A aposentadoria acarreta uma reorganização da multiplicidade de identidades que se organizam na identidade pessoal.

- Com a perda do papel profissional, o sujeito perde também seu poder como ator social e seu valor com relação a uma sociedade voltada para a força de produção”

Quando, em nível subjetivo, o sujeito não consegue transitar entre a categoria assumida como trabalhador e a nova categoria de aposentado, ele pode criar um conflito intrapsíquico, no qual se torna incapaz de sintetizar elementos antagônicos. Essa incapacidade de adaptação a qualquer sistema é, em geral, acompanhada por um sentimento de pertença.

O indivíduo começa a escrever sua história, desde o nascimento, o início de sua vida, mas a evolução é interrompida em um determinado momento, e a história terá de dar lugar a outros cenários e a outros atores. Isso significa que a linha da vida tem um início e um fim. As pessoas nascem e morrem. E, entre o nascer e o morrer, surge uma linha do tempo, registrando todos os acontecimentos da vida do indivíduo.

A certeza dos acontecimentos futuros não existe. Mesmo com toda a vulnerabilidade e a fragilidade humana em saber que o amanhã é incerto, o indivíduo sempre planeja o seu futuro, está sempre vivendo em função de um dia seguinte.

Quando o indivíduo começa a trabalhar, ele também traça planos para o futuro, e um destes planos é sua aposentadoria. Ele terá de trabalhar durante alguns anos para conseguir uma aposentadoria que lhe permita viver com tranqüilidade.

Como não se pode prever o futuro e o que se pode fazer é planejá-lo e viver intensamente o presente, torna-se necessária certa organização da existência do indivíduo na terra, tendo como base o tempo e o espaço onde ele se encontra. Tal organização rompeu-se com a aposentadoria precoce, levando-o seja a problemas de identidade, seja à decisão de voltar quase imediatamente ao mercado de trabalho, muitas vezes na mesma instituição, como foi o caso de parte dos nossos entrevistados (capítulo V). Ambas as situações têm relações intrínsecas com a forma como são percebidos pelo trabalhador o tempo e o espaço e interferem positiva ou negativamente em sua forma de inserção social, conforme veremos a seguir.

Tempo, espaço e modernidade

O trabalhador constrói uma história linear durante os anos de trabalho, marcando sua existência laboral. O tempo não é vivido aleatoriamente, ele contribui para a formação simbólica do trabalho, estabelecendo uma relação com o passado, o presente e o futuro. Mas qual o significado do tempo no cotidiano dos jovens aposentados? Para responder a essa questão, definições como a concepção do tempo religioso, temporalidade histórica e tempo social devem ser elucidadas.

Como ponto de partida, tem-se a análise de CARVALHO (2002) com relação às categorias mencionadas que norteiam o percurso estabelecido para a compreensão da organização do tempo no cotidiano do jovem aposentado, objeto de estudo desta dissertação.

Com relação ao tempo religioso e à relação estabelecida entre Deus e o Homem, CARVALHO salienta:

Esse homem “é nascido” num dado momento, tem, por conseguinte, início, mas que sofrerá um duplo deslocamento: no espaço e no tempo. O pecado original inaugura dois novos eventos: o homem que só tinha existência passará agora a ter fim, tornando-se mortal; e ao habitar o mundo, deixando o paraíso, onde vivia face a face com Deus, concretizará o tempo propriamente humano, mas que terá fim, não por vontade própria, mas por predestinação divina. (CARVALHO, 2002:25)

O acontecimento bíblico dá origem à formação de um novo tempo, que passa a ser visto como castigo divino, em represália ao pecado cometido, ao mesmo tempo em que traz a redenção da vinda de Jesus Cristo à Terra. A idéia de fim se transforma em espera pela morada eterna junto do pai.

A chegada de Jesus Cristo assinala um tempo histórico linear, no qual o cristão vivencia as etapas divinas do nascimento, paixão, morte e ressurreição de Cristo, relacionadas ao tempo humano, que vai do nascimento até o encontro definitivo com Deus.

O presente é para o cristão o testemunho da fé e também de expectativa da vitória da e para a eternidade santa; é um momento de articulação entre o hoje e a parusia; é um momento mobilizador e catalizador de reafirmação constante de reconstrução do tempo do perdão. (CARVALHO, 2002:23)

O tempo religioso está ligado à origem do mundo e à evolução do homem representadas pela Igreja através do ano litúrgico. A sociedade movimenta-se em torno

do calendário cristão, em que podem ser destacados acontecimentos importantes como “Natal, Quaresma, Páscoa e Tempo Comum.” (CARVALHO: 2002:37).

A temporalidade histórica nos dá o sentido de que há variações na concepção do tempo através dos fatos que vão ocorrendo. Na Idade Média, ápice do poderio católico, os padrões sociais e culturais relacionados ao comportamento do ator social deviam ser seguidos de acordo com preceitos da fé, não somente pelos católicos, mas por toda a sociedade. A noção temporal utilizada até a Idade Média era religiosa.

O pensamento cristão, na visão religiosa, evidencia uma continuidade em que está presente a materialização do começo e do fim, perpetuando a figura de Deus como criador do universo através das gerações. O cristão vive o presente, projetando o futuro e tendo como meta primordial a salvação eterna.

Até o fim da idade média, a medição do tempo perpassava a noção de que todas as coisas, todos os movimentos, todas as ações executadas tinham como ponto central a figura de Deus; todas as atitudes tomadas deveriam ser desenvolvidas de acordo com o desejo de Deus; por qualquer atitude contrária, o indivíduo teria de prestar conta de seus atos à justiça divina que a tudo via e tudo sabia sobre cada ato deste indivíduo.

O tempo cristão foi de grande importância para a história, pois serviu para medir o tempo e também para exercer controle sobre as pessoas dominadas em nome de um Deus, mais capaz de punir quem se desviasse de seus preceitos, do que de ser misericordioso.

Nessa trajetória cristã, o marco fundamental com relação à medição do tempo, foi a vinda de Jesus Cristo à Terra. Esse acontecimento dividiu a temporalidade em duas eras, antes de Cristo “a.C” e depois de Cristo, “d.C”, cuja utilização foi consolidada após a segunda metade do Século XVII. (CARVALHO: 2002)

Durante a Idade Média, a Igreja católica detinha um destacado poder religioso e político, exercendo forte controle sobre as pessoas, forçando-as a se subordinarem a uma visão cristã, condicionando suas vidas ao julgamento final. O cristianismo vai ser a base da aspiração à universalidade, integrando todos os cristãos numa só sociedade política.

Até a Idade Média a medição do tempo pode ser traduzida pelo tempo cristão de continuidade, ressaltando um começo e um fim, e vivendo a espera do juízo final e da glória da eternidade santa. No tempo cristão, o indivíduo tem sua vida condicionada ao juízo final, portanto suas ações devem ser direcionadas a esse julgamento. Desde o seu nascimento, deve estar subordinado à vontade divina, uma vez que agir fora dos dogmas religiosos significa a punição e a perda de um lugar ao lado do Pai.

Na Era Moderna e principalmente com a transição do feudalismo ao capitalismo, o homem passa a ter uma visão diferente de mundo. O uso da racionalidade na solução de problemas se torna maior que o uso exclusivo da fé. Novas tecnologias são desenvolvidas, outras relações sociais são estabelecidas e conseqüentemente a velocidade dos acontecimentos também sofre modificações. Agora o tempo religioso deve estar subordinado ao tempo do capital, posicionando-se no tempo profano, que prioriza um espírito de continuidade, mas permanentemente em transformação.

Segundo CARVALHO,

As transformações na sociedade feudal e o surgimento do mercantilismo e do capital exigem uma forma de perceber, mensurar e controlar o tempo. A secularização, o desenvolvimento e a consolidação do pensamento científico e histórico, nele incluídos, as novas teorias sobre o cosmo retiram do pensamento religioso a exclusividade das interpretações e dos canais de divulgação, informação e formação, constituindo-se um novo campo de interpretação e de pesquisa. (CARVALHO, 2002:40)

A concepção religiosa de tempo vai cedendo espaço a uma temporalidade laica, dando vazão a outros horizontes com a passagem do velho mundo feudal para a constituição da modernidade.

Em termos sociológicos, a concepção temporal é construída por meio das representações individuais, atreladas ao sistema de representações coletivas, que derivam dos diversos atos efetuados pelos grupos sociais, os quais vão incorporando valores, de acordo com a época vivida, possuindo a exata noção de que os valores não são estáticos, estão sempre em movimento e se transformam. Um dos primeiros sociólogos a chamar a atenção para a origem social das categorias de nosso entendimento (dentre as quais ele ressaltou a do tempo) foi Durkheim (1983).

Os diversos papéis sociais são desenvolvidos, em cenário e tempo próprio, pela coletividade, recriando uma pluralidade de tempos sociais que devem se harmonizar dentro de um modelo social abstrato, respeitando as particularidades do tempo específico.

Os acontecimentos sociais celebrados de forma coletiva são marcados pela regularidade, seja de forma rotineira (atividades domésticas, laboriosas, religiosas) seja, ao contrário, solenemente comemoradas, constituindo momentos distintos da vida social, por isso merecendo maior atenção dos grupos sociais e das instituições mais amplas da sociedade. (CARVALHO, 2002: 52)

Ainda segundo CARVALHO (2002), os fatos estão interligados em uma seqüência linear, contando a história de seus atores, de acordo com o ritmo próprio de cada sociedade, com as particularidades de cada época. E o tempo é um mecanismo fundamental na constituição histórica e social dos indivíduos.

Ao criarmos o tempo temos a necessidade de concebê-lo, classificá-lo, adjetivá-lo, simbolizá-lo, mensurá-lo, dimensioná-lo, estabelecendo uma duração. Fragmentação e unidade: ontem, hoje, amanhã; mas também, cimento que tudo interliga e a todos identifica... (CARVALHO, 2002: 14)

Para estabelecer uma duração do tempo, fragmentando-o como menciona CARVALHO (2002), é preciso criar alguns parâmetros de medida para saber como classificá-lo em dias, meses, anos. É preciso que as unidades temporais possam ser universais, ou seja, que o mesmo tempo em que um indivíduo esteja vivendo possa ser compartilhado por vários outros, inseridos no mesmo contexto espaço-temporal.

A construção temporal é um aprendizado, é algo que, desde a infância, coloca as crianças em contato com convenções, nem sempre percebidas como coercitivas, mesmo que as acompanhem por toda sua existência. É uma simbologia social. Um dos parâmetros, a que se refere CARVALHO, é o trabalho.

ELIAS sublinha:

O tempo dos calendários ilustra com simplicidade essa pertença do indivíduo a um universo onde existe uma profusão de outros seres humanos, ou seja, uma realidade social, e múltiplos processos físicos, ou seja, um mundo natural. Com a ajuda de um calendário, cada um pode determinar com precisão o ponto em que ele mesmo veio se inserir no fluxo dos processos sociais e físicos (ELIAS, 1998:39).

Ainda segundo ELIAS

Quando os símbolos atingem um grau sumamente alto de adequação à realidade, torna-se difícil, num primeiro momento, distingui-los dessa mesma realidade. É o que acontece hoje em dia com os símbolos cronológicos como os calendários, que, embora sejam suscetíveis de aperfeiçoamento, atingiram um grau sem precedentes de adequação à realidade. (ELIAS, 1998:22)

Com a utilização do tempo, o homem interage com a sociedade, transformando-se de acordo com os conhecimentos que são assimilados. Cada indivíduo constrói a sua história diariamente, a partir das percepções que obtém do mundo. Somente a vida em sociedade é capaz de fornecer subsídios práticos, a partir dos quais ele pode construir e

reconstruir seu mundo, com base em suas próprias representações e nas da coletividade. Na opinião de ORRICO e FERREIRA (2002:56)

A natureza é, de certa forma, muda para o homem, lhe é estranha, opõe-se a ele, ao passo que a sociedade, ao contrário, é seu mundo. A relação homem/sociedade é de convivência, ou seja, um jogo das interações reais e imaginárias com vivos e mortos. É na sociedade que o homem desenvolve suas potencialidades, seu ser inteiro a partir do qual ele retoma, conserva e /ou transforma as contribuições deixadas por aqueles que o antecederam. Por isso, os fatos da sociedade nos são compreensíveis por dentro, podem ser revividos à custa de percepções de nossos próprios estados. É possível acompanhar a representação do mundo histórico com amor ou ódio, com todo um jogo afetivo.

A idéia da definição temporal sendo modificada pela ação histórica, como aponta CARVALHO, é também um dos elementos teóricos do trabalho desenvolvido por ELIAS, para quem o tempo influencia as relações sociais e as modifica através das variações ocorridas na história.

Durante a evolução da História, as unidades de medida de tempo se apresentaram de várias formas. Segundo ELIAS, (1998:35) “dentre os instrumentos mais antigos de medição do tempo figuravam os movimentos do Sol, da Lua e das Estrelas”.

Além dos mais variados instrumentos de controle da passagem do tempo a que se refere ELIAS, a mensuração do tempo foi se desenvolvendo, desde o entoar dos sinos das igrejas até alcançar os calendários e relógios atuais.

A idéia do tempo de trabalho está bem clara na mente do trabalhador. A partir do momento em que ele começa a sua atividade profissional, ele tem a noção exata de quando poderá se aposentar. Além do tempo cronológico, fundamental para a contagem de tempo trabalhista, existe outra questão, que é saber como ocupar o tempo depois da aposentadoria e que espaços sociais ele usará depois de deixar o trabalho formal.

Manter um diálogo com o “tempo” é a base da auto-realização, porque é a condição essencial para alcançar a satisfação em qualquer momento – de viver a vida plenamente. O futuro é pensado como cheio de possibilidades, mas não aberto ao livre jogo das contingências. Tanto quanto possível, o futuro deverá ser ordenado exatamente por aqueles processos ativos de controle temporal e interação ativa de que depende a integração da narrativa do eu. (GIDDENS, 2002: 76)

Quando se planeja o futuro, estipula-se uma linearidade com relação ao tempo, mesmo sabendo que esse futuro não se processa de forma previsível. É comum que os indivíduos tentem controlá-lo de forma a poderem se sentir mais seguros, durante a trajetória temporal.

Segundo ELIAS (1998:20), “os conceitos de espaço e tempo fazem parte dos instrumentos de orientação primordiais de nossa tradição social. Compreender a relação entre eles torna-se mais fácil quando, mais uma vez, substituimos - os pelas atividades correspondentes. “Tempo” e “espaço” são símbolos conceituais de tipos específicos de atividades sociais e institucionais. Eles possibilitam uma orientação com referência às posições, ou aos intervalos entre essas posições ocupadas pelos acontecimentos, seja qual for sua natureza, tanto em relação a posições homólogas dentro de outra seqüência, tomada como escala de medida padronizada”.

Essa escala de medida padronizada vai sendo assimilada pela criança à medida que cresce; devagar ela vai se familiarizando com este símbolo social que exerce uma ação coercitiva sobre os indivíduos, treinando-os para a autodisciplina. O indivíduo passa, em certa medida, a ser “escravo” do tempo, ou ainda pior, começa a perceber, com o auxílio de um calendário, quantos anos ele possui atrás de si.

Desde a infância até a idade adulta, há o predomínio de um controle das atividades desenvolvidas pelo sujeito em função do tempo. O recém-nascido tem o tempo exato para as mamadas, sendo habituado com o ritmo temporal, imposto pelos pais. A criança começa sua jornada escolar dependente da orientação temporal de acordo com as convenções sociais, determinando a que horas ela deve fazer seus deveres de casa, a que horas pode brincar e a que horas deverá estar na escola. O adulto, já bastante habituado a seguir o padrão temporal, torna-se escravo do tempo, tomando-o por base na organização das coisas que o cercam. Há tempo para o trabalho, para o estudo, para o lazer, para a família e até mesmo para “abandonar” o trabalho.

Ora, o indivíduo não tem capacidade de forjar, por si só o conceito de tempo. Este, tal como a instituição social que lhe é inseparável, vai sendo assimilado pela criança à medida que ela cresce numa sociedade em que ambas as coisas são tidas como evidentes.(...) A transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a existência do indivíduo ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribui para formar os hábitos sociais que são parte integrante de qualquer estrutura de personalidade. (ELIAS, 1998:13-14)

A sociedade exerce um poder de coerção sobre as pessoas, que, mesmo quando não é percebido, torna-se responsável por inserir o indivíduo na sociedade, de acordo com os padrões por ela exigidos. Se nas sociedades avançadas a autodisciplina é fator preponderante para o bom funcionamento das estruturas, a preocupação com o tempo se torna cada vez mais evidente. Com relação ao trabalho, o tempo imposto pela coerção social é imprescindível, pois ele marcará toda a trajetória de vida do trabalhador, trazendo à tona expectativas, até mesmo com relação ao direito à aposentadoria.

As pessoas estão presas ao tempo e isso facilita a relação existente com a experiência coletiva, característica das sociedades industrializadas, figurando como consequência da modernidade que, para GIDDENS (2002:21) “pode ser entendida como aproximadamente equivalente ao mundo industrializado desde que se reconheça que o industrialismo não é a sua única dimensão institucional”.

Ele estabelece três elementos fundamentais da modernidade:

A modernidade trouxe para os indivíduos uma insegurança que não existia até o Renascimento, a Reforma, a Contra-Reforma e o Iluminismo, fenômenos que modificaram por completo a forma de pensamento das pessoas que estavam acostumadas a um teocentrismo sem medida, além de trazer uma série de transformações no sistema de produção, com a transição do feudalismo ao capitalismo.

O Renascimento, que aprofundou os processos de transformação entre os séculos XIV-XVI, caracterizando a transição da cultura medieval para a moderna, significou um súbito reviver da cultura clássica greco-romana no Século XIV. (MELLO e COSTA, 1999).

Nesse período, houve uma exaltação ao individualismo, racionalismo e hedonismo. O homem medieval, que tinha o teocentrismo como norte, primando pela moral e pela ética, mensurada pela aristocracia medieval, passa a ter como ideal o humanismo, que implicava a total valorização do homem, substituindo o teocentrismo (Deus como centro do universo) pelo antropocentrismo (homem como centro do universo), com um racionalismo e espírito crítico.

Com efeito, o Renascimento marca a passagem do velho mundo feudal para a constituição da modernidade, e nele a “infinetização do universo” como um de seus aspectos fundamentais (CARVALHO, 2002: 40)

O Iluminismo, cujo ápice é o Século XVIII, constituiu uma fermentação de idéias que terminou por exercer profunda influência no pensamento e nas ações da

humanidade, tendo como idéias gerais que a razão é o único guia infalível para se chegar ao conhecimento e à sabedoria e que o universo é uma máquina governada por leis físicas que podem ser determinadas e estudadas, não se submetendo a interferências de cunho divino, como milagres por exemplo. (MELLO e COSTA, 1999)

Na realidade, após o iluminismo há um deslocamento das influências sociais ocasionadas anteriormente pela Igreja católica. Agora o trabalho assume como elemento principal na vida dos indivíduos. Suas crenças se traduzem pelo esforço obtido através do suor de seu trabalho e não somente pela vontade de Deus.

Os três acontecimentos citados acima se processaram como marcos fundamentais para a modernidade, porque conseguiram deslocar o eixo central das idéias que perduravam até os séculos mencionados, suscitando um pensamento voltado para a análise e a crítica social, ao mesmo tempo em que salientaram uma valorização do homem que estava habituado a se submeter a leis arbitrárias dos reis absolutistas, que se justificavam pelo poder obtido de Deus. O fato de a Igreja ter perdido prestígio deu abertura a outras seitas religiosas com dogmas diferenciados que abalaram a estrutura medieval. Dessa forma, a identidade dos atores sociais sofre modificação quando a cena se transforma dando vazão ao trabalho como ato principal.

Para GIDDENS (2002:10), “a vida moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe”.

Essa estrutura de desencaixe a que se referiu GIDDENS diz respeito à constante modificação de centralidade de valores sociais, deslocando o eixo estrutural e fazendo com que as tradições que caracterizam uma sociedade, previsível com relação às interações sociais, sejam trocadas por uma sociedade totalmente imprevisível, com indivíduos correndo riscos diariamente. Esta estrutura de desencaixe está presente nas atitudes dos jovens aposentados com relação à aposentadoria.

A tradição de trabalho por um tempo determinado legalmente, foi modificada com a reforma previdenciária. Os riscos se tornaram presentes, e o que aconteceria após a efetivação da reforma era uma incógnita. O que se poderia prever é que os critérios para o requerimento da aposentadoria seriam modificados. Se seria para melhor ou para pior, ninguém sabia explicar. Esse fato confirma a teoria de Giddens de que com a modernidade surgiu um deslocamento constante dos eixos centrais que caracterizam a vida de uma sociedade, trazendo certo grau de imprevisibilidade.

Para TOURAINE o que definiu a modernidade,

foi a separação entre a ordem do mundo, do seu sentido ou mesmo da intenção que a criou,...Em termos mais atuais dizemos que a modernidade se define pela separação entre a racionalização como modalidade de ação sobre a natureza e o individualismo moral. (TOURAINÉ, 1998:7)

A abordagem de modernidade apontada por STUART HALL (2004:21) indica que as “sociedades modernas são por definição sociedades de mudança constante, rápida e permanente.”.

Essa conceituação vem ao encontro da imprevisibilidade vivenciada pelo grupo de aposentados, que se viu tomado de uma imensa ansiedade, ao perceber que, de repente, o sonho de se aposentar se tornou um tormento, levando-o a preferir se aposentar com uma renda parcial ao invés de correr o risco de esperar um tempo maior para conseguir este benefício.

A importância que o trabalho assume na modernidade modifica o modelo fixo de identidade, fazendo que o trabalhador assuma diferentes facetas identitárias em diferentes momentos de sua vida, tendo que se organizar utilizando os mecanismos de tempo e espaço.

Enfim, a modernidade iniciada principalmente nas sociedades capitalistas, interferiu diretamente na identidade dos indivíduos, a partir do qual o trabalho assume um papel de regulamentação das relações sociais.

A incerteza trazida pela modernidade faz que trabalhadores se organizem constantemente para se encaixarem dentro dos padrões exigidos pela sociedade em um tempo e espaço distintos.

Em claro contraste, muitas atividades mais conseqüentes da vida são rotinizadas. A maioria daquelas “ligadas ao tempo” – no setor formal ou no informal da vida – não é problemática. (...) Às vezes, porém, uma situação ou episódio particular pode ao mesmo tempo ser problemático e ter conseqüências – são esses episódios que constituem os momentos decisivos. Eles são momentos em que os eventos se reúnem de tal maneira que o indivíduo fica como se estivesse na encruzilhada da vida. (GIDDENS, 2002:107)

A reforma previdenciária ocorrida no Brasil em 1998 desestruturou a imaginária previsibilidade com relação ao futuro. Uma nova categoria se formou a partir desse acontecimento.

Ainda segundo GIDDENS,

O casulo protetor é essencialmente um sentido de “irrealidade”, mais que uma firme convicção de segurança: é um parêntese, no nível da prática, em eventos possíveis que poderiam ameaçar a integridade corporal ou psicológica do agente. A barreira protetora pode ser rompida, temporária ou permanentemente, por acontecimentos que demonstrem a realidade das contingências negativas que fazem parte de todo risco. (GIDDENS, 2002:43)

O risco assumido com a modernidade rompe com a segurança, pela repetição de padrões sociais existentes, anterior a sua consolidação. Agora, mesmo que os indivíduos criem estratégias de proteção aos novos modelos, algumas vezes são surpreendidos com ações que modificam por completo a estrutura formada.

A aposentadoria precoce vivenciada pelos jovens aposentados é um exemplo do rompimento dessa segurança.

Um novo contexto histórico e social se formou a partir das mudanças ocorridas com a Reforma Previdenciária, e os trabalhadores se sentiram obrigados a abandonar seus “casulos” protetores, buscando resguardar seus direitos legais, surgindo assim uma nova categoria. Suas características, seus anseios e suas metas serão analisados no próximo capítulo através das representações sociais dos atores envolvidos na pesquisa.

Representações sociais de jovens aposentados: do conceito teórico a categorias empíricas

Este capítulo está organizado em três partes: a primeira, abre para um esclarecimento do conceito de representação social, a segunda evidencia as estratégias metodológicas e os dados estatísticos relacionados ao tema, e a última trata da análise das representações obtidas na pesquisa empírica.

Ao eleger o conceito de Representação Social como instrumento de captação de informações, precisa ficar evidente que idéias de senso comum, presentes nos relatos dos jovens aposentados, não podem ser analisadas como falsas ou verdadeiras; que demonstram a maneira como esses vivenciaram as expectativas criadas com a reforma previdenciária.

Na concepção de SANTOS e ALÉSSIO:

Utilizar o referencial das representações sociais é focalizar simultaneamente os processos cognitivo e social do conhecimento produzido. Do ponto de vista cognitivo, é importante ressaltar que, sendo a representação sempre de alguém, ela é uma forma de conhecimento submetido às regras dos processos cognitivos do sujeito. Tais processos, entretanto, são considerados como diretamente determinados pelas condições sociais nas quais são elaboradas e transmitidas as representações. (SANTOS E ALESSIO, 2006:115).

Para Cruz:

A representação social é diferenciada da opinião; na apreensão da representação, pode ser explicitado o contexto de sua formação, os conceitos que a subsidiam, os julgamentos obtidos, o que é diferente da opinião que não usa desse nível de elaboração, dado seu sentido engessado e a perspectiva de reprodução passiva da realidade. Ao contrário da opinião, a representação social tem o estatuto dinâmico de um processo de reciprocidade, que, de forma ativa, intercambia o sujeito em suas relações com os objetos da realidade social, atribui sentidos aos objetos e às relações e, pelos processos comunicativos, garante ao sujeito ou aos grupos a estabilidade necessária para suas ações, seus comportamentos e suas interações. (CRUZ, 2006:157-158)

No tocante à conceituação de representações sociais, serão salientadas diversas teorias, que têm contribuído para a compreensão das características e das finalidades dessa ferramenta de pesquisa.

A expressão “representação social” foi idealizada por Serge Moscovici em 1961 ficando adormecida até o início dos anos 80; foi trabalhada por Denise Jodelet e por vários autores que se dedicam ao estudo de tais representações.

Anterior à teoria de representação social de Serge Moscovici, Émile Durkheim já havia trabalhado com o conceito de representações coletivas e segundo OLIVEIRA, (2004: 63) “há pouca diferença substantiva entre os termos “coletivas” e “sociais”, pois ambos revelam a dimensão plural das associações humanas e a presença das idéias gerais (ou “forças coletivas”) no seio da sociedade, além de indicarem a necessidade do estudo de seu impacto nos atos cotidianos e mesmo nas mudanças históricas”.

A substituição do termo "coletivas" por "sociais" marca, assim, a diferença original estabelecida em relação à Durkheim. A pedra de toque do argumento foi, de um lado, o estabelecimento das fraturas existentes nas "forças coletivas" e, de outro, a maneira pela qual essas fraturas impactam diversamente o cotidiano de grupos e indivíduos. (OLIVEIRA, 2004: 64)

Dessa forma, Durkheim pensou as Representações Coletivas em sociedades mais tradicionais, ao passo que Moscovici pensou as Representações Sociais em sociedades mais complexas.

Na obra “Textos em Representações Sociais” Pedrinho Guareschi e Sandra Jovchelovitch acreditam na influencia de Durkheim sobre Serge Moscovici através do conceito de “Representação Coletiva”

Foi com Durkheim, talvez, que ele entendeu a força concreta da realidade social, o fato de que ela se apresenta a sujeitos sociais como um dado, como algo que tem quase a mesma força das pedras que fazem o chão do mundo. Mas Moscovici pensou com Durkheim e contra ele, dando-se conta de que na sociologia durkheimiana havia o perigo implícito de esquecer que a força do que é coletivo (Durkheim sugeriu o termo Representações Coletivas) encontra a sua mobilidade na dinâmica do social, que é consensual, é reificado, mas abre-se permanentemente para os esforços de sujeitos sociais, que desafiam e se necessário o transformam. (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1995:19)

Ainda segundo GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, com relação à Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici e à Teoria das Representações Coletivas, de Émile Durkheim:

Moscovici tinha consciência de que o modelo de sociedade de Durkheim era estático e tradicional, pensado para tempos em que a mudança se processava lentamente. As sociedades modernas, porém, são dinâmicas e fluidas. Por isso o conceito de “coletivo” apropria-se melhor àquele tipo de sociedade, de dimensões mais cristalizadas e estruturadas. Moscovici preferiu preservar o conceito de representação e substituir o conceito “coletivo”, de conotação mais cultural, estático e positivista, para o de “social”: daí o conceito de Representações Sociais. (GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1995:196).

As representações coletivas estão mais presentes nas sociedades tradicionais e, por esse motivo, as representações sociais se encaixam melhor na modernidade, expressa por Giddens, na qual os riscos são constantes e inerentes aos atores sociais. Por causa dessa dinâmica diferenciada, é que o conceito de representações sociais se enquadra na busca pela compreensão do universo da pesquisa.

Outras construções sociais foram se formando através dos tempos e das representações coletivas, nas quais a própria noção de tempo, que atualmente nos parece tão normal e fácil de assimilar e conviver, nada mais é do que construções sociais evidenciada pela coerção social exercida pela sociedade, que está traduzida claramente na obra de DURKHEIM, através da idéia de Representação Coletiva:

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não dos indivíduos. Os símbolos com que ela pensa mudam de acordo com a sua natureza. Se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque [estes] entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais, sentimentos estes que pertencem à sua constituição. (DURKHEIM, 1971: 79)

Ainda segundo DURKHEIM

De um povo formado por certo número de indivíduos ordenados segundo um esquema determinado resulta um conjunto de idéias e de práticas coletivas que se conservam constantes enquanto as condições de que dependem permanecem idênticas. (DURKHEIM, 2005:426)

A importância dada à coletividade por Durkheim salienta que, enquanto o indivíduo possui uma idéia separadamente da coletividade, essa idéia não terá força, e ela somente ganhará atenção quando vários membros da coletividade passarem a comungar da mesma idéia.

As causas geradoras das representações, das emoções, das tendências coletivas, não são certos estados da consciência dos particulares, mas as condições em que se encontram o corpo social no seu conjunto. (DURKHEIM, 1971:117)

Durkheim não descarta a interferência das idéias particulares sobre a coletividade, mas afirma que elas somente ganham uma proporção significativa à medida que vão se juntando umas às outras, formando um todo “coletivo”. A partir desse momento, a coletividade é quem dirige as atitudes, a maneira de pensar, de determinado grupo social.

“A consciência coletiva significa bem o que é o social. Prova que o todo não é simplesmente a soma das partes, o grupo social pensa, sente, age de outro modo do que fariam seus membros isolados”. (LALLEMENT, 2003:234)

As representações sociais expressam visões de mundo do ator social sobre diferentes assuntos, sem a exigência do conhecimento científico, transmitindo suas idéias e suas impressões sobre a sociedade que o cerca.

Representar una cosa, un estado, no es simplemente desdoblirlo, repetirlo o reproducirlo, es reconstituirlo, retocarlo, cambiarle el texto. La comunicación que se establece entre el concepto y la percepción, mediante la penetración de uno en la otra, transformando la sustancia concreta común, da la impresión de “realismo”, de materialidad de las abstracciones, porque podemos actuar con ellas, y de abstracción de las materialidades, porque expresan una orden precisa. (MOSCOVICI, 2003:10)

Segundo o autor, as representações dos atores sociais fazem que o mundo seja visto de acordo com as percepções captadas por eles, e isso não necessariamente corresponde à realidade dos fatos, mas reúne experiências, vocabulários, concepções e condutas que, analisadas dentro de um contexto social específico, são ferramentas de fundamental importância na análise das representações sociais dos grupos.

Para FERREIRA, “uma representação pode ser definida como um conjunto de fenômenos perceptivos, imagens, opiniões, crenças e atitudes. O entrelaçamento dos

vínculos entre esses elementos possibilita a atribuição de significados aos processos sociais e psicológicos”. (www.jf.estacio.br em 16.01.2007)

La representación social es una modalidad particular del conocimiento, cuya función es la elaboración de los comportamientos y la comunicación entre los individuos. La representación es un corpus organizado de conocimientos y una de las actividades psíquicas gracias a las cuales los hombres hacen inteligible la realidad física y social, se integran en un grupo o en una relación cotidiana de intercambios, liberan los poderes de su imaginación. (MOSCOVICI,1979: 32)

ANDRADE, diz que:

(...) a estruturação do campo de representação, depende da inserção dos indivíduos nos grupos sociais. Logo é possível estabelecer clivagens entre os grupos sociais a partir de suas representações em geral e de suas representações da política em particular. (ANDRADE, 1996:27)

NATIVIDADE afirma que

do ponto de vista de DURKHEIM, por exemplo, as representações sociais ou "representações coletivas", expressam a primazia da sociedade em relação ao indivíduo. Neste sentido, a sociedade exerce uma ação coercitiva sobre as consciências individuais. (NATIVIDADE, 1999:77)

MOSCOVICI introduz na noção de representação a ênfase no sujeito ativo e construtor. O autor confere à sociedade um peso diferenciado da perspectiva durkheimiana e, de certa forma, amplia a capacidade explicativa do conceito, pois o sujeito tem a oportunidade de participar dos acontecimentos sociais como parte integrante deles e, dessa maneira, se transforma, juntamente com a identidade assumida pelo seu grupo de pertença.

A representação social permite estabelecer uma relação entre o sujeito e a sociedade, na qual ele expressa significados a seus atos, experiências e projetos pessoais.

Deriva daí, a necessidade de entender, por exemplo, como as mediações sociais, em suas mais variadas formas, que geram as representações sociais... “são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de

um mundo que, embora pertença a todos, transforma cada um individualmente... Enquanto mediação social, elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo". (JOVCHELIVITCH, 1995: 81 in NATIVIDADE 1999:67.)

De acordo com OLIVEIRA (2005:4), "Moscovici conceituou a representação social como processo de assimilação e construção da realidade pelos indivíduos, estabelecendo uma relação maior entre indivíduo e sociedade, não considerando representação social como uma imposição, como propusera Durkheim".

À luz do mito da caverna de Platão, toda representação (tornar presente de novo) é uma forma de visão da realidade, uma interpretação. As representações sociais são culturalmente construídas, mas não são estáticas, uma vez que os atores sociais podem interagir nesse processo, ratificando ou não o contexto social estudado a partir de suas representações.

As representações sociais, em si mesmas, não são nem falsas nem verdadeiras, apenas a matéria-prima, o dado bruto que cabe ao sociólogo analisar, interpretar, compreender. Além disso, não são racionais, ou irracionais, embora respondam certamente por uma racionalidade que as constitui em objeto do conhecimento. (PORTO, 2003:32)

GUARESCHI e JOVCHELOVITCH (1995:17-25) afirmam que com a "Teoria das Representações Sociais se faz uma história diferente, a qual questiona ao invés de adaptar a determinada situação, busca-se o novo invocando possibilidades de reconstruir uma determinada teoria, a partir da qual a vida do indivíduo toma forma através da relação existente com a realidade social." Nesta perspectiva, o sujeito por meio da relação com o mundo, constrói tanto a visão da sua realidade social como se reconstrói a si mesmo.

Segundo MINAYO:

Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social. (MINAYO, 1995:89)

De acordo com a análise efetuada por MINAYO (1995), as representações sociais perpassam o pensamento dos três autores da sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx.

Durkheim trabalha as representações sociais explicitamente em seu conceito de representações coletivas, que expressam as crenças e os sentimentos comuns dos membros de um mesmo segmento social, os quais formam um sistema determinado de similitudes.

Segundo Weber, “as idéias (ou representações sociais) são juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem. Portanto, as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto a base material”. (MINAYO, 1995:93)

Marx utiliza-se das representações sociais em sua tese, ao tratar da representação da ideologia, cujo parâmetro na sociedade capitalista é o mercado. “A categoria chave, em Marx, para tratar do campo das idéias, é a consciência. Para ele, as representações, as idéias e os pensamentos são o conteúdo da consciência que, por sua vez, é determinada pela base material”. (MINAYO, 1995:98)

Portanto, as representações sociais são um suporte para o desenvolvimento da pesquisa, com base na linguagem manifesta em palavras, as quais traduzem sentimentos e podem se constituir em orientadores de conduta a partir da compreensão dos entrevistados.

Representações sociais são conteúdos que expressam os sentidos orientadores de práticas. Buscar esses sentidos é pesquisar os indivíduos, sem secundarizar o ambiente (situação, estruturas) no qual os indivíduos atuam. É privilegiar a subjetividade das representações sabendo, no entanto, que elas só se constroem em relação a um dado contexto ou ambiente objetivamente dado, já que sentidos não podem ser compreendidos independentemente do campo social no qual se inserem. (PORTO, 2003:31)

“... admite-se que as representações sociais, embora resultado de experiências individuais, são condicionadas e, nesse sentido, dependentes das inserções sociais dos indivíduos que as produzem.” (PORTO, 2003:30)

As representações são fragmentos da realidade, pois constituem história e cultura, retratando as experiências individuais, construídas e vivenciadas coletivamente. Atuam como memória afetiva e cultural de um grupo; são percepções do cotidiano que podem atingir as aspirações, os temores e os objetivos de grupos sociais.

Aprender uma realidade significa investigar sua dupla dimensão objetiva e subjetiva, e que se incorpora na ação coletiva dos membros do grupo. Os ajustes conceituais, se é que podemos falar assim, contarão com um sistema de imagens e de representações, articuladas entre si e que circulam na sociedade. (ORRICO e FERREIRA, 2002:64).

A estratégia de conhecimento social, nos termos propostos por PORTO, admite que “as representações sociais expressem visões de mundo que objetivam explicar e dar sentido aos fenômenos dos quais se ocupam, ao mesmo tempo em que, por sua condição de representação social, participam da constituição desses mesmos fenômenos.” (PORTO, 2003:29).

Na concepção de ALMEIDA, PACHECO E GARCIA:

Representações sociais (RS) ou as chamadas teorias do senso-comum correspondem a significados construídos nas interações sociais e são compreendidas como constituídas por e constitutivas da realidade social. Ainda que ciência e senso-comum tendam a ser tratados como formas antagônicas de conhecimento, com uma valorização da primeira em detrimento do segundo, na teoria das Representações Sociais (TRS), proposta por Moscovici (1961), conhecimento científico e conhecimento de senso-comum, não se opõem. (ALMEIDA, PACHECO E GARCIA, 2006:135)

Essa construção teórica de representação social elucidará as análises das entrevistas executadas, pois o conhecimento conceitual desse termo remete ao esclarecimento de que as impressões apreendidas da realidade, verificadas nos depoimentos dos jovens aposentados, reforçam o vínculo estabelecido entre a realidade e a representação desta.

Dessa forma “por meio dos elementos do conteúdo da representação social, podem-se apreender as relações intergrupais e os mecanismos de proteção identitária que revelam valores culturais subjacentes a esse processo”. (SANTOS E ALESSIO, 2006:132)

Os conceitos apresentados nos elucidam o caminho a percorrer, utilizando os relatos obtidos na pesquisa, na qual a realidade dos jovens aposentados é retratada com foco no contexto político brasileiro no final da década de 90.

Para se chegar ao jovem aposentado, foram utilizadas algumas estratégias metodológicas que serão apresentadas a seguir.

Estratégias metodológicas

A perspectiva analítica apresentada nos capítulos anteriores evidenciou que a Reforma Previdência de 1998, foi um acontecimento que trouxe algumas mudanças na estrutura do sistema previdenciário brasileiro.

São vários os enfoques que se podem adotar para se refletir sobre o assunto, pois trabalhadores, tanto do setor público, quanto do privado, se sentiram ameaçados e temerosos com as mudanças, antes mesmo de a reforma ser colocada em vigor.

Nesta dissertação, a ênfase dada foi aos trabalhadores do setor privado e, como contraponto discursivo, utilizaram-se algumas entrevistas com aposentados do setor público, que vivenciaram a mesma situação dos aposentados do setor privado no período da reforma previdenciária, e com trabalhadores que requereram a aposentadoria no período anterior ao da reforma.

O cenário escolhido para a pesquisa foi o município de Araxá, cidade do interior mineiro, que tem como base econômica o turismo e as empresas mineradoras, os quais, durante vários anos, têm gerado emprego e renda para o município.

Em qualquer um desses setores, o aposentado do setor privado estaria em evidência, mas, para viabilizar a pesquisa, foi escolhido o cenário das mineradoras extrativistas.

No setor de serviços, os trabalhadores se encontram dispersos por toda a cidade e esse fato dificultaria o acesso a eles. Nessa perspectiva, não seria viável executar a pesquisa neste setor.

Pela praticidade e pelo conhecimento já adquirido anteriormente das empresas extrativistas, tornou-se mais sensato que a pesquisa fosse executada com essa categoria de trabalhadores. Feita a listagem das mineradoras, optou-se pelas empresas de maior porte: Arafertil, CBMM e Fosfertil.

As fontes de pesquisa sobre as empresas extrativistas ainda são escassas, e o que se encontra está em revistas confeccionadas pela própria empresa, cujos dados retratam a realidade sob a ótica do interesse da publicidade dessas organizações.

Na prefeitura do município, foi possível analisar somente alguns documentos referentes à arrecadação com os impostos pagos por tais empresas e alguns contratos e acordos firmados entre elas e o município.

Os dados da cidade e também das mineradoras foram obtidos na Fundação Cultural Calmom Barreto, arquivo público de Araxá.

O maior problema enfrentado foi a localização do trabalhador, pois o interesse, *a priori*, era por jovens aposentados e que hipoteticamente não estariam mais na ativa. Várias pessoas foram envolvidas, porque as empresas se recusaram a fornecer a listagem com os nomes dos aposentados.

Uma característica muito comum das cidades do interior é que as pessoas se conhecem e sempre sabem dar informações umas das outras. Isso facilitou o acesso aos jovens aposentados que trabalhavam nestas empresas.

Ao participar da pesquisa, o entrevistado sempre citava outro nome de aposentado que se encontrava na mesma situação, auxiliando na obtenção dos dados coletados. Os aposentados de uma empresa indicavam até mesmo os de outra e, em alguns casos, faziam questão de nos acompanhar até o endereço do colega que havia sido indicado.

A partir dessa pesquisa realizada em Araxá, constatou-se que, mesmo não podendo se aposentar integralmente, mas temerosos de perder direitos com a reforma previdenciária, muitos trabalhadores optaram pela aposentadoria parcial.

Esse acontecimento traz um fator social de extrema relevância. Surge um novo perfil de aposentados: com idade entre 41 e 59 anos, o que os deixa fora da classificação de aposentados pertencentes à terceira idade, estabelecida para as pessoas que se aposentaram depois dos 60 anos, deste modo surge uma nova categoria, a dos jovens aposentados.

Dessa forma, foram entrevistados cinquenta trabalhadores que se aposentaram no período entre 1994-1998, trinta do setor privado, e dez do setor público. Além destes, foram entrevistados dez funcionários que se aposentaram no período anterior à reforma.

As três empresas envolvidas na pesquisa serão designadas de empresa um, dois e três, preservando a identidade delas, para que não seja feito nenhum juízo de valor, com relação ao comportamento adotado por elas durante o processo de aposentadoria de seus funcionários.

A base de dados empíricos se constitui das representações sociais, dos aposentados escolhidos para as entrevistas, suscitando suas lembranças, admitindo uma conexão entre aposentadoria e representação social da aposentadoria, presente no pensamento coletivo, que demonstra seus significados, ideologias e conhecimento prático que serão submetidos à análise científica.

Cada ator social entrevistado relatou a sua experiência no processo da aposentadoria, evidenciando as semelhanças com outros atores envolvidos no mesmo contexto sócio-temporal.

A questão da mulher aposentada não foi mencionada nesta dissertação, porque o número de funcionárias nas mineradoras é irrelevante e não foi possível identificar nenhuma delas que tivesse se aposentado no período em estudo.

Algumas questões que orientaram a elaboração do roteiro de entrevista merecem comentário.

A primeira refere-se ao planejamento da aposentadoria; a hipótese era de que os trabalhadores que requereram a aposentadoria no período em destaque não tiveram tempo para planejamentos.

A segunda, diz respeito ao desligamento do aposentado do quadro de funcionários da empresa em que trabalhava, até a aposentadoria. A elaboração do projeto de pesquisa, partia do pressuposto de que, após a aposentadoria, os trabalhadores automaticamente seriam desligados da empresa na qual trabalhavam. Ao longo da pesquisa, detectou-se que esta era uma hipótese falsa, pois, como demonstrado no quadro a seguir, muitos continuaram trabalhando na mesma empresa e exercendo a mesma função.

Outra questão: supunha-se que, como os trabalhadores optaram por uma aposentadoria precoce, conseqüentemente, haveria maior quantidade de aposentadorias em tempo parcial. Numa análise mais superficial feita em entrevistas exploratórias, esperava-se que, após a pesquisa, essas impressões fossem confirmadas.

O que sobressaiu nos relatos, é que na empresa um e na dois, houve uma quantidade maior de aposentadoria parcial, ao passo que, na empresa três, para o grupo dos funcionários públicos que se aposentaram no mesmo período, e para o grupo que se aposentou no período anterior à reforma, a situação foi inversa, prevalecendo uma quantidade maior de aposentadoria integral.

Esta aposentadoria precoce modificou a identidade destes trabalhadores, estavam aposentados de fato, mas não se sentiam aposentados. Queriam continuar em atividade, buscando se enquadrar a identidade de trabalhador e não de aposentado.

Esta afirmação ficará mais evidente na análise dos dados qualitativos apresentados a partir das representações sociais destes jovens aposentados, nas quais demonstraram o esforço destes aposentados para permanecerem na situação anterior a aposentadoria, a de trabalhador. Este é um grupo com características próprias, e que teve a identidade modificada pela Reforma Previdenciária de 1998.

Análise dos dados: aspectos quantitativos

Para compreender as representações sociais dos jovens aposentados, é necessário conhecer alguns dados quantitativos relativos à pesquisa empírica. A tabela a seguir expressa quantitativamente, de acordo com as informações obtidas pelos cinquenta entrevistados, os dados mencionados anteriormente.

Tabela 5 - Quantidade de Aposentados que planejaram a aposentadoria, que continuaram trabalhando na mesma empresa e que conseguiram aposentadoria integral

CATEGORIAS DE APOSENTADOS	TOTAL DE ENTREVISTADOS	APOSENTADOS QUE CONTINUARAM NA MESMA EMPRESA		TRABALHADORES QUE CONSEGUIRAM APOSENTADORIA INTEGRAL		TRABALHADORES QUE PLANEJARAM A APOSENTADORIA	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
XXXXXX	XXXXXX						
Empresa um	10	9	1	1	9	1	9
Empresa dois	10	9	1	1	9	3	7
Empresa três	10	4	6	7	3	6	4
Func. Público	10	4	6	7	3	6	4
Aposentados do período anterior	10	3	7	6	4	9	1
XXXXXX	XXXXXX	25	25	22	28	25	25
TOTAL	50	50		50		50	

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados obtidos com a pesquisa

Para uma maior compreensão dos dados, as análises serão divididas em três grupos:

- 1- Aposentados das empresas extrativistas;
- 2- Funcionários públicos que se aposentaram no mesmo período que os aposentados das empresas extrativistas (1994-1998);
- 3- Trabalhadores que requereram a aposentadoria no período anterior a 1994.

No primeiro grupo, dos aposentados da empresa um, somente um, teve tempo para fazer o planejamento da sua aposentadoria. Na empresa dois, três fizeram o planejamento e na empresa três, este número aumenta, passando para seis pessoas.

Esse fato se tornou bastante intrigante, porque a empresa três não correspondia aos padrões estabelecidos nas empresas um e dois. Com base nas entrevistas com os aposentados da empresa três, descobriu-se que esta, oferece um incentivo para o funcionário se aposentar.

Dessa forma, o número de pessoas que fizeram o planejamento, é maior do que nas empresas um e dois, igualando-se, ao número de funcionários públicos, que se aposentaram na mesma época e que provavelmente tinham tempo de serviço.

Outra característica dos funcionários da empresa três, é que a maioria se aposentou integralmente, enquanto o quadro das empresas um e dois é inverso. E, se, por um lado, nas empresas um e dois somente um funcionário conseguiu a aposentadoria integral, na três, sete foram beneficiados. Esta deve ser parte do incentivo que a organização concede aos que se aposentam precocemente.

Fato relevante também, a ser relatado, é a política praticada pela empresa três: a de fornecer assessoria jurídica ao seu quadro de funcionários, o que lhes dava segurança na opção pelo desligamento formal da empresa. Portanto, apesar da aposentaria precoce, os empregados puderam contar com um pouco mais de tranquilidade, com o apoio que receberam da empregadora.

Esse fato explica o porquê de poucos continuarem trabalhando na mesma empresa após a aposentadoria. Os funcionários não contam com o incentivo para se aposentarem nas empresas um e dois, mas elas são mais maleáveis, no sentido de permitirem que eles continuem fazendo parte do quadro de funcionários após a aposentadoria. Foi o que aconteceu com 9 dos 10 entrevistados de cada empresa.

O segundo grupo (o de servidores públicos) foi selecionado para verificar, se as inseguranças vivenciadas pelos funcionários das empresas extrativistas, fizeram parte do cotidiano dos que optaram pela inatividade, uma vez que eles também se aposentaram precocemente, devido às mudanças ocasionadas pela Reforma Previdenciária de 1998. As suas representações serviram de comparação para a análise das representações dos jovens aposentados.

Com relação ao planejamento da aposentadoria, este foi outro dado surpreendente, pois, dos dez servidores públicos entrevistados, somente quatro não fizeram um planejamento. Não se obtiveram muitos dados para explicar isso. Levantou-se uma hipótese plausível: a de que os trabalhadores das estatais poderiam ter tido mais assistência, sob a forma de esclarecimentos oriundos de suas representações sindicais, para que, em curto espaço de tempo, conseguissem planejar seu desligamento imediato (mas, provavelmente, temporário) do mercado produtivo. Essa hipótese se pauta na realidade do País: é amplamente conhecida, na sociedade brasileira, a prática de mobilização social vivenciada pelo segmento dos servidores públicos, para a garantia de seus direitos legais. Por outro lado, sabe-se das dificuldades que arrastam os funcionários de organizações privadas para a submissão à vontade da classe patronal, impedindo-os de se organizarem politicamente em torno de seus direitos, ainda que garantidos e amparados por lei.

Um dado semelhante entre o grupo de funcionários públicos e os aposentados da empresa três, é que grande parte não continuou atuando no mesmo local de trabalho após a aposentadoria.

Com relação à obtenção de aposentadoria integral, os dados demonstram que os servidores públicos também se encontram em situação similar à dos funcionários aposentados da empresa três.

Pode-se, por conseguinte, pensar em estabelecer dois grupos, de acordo com as afinidades percebidas entre os segmentos de trabalhadores em observação: de um lado, ficam os aposentados das empresas um e dois, que possuem características semelhantes entre si; de outro lado, encontram-se os inativos da empresa três, que, por traços semelhantes, se postam junto ao grupo dos funcionários públicos.

Pode-se supor que o grupo dos aposentados de estatais tenha passado pelas mesmas ansiedades e temores que os aposentados das empresas extrativistas, e que, apesar de algumas características, como o planejamento para a aposentadoria, não serem semelhantes, a reforma previdenciária de 1998 tenha afetado tanto funcionários públicos quanto funcionários de empresas privadas.

Essa hipótese pode ser embasada na análise feita do grupo três (funcionários que se aposentaram antes do período da reforma previdenciária). Neste grupo, encontram-se funcionários públicos e privados.

O que se pôde notar é que as características da aposentadoria foram bem distintas às dos outros dois grupos. Houve tempo para um planejamento, e com isto a maioria deixou o emprego após a obtenção do direito à aposentadoria.

Inegavelmente, a aposentadoria precoce, principalmente entre 45 a 49 anos, aumentou nos anos que antecederam a Reforma Previdenciária. Aposentadorias integrais e parciais foram requeridas no período, o que aumentou o fluxo de benefícios concedidos pela previdência social brasileira.

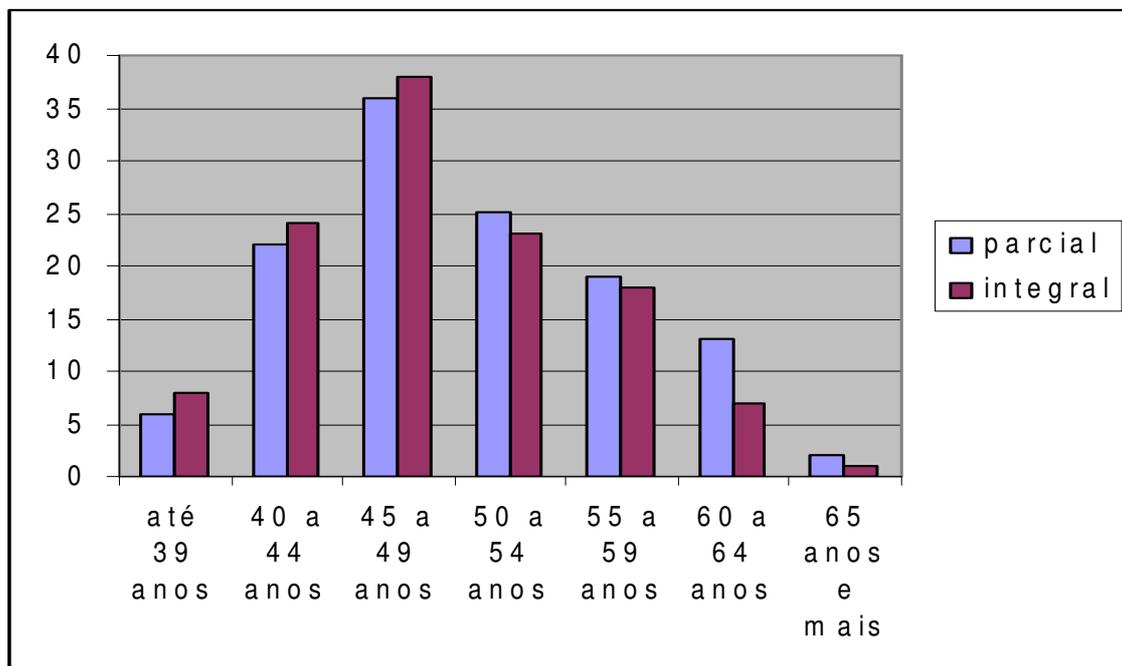
Os trabalhadores, não quiseram esperar a efetivação da reforma para verificar os novos rumos que ela iria traçar para eles. Mesmo sem nenhum conhecimento concreto sobre o assunto, resolveram entrar com o pedido da aposentadoria, antes de a reforma ser concluída.

O gráfico a seguir explicita os dados de 1996 quanto à distribuição da aposentadoria por tempo de serviço no Brasil. Os anos de 1995, 1996 e 1997, demonstraram um significativo aumento no pedido de aposentadorias, mas é importante salientar com estes dados, que neste período, verificou-se uma quantidade maior de

aposentadorias com pessoas na faixa etária entre 45 a 49 anos e por este motivo o ano de 1996 foi escolhido.

O incremento da quantidade de aposentadorias por tempo de serviço é decorrência da antecipação da idade da aposentadoria. Os segurados estão cada vez mais propensos a se aposentar na modalidade proporcional com um benefício menor que a esperar o tempo exigido para requerer o benefício integral. A média de idade para a concessão da aposentadoria por tempo de serviço caiu de 52,7 anos, em 1994, para 49,4 anos, em 1996. (STEPHANES, 1996:54)

Concessão de Aposentadorias por Tempo de Serviço - 1996



Fonte: anuário estatístico da Previdência Social

Os dados nacionais retratam a realidade do interior mineiro. A faixa etária dos trabalhadores araxaenses no ato da aposentadoria corresponde aos dados da Previdência Social, para o conjunto do país.

Como já mencionado no capítulo anterior, a expectativa de vida do brasileiro tem aumentado nas últimas décadas, conseqüentemente, um trabalhador que se aposenta entre 45 a 49 anos, é jovem, não sendo por esta razão, parte integrante da terceira idade, o que pode acarretar confusão identitária.

Segundo STEPHANES, (1998:51) “no caso do Brasil, que já apresentava um sistema maduro de previdência social, todos os que entraram no mercado de trabalho na

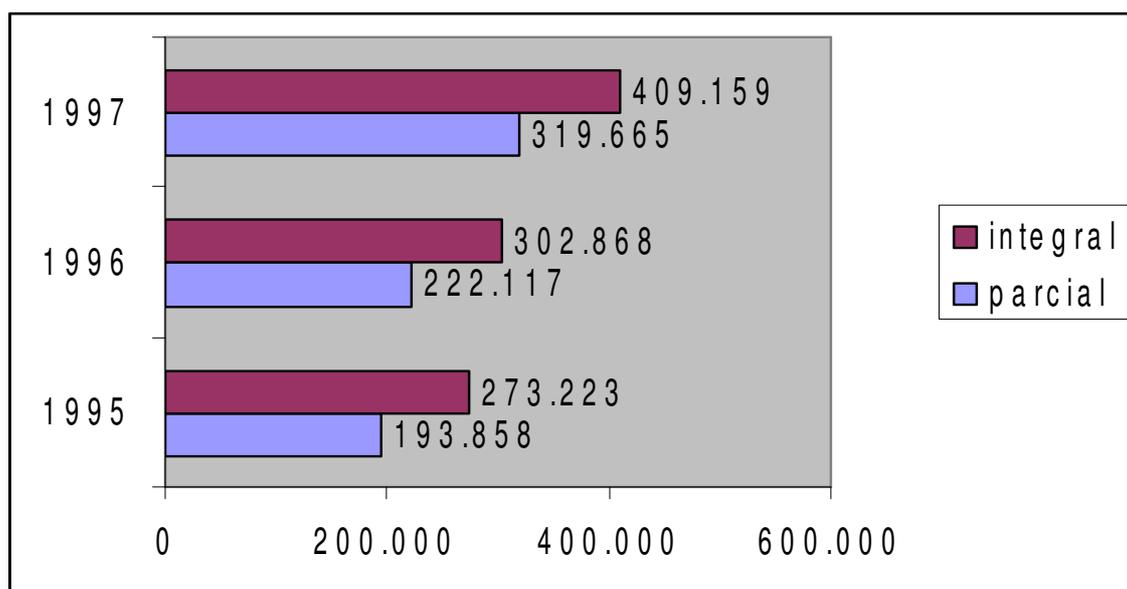
década de 1960, e no início dos anos 70, estavam caminhando no final da década de 1990 para a aposentadoria, tendo um aumento gradual da concessão destes benefícios.”

A insegurança dos trabalhadores com relação à Reforma Previdência contribuiu para o aumento dos pedidos de aposentadoria.

Nesse período, o número de aposentadorias por tempo de serviço pagas pela Previdência Social cresceu 55,5%. Tal incremento é muito superior ao ocorrido com outros tipos de benefícios. O estoque de benefícios por acidente de trabalho aumentou 20%; as pensões 19,1%; as aposentadorias por idade, 14% e as aposentadorias por invalidez, 4,1%. (STEPHANES, 1996:54)

O próximo gráfico demonstra a quantidade de aposentadorias concedidas pela Previdência Social nos anos de 1995 a 1997.

Concessão de Aposentadorias Por Tempo de Serviço - Integral e Parcial



Fonte: Elaboração a partir de dados da DATAPREV apud (STEPHANES,1996:55)

Outro dado que merece destaque é a renda dos jovens aposentados araxaenses. Dos 50 entrevistados, três recebem entre 1 a 3 salários mínimos, dezenove recebem de 3 a 5 salários, quatorze recebem de 5 a 7 salários e quatro recebem mais de 7 salários mínimos.

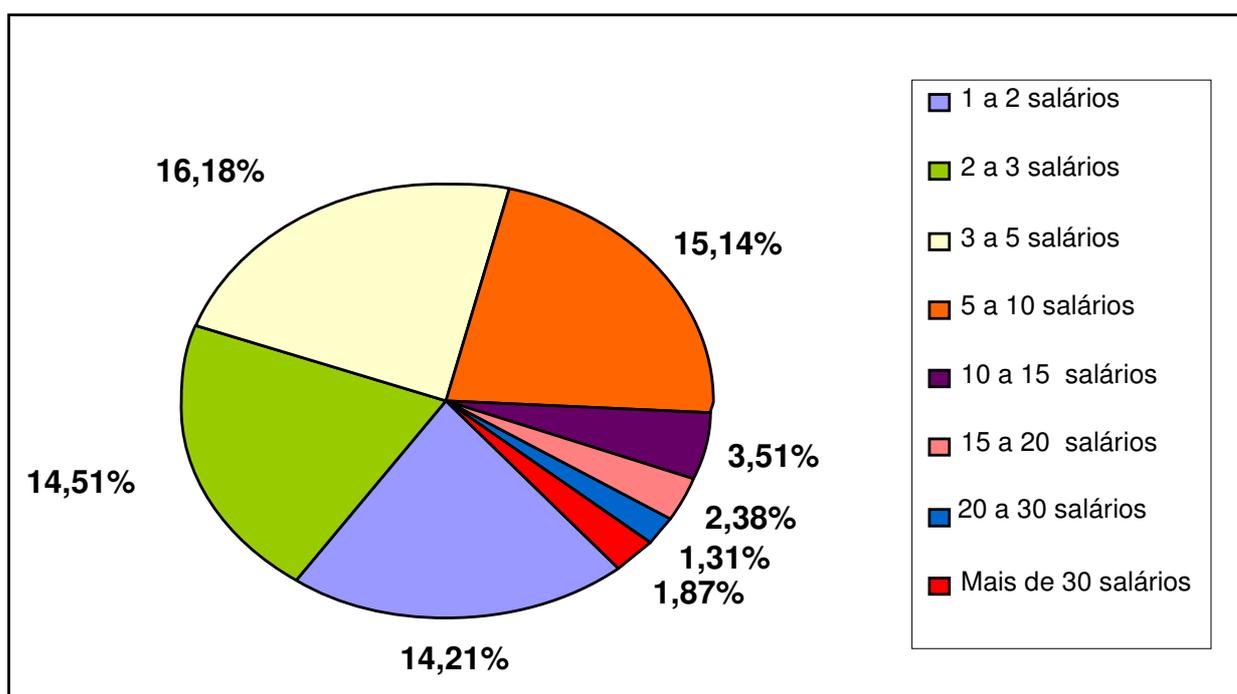
Estes dados são importantes para a composição do perfil dos aposentados escolhidos para a pesquisa.

O salário médio está entre 3 a 5 salários mínimos, indicando que além da sobrevivência, o trabalho assume uma relevância em proporções bem maiores do que a questão financeira. O aspecto social desempenha um mecanismo central nas relações do indivíduo com o trabalho e a sociedade.

É importante conhecer a renda mensal dos entrevistados, apesar da variante econômica não ser um dos aspectos centrais desta pesquisa, mas uma ferramenta analítica suplementar.

A renda em termos percentuais, com relação à aposentadoria dos aposentados entrevistados, se caracteriza de acordo com o próximo gráfico:

Renda Mensal das famílias araxaenses



Fonte: Elaboração a partir de dados obtidos do site www.araxa.mg.gov.br

Os dados quantitativos confirmam que no período anterior à reforma previdenciária, especificamente entre 1994-1997, houve um crescimento dos pedidos para a aposentadoria e que dentre os pedidos, o mais expressivo foi por tempo de serviço, aumentando as aposentadorias, tanto integrais quanto parciais.

O próximo item tem por objetivo analisar os dados qualitativos obtidos com a pesquisa empírica. As representações sociais dos jovens aposentados assumirão posição de destaque, contribuindo para a compreensão dos motivos que levaram os funcionários das empresas extrativistas, a uma aposentadoria precoce, contribuindo para o crescimento dos pedidos de aposentadoria no período mencionado.

Análise dos dados: aspectos qualitativos através das Representações Sociais

“A ausência de limite de idade no sistema previdenciário brasileiro beneficia uma minoria que se aposenta precocemente por tempo de serviço com, em média, 49,4 anos de idade. Em 1996, foram concedidos 2,2 milhões de novos benefícios, sendo que 302 mil, cerca de 15% do total, aposentadorias por tempo de serviço. Deste montante, aproximadamente 90% aposentaram-se antes de 60 anos de idade”.(STEPHANES, 1998: 9-10)

Os jovens aposentados fazem parte deste montante, que se aposentou antes dos 60 anos de idade. E por esta razão suas representações sociais serão analisadas em conjunto com o contexto histórico da época.

Para facilitar a explicação, a análise foi dividida nos três grupos categorizados no item anterior:

Grupo 1 - Jovens aposentados das empresas extrativistas

Grupo 2 - Jovens aposentados do setor público

Grupo 3 - Aposentados que conseguiram o benefício da aposentadoria no período anterior ao da reforma.

O elemento principal é o jovem aposentado das empresas extrativistas, concentrados no grupo um, mas sempre que se fizer necessário, atores dos grupos dois e três entrarão em cena.

“O indivíduo deve enfrentar novos riscos decorrentes da ruptura com os padrões estabelecidos de comportamento – inclusive o risco de que as coisas possam ficar piores do que estavam”. (GIDDENS, 2002: 77)

A primeira questão, objeto de análise, está relacionada às inquietudes e temores provocados pela Reforma Previdenciária de 1998, sobre ela, os jovens aposentados do grupo um se manifestaram da seguinte maneira:

A gente fica assim preocupado com as ações do governo, então a gente fica vendo os noticiários na televisão que você pode perder seus direitos e tal, a gente até antecipa, eu aposentei com por... por periculosidade, foi com 25 anos.(entrevista n°.1)

Eu ainda não tinha completado meu tempo não, mas devido às mudanças de planos de aposentadoria do governo a gente correu atrás e conseguiu. Mas o normal e o que eu queria mesmo era 100% né , mas acabei aposentando com 76%. Devido ao boato que começou a

correr, o pessoal falando das mudanças, tal, tal, que ia mudar, eu resolvi e antecipei, né. (entrevista n°.4)

Começou aquelas mudanças, gente correndo atrás da aposentadoria porque existe aquela pressão de mudança no esquema da aposentadoria, então só que eu procurei ter a maior paciência possível, mas com medo pela perda de vantagens pra conseguir vencer o tempo de acordo com a lei na época, que facultava 1.4, a cada ano tinha quatro meses a mais, né? Isto por causa da insalubridade que é a minha área. Quando estava faltando apenas 2 meses, com medo que o governo mudasse as regras do jogo, eu usei o Tiro de Guerra como tempo e me aposentei com uma aposentadoria integral.(entrevista n°.7)

Nestes trechos, observa-se que o temor às mudanças, faz com que o trabalhador queira se aposentar mesmo perdendo parte da renda com uma aposentadoria parcial, ou ainda, como relatou um dos entrevistados, quando afirma que teve calma apesar do medo, procurando reunir todos os documentos necessários para conseguir uma aposentadoria integral.

O “boato” que com as mudanças previdenciárias eles iram perder os direitos referentes à concessão da aposentadoria nos moldes anteriores, faz com que a ação de um, incentive outros a seguirem pelo mesmo caminho. É interessante observar que nenhum entrevistado mencionou ter procurado um órgão competente para sanar as dúvidas quanto à reforma. A simples conversa entre os interessados, era suficiente para decidir como deveriam proceder.

Ser capaz de controlar as circunstancias de nossa vida, colonizar o futuro com algum grau de sucesso e viver dentro dos parâmetros dos sistemas internamente referidos pode, em muitas circunstancias, permitir que o quadro social e natural das coisas pareça uma base segura para as atividades da vida. (GIDDENS, 2002:187)

Ainda segundo os jovens aposentados do grupo um:

O que me levou a aposentar foi mais o medo de perder os direitos devido a estas mudanças na época em que falaram pra mim que seria só 52 anos. Como eu demoraria a chegar aos 52 e tinha direito proporcional, então resolvi aposentar proporcional, mas não tinha nada de plano não. (entrevista n°.8)

Com a mudança, o governo fez com que as pessoas que estavam naquela posição de poder aposentar mais que talvez teria que esperar mais um tempo, apressasse e mudasse isso, minha idéia era até esperar o tempo certo, até porque eu aposentei com 76% e não integral. (entrevista n°. 7)

Quando foi aquela época que eles tava pra mudar as leis ai eu aposentei com 88%, foi proporcional e eu tive orientação de algumas pessoas, fizemos algumas contas né, se eu deixasse pra aposentar com 100% eu não teria aposentado até hoje não, o negocio mudou e então eu aposentei com 88%. (entrevista n°.10)

Nestes depoimentos nota-se que os entrevistados não tinham conhecimento dos novos parâmetros da mudança, proposta pelo governo, sabiam que precisavam se aposentar antes da reforma. Não tinham dados concretos que confirmassem as suspeitas levantadas, mas também, não queriam esperar a concretização da reforma, pois temiam ser prejudicados por ela.

Me aposentei por causa da lei, como tudo ia mudar não tive tempo e me aposentei parcial mesmo. Se não fosse estas reformas eu esperaria para aposentar integral. (entrevista n°.25)

Pensava em me aposentar tempo integral, mas com as mudanças do governo, fez com que eu me aposentasse com 70%. Foi o medo de perder o direito na aposentadoria especial que me levou a aposentar com 70% do tempo integral. (entrevista n°.12)

Sem dúvida, a Reforma Previdenciária que se efetivou em 1998, foi um fator determinante na vida destes jovens aposentados. Anteciparam o pedido para a aposentadoria, através de comentários obtidos nos grupos sociais aos quais faziam parte, quebrando a normalidade na qual viviam anteriormente. Para GIDDENS.

Este mundo das “aparências normais” é mais do que simplesmente uma exibição mutuamente sustentada de interação que os indivíduos fazem entre si. As rotinas que os indivíduos seguem, à medida que seus caminhos no espaço-tempo se cruzam nos contextos da vida diária, constituem essa enquanto “normal” e “previsível”. (GIDDENS, 2002:119)

Antes dos comentários de que haveria reformas na previdência social, o clima entre os trabalhadores das empresas extrativistas era de normalidade. A quantidade de pedidos de aposentadoria não era alarmante, e os funcionários aguardavam calmamente a chegada do momento da aposentadoria. Isto se figurava em um período de previsibilidade que era controlado pelos funcionários.

A partir das especulações, o ambiente calmo, se transforma em um turbilhão de indagações e ações por parte dos funcionários que já estavam próximos da aposentadoria. Estes decidiram requerer a aposentadoria rompendo com o período de previsibilidade e normalidade, sem um planejamento prévio.

Quando interrogados sobre se haviam se planejado para a aposentadoria, as respostas divergiram de acordo com a classificação do grupo.

O grupo um (Jovens aposentados das empresas extrativistas) e alguns aposentados do grupo dois (jovens aposentados do setor público) responderam da seguinte forma:

Não houve planejamento para me aposentar, foi em função das alterações do governo nas regras da aposentadoria, me fazendo antecipar o pedido da aposentadoria. (entrevista n.º.16)

Minha aposentadoria não foi planejada. Fui indiretamente forçado a aposentar por tempo parcial de serviço. (entrevista n.º.18)

Tive uma aposentadoria parcial. Na época o país passava por um tumultuado processo de reforma previdenciária, apontando varias dívidas e incertezas acerca das mudanças, portanto, como eu já preenchia os requisitos necessários para me aposentar com rendimentos parciais acabei optando por esta opção. (entrevista n.º.35)

Não fiz planejamento para me aposentar. Começaram as reformas em torno da aposentadoria, e com receio aposentei. (entrevista m.º 36)

Não houve planejamento. A reforma influenciou e muito. Tive medo do pior. Já não julgava a aposentadoria boa e poderia ficar pior. (entrevista n.º. 27)

Já o grupo três (aposentados do período anterior à reforma) teve um outro tipo de resposta:

Planejei minha aposentadoria, pois trabalhava desde a minha infância e já sabia a hora de me aposentar. (entrevista n.º. 39)

Eu já pensava em me aposentar quando completasse 35 anos de trabalho e já planejava continuar no mesmo emprego. E foi isto que aconteceu. Hoje sou fazendeiro e tomo conta da minha fazenda. (entrevista n.º.44)

Apesar de ter planejado, me pegaram de surpresa. Não estava preocupado com a aposentadoria e de repente meu chefe me avisou que eu já havia completado o tempo necessário para me aposentar. (entrevista n.º. 40)

A diferença fundamental entre estas respostas, é que o aposentado do período da reforma, se apressou para requerer o benefício, não se planejando para tal acontecimento. Os aposentados do período anterior à reforma explicitaram uma tranquilidade quanto ao requerimento do benefício. Um exemplo deste fato foi evidenciado no último fragmento, em que um entrevistado afirmou não estar preocupado com este acontecimento, reafirmando o planejamento feito por este grupo para se aposentar.

O fato de alguns aposentados continuarem trabalhando, suscitou a dúvida se continuavam trabalhando no mesmo local de trabalho ou se haviam sido desligados do quadro de funcionários imediatamente à aposentadoria. Nas respostas, constatou-se que a maioria continuava trabalhando na mesma empresa e por isto não haviam detectado grandes mudanças, a não ser a complementação salarial. O que exemplifica o potencial que eles ainda tinham para o trabalho.

Foram respostas dos aposentados do grupo um, grupo que continuou trabalhando:

Até o momento o que mudou foi economicamente, porque eu estou recebendo duas vezes, da empresa porque eu continuo trabalhando e recebendo a aposentadoria. Economicamente veio me trazer várias melhorias mas em outro sentido não porque eu continuo na ativa. Inclusive a minha esposa comenta muito: você precisa largar esta Bunge, deixar de trabalhar. Mas se eu for largar, eu vou fazer o quê? Fazer outra coisa vai ser pior, eu acredito que eu não dou conta de ficar a toa, eu acredito que eu vou ter que arrumar outra atividade. Ficar com o tempo ocioso a gente que trabalhou a vida inteira, eu acho que não vou conseguir, mas por enquanto só mudou economicamente, noutra sentido eu continuo na ativa, normal. (entrevista n°.3)

Não mudou nada, continuo trabalhando, continuo na mesma empresa, a aposentadoria pra mim é uma segurança pra minha família. (entrevista n°.10)

Continuei trabalhando e a única coisa que mudou foi que tive uma segurança financeira.(entrevista n°.44)

Como prossegui trabalhando, às vezes me esqueço que sou aposentado. Além de trabalhar estou estudando, o que me incentiva a continuar lutando.(entrevista n°36)

Em relação à vida profissional não mudou nada. A única mudança foi na renda familiar. (entrevista n°.25)

Melhorou, porque continuei trabalhando, a renda aumentou me dando mais oportunidades.(entrevista n°.28)

Nestes depoimentos, os aposentados concordam que tiveram uma melhoria, mas somente financeira, pois ainda continuam atrelados ao ambiente de trabalho e pretendem permanecer nestas condições.

Os indivíduos, tão acostumados à condição temporal, utilizam os acontecimentos envolvidos nesta perspectiva para trazerem à tona fatos que ganham uma nova roupagem na memória do ator social de acordo com as suas representações. E mesmo sendo representações individuais, representam os aspectos coletivos envolvidos num contexto social específico.

Após obterem a aposentadoria, o discurso de todos os aposentados refletiu o sentimento de permanência como funcionário e não como aposentados, tendo a aposentadoria com uma complementação da renda mensal.

As respostas do grupo três, a respeito de continuar trabalhando após a aposentadoria, teve uma abordagem diferenciada, a qual os aposentados afirmaram:

A idade já não ajudava muito para ser fichado em outra firma. (entrevista n°. 44)

Eu não trabalhei após a aposentadoria porque ganho relativamente bem e assim eu poderia atrapalhar tirando a oportunidade de outra pessoa. (entrevista n°. 45)

Eu desenvolvo atividade, ajudando meu filho que tem uma cantina, eu faço compra de mercadorias pra ele e faço entrega de marmitas. (entrevista n°. 50)

Eu participo da associação dos aposentados, faço parte da associação de São Cristóvão e ajudo meu filho em casa também. (entrevista n°. 49)

Eu sou praticamente o pivô da casa, então se você vai fazer alguma coisa, olhar pra algum lado, qualquer coisa que vai fazer depende de mim. (entrevista n°. 47)

Eu me sinto útil, porque a gente sempre tá ajudando fazer algum serviço de casa, a gente tá sempre na Igreja ajudando as pessoas lá, a gente tá sempre pagando as contas dos meus filhos no banco que eles moram tudo fora. Sempre tô procurando fazer alguma coisa útil, para não sentir inútil. (entrevista n°.49)

Antes eu não tinha tempo pra família, né? Ficava mais envolvido com o trabalho, trocando turno. Então depois

que eu aposentei, eu sou livre, então dedico mais à família. (entrevista n°. 48)

A primeira coisa quando eu acordo, eu abro os olhos, depois eu rezo, faço a minha prece para agradecer a Deus mais um dia que eu vivo e ajudo meu filho, depois do almoço eu durmo um soninho e à tarde eu volto novamente pra ajudar o filho. (entrevista n°.50)

O grupo três cuja aposentadoria foi concedida antes do período da reforma previdenciária e que não trabalhou após a aposentadoria, se sente útil com outras atividades fora do universo do trabalho, além de inserido no âmbito social. A questão familiar está presente nestes depoimentos, onde o entrevistado justifica a sua utilidade dentro das relações familiares.

O grupo dos jovens aposentados, por ser produtivo e continuar trabalhando nas empresas extrativistas, não se identifica com o grupo três, assumindo um perfil e uma identidade diferenciada.

A identidade é constituída pela relação estabelecida entre o indivíduo e seu grupo e a sociedade, no contexto de um tempo e espaço próprios. E a aposentadoria é o tempo final de uma jornada de trabalho que perdurou por anos, fazendo o trabalhador reorganizar o seu tempo.

A identidade relacionada à aposentadoria pode ser entendida como “a perda do papel profissional, logo, afastamento do sistema de produção. Mas ela é também reorganização espacial e temporal da vida do sujeito, confrontação com a velhice e momento de reorganização da identidade pessoal”. (SANTOS, 1990:21).

Como o grupo um não concebe a aposentadoria desta forma, se sente trabalhador ativo, se esquecendo da condição que se encontra. O temor causado pela reforma termina no ato da aposentadoria, deste ponto em diante a vida segue o seu rumo sem a presença de sobressaltos, como o evidenciado com a reforma.

Como frequentemente, a aposentadoria está associada à inutilidade e velhice, muitas vezes, o aposentado se sente discriminado e excluído das relações sociais das quais fazia parte anteriormente.

Os grupos um e dois responderam sobre a discriminação com o aposentado:

Tem certa discriminação; não é discriminação total. Por que o aposentado hoje é considerado uma pessoa velha, uma pessoa sem utilidade nenhuma para servir o país em nada; quantos profissionais tem aqui com qualidade que poderia tá aí trabalhando ajudando o país ta aí às vezes preocupado, sem poder dar condições de vida à família, porque quando você tá trabalhando você tem

uma vida social diferente. Você aposenta, você tem que viver com aquilo, você não tem um nada mais, você não pode adoecer, você não pode passear, você não pode dar uma coisa melhor pro seu filho, entendeu, então é uma coisa muito complicada.(entrevista n°. 1)

É, a discriminação eu acho que parte da própria pessoa né, a pessoa quando aposenta, prá ela começar em aposentadoria “ela fala eu aposentei”, então quer dizer um sinônimo de, de fracasso profissional, sei lá, de velhice, incapacidade.(entrevista n°.2)

No meu caso, assim que estou mais novo eu até que nunca senti nada assim não, mas entre este pessoal de mais idade costuma ser mais difícil prá eles. Tem pouca coisa prá eles , o pessoal discrimina muito. (entrevista n°. 4)

Eu acho que tem, eu acho que as pessoas tem um certo privilegio na vida, por exemplo eu sou aposentado em uma empresa grande, eu tenho privilegio, não sou discriminado. Mas eu tenho um cunhado aqui que recebe pensão de aposentadoria é discriminado sim, e tem muita dificuldade, não consegue emprego e é discriminado até nos postos médicos ou em qualquer lugar que ele chegue. (entrevista n°. 10)

Neste sentido, as respostas do grupo um e dois e do grupo três foram semelhantes, pois os grupos afirmam existir discriminação. O que diferencia estes grupos é que nas respostas do grupo um e dois, eles não se vêem como aposentados, ao passo que o grupo três se sente parte integrante, e por este motivo sente as discriminações pertinentes aos aposentados.

Sim. Acham que somos velhos e que não podemos mais produzir. Com esta crise de desemprego esta discriminação aumentou. (entrevista n°. 37)

Somos vistos como desocupados e somos discriminados principalmente na área da saúde. (entrevista n°. 19)

Os aposentados são vistos como incapazes, não temos oportunidades no mercado de trabalho, somos praticamente alienados da sociedade. (entrevista n°. 36)

Somos carta fora do baralho. (entrevista n°. 15)

A parte triste da aposentadoria é esta, um dia eu fui peça muito importante para a história do Brasil, hoje sou discriminado e taxado de aposentado. (entrevista n°. 27)

Não estando trabalhando temos dificuldades para conseguir as coisas. (entrevista n°.41)

O trabalhador se sente integrado as relações sociais através do trabalho. O que de certa forma atrapalha no seu desenvolvimento social após a aposentadoria, pois se ao longo da vida “o sujeito agarrou-se às atividades profissionais como meio de ser reconhecido e valorizado, a aposentadoria será o momento em que ele deverá se confrontar com a “prisão”, do ser. Ele não tem mais a máscara para esconder seu rosto. Ele construiu sua identidade na dependência das atividades socialmente valorizadas e, através destas atividades, satisfazia suas necessidades afetivas. Repentinamente, ele deve passar à categoria das pessoas desvalorizadas. Ele perde, assim, com o papel profissional, sua fonte principal de satisfação, de auto valorização”. (SANTOS, 1990:45)

Este fato não aconteceu com os jovens aposentados porque eles mantêm as suas relações sociais, porque ainda continuam em atividade, mas com os aposentados do grupo três esta situação apareceu durante as entrevistas:

Depois que me aposentei aqueles que eu considerava meus amigos, sumiram. (entrevista n.º.15)

O que mudou na minha vida foi o não ter o que fazer o que traz uma tristeza grande. (entrevista n.º.11)

Depois que a pessoa se aposenta não serve pra mais nada, ninguém valoriza um aposentado, a sociedade não pensa que, para aposentar, o ser humano “ralou” anos e anos para chegar à aposentadoria, e nem passa pela cabeça dos majoritários que fomos úteis para a evolução da cidade e até do Brasil. (entrevista n.º. 27)

Os sujeitos percebem sua identidade correlacionada com seu *status* de trabalhador. Perdendo sua capacidade produtiva, sua competência, se vê obrigado ao retiro. A própria característica compulsória da aposentadoria proporciona sentimentos de apatia e impotência, trazendo a impressão de que lhes escapa a autonomia conquistada em anos e anos de trabalho.

“O valor do indivíduo, seu reconhecimento enquanto ser humano pode ser medido pelos papéis no sistema social”. (SANTOS, 1990:11). O sujeito interiorizou a idéia de que seu valor estava ligado ao papel profissional que desempenhava e por este motivo como possui uma baixa estima atribui o seu isolamento ao esquecimento dos amigos, que agora não o valorizam mais.

“Para aquele que sempre confundiu a identidade pessoal com sua identidade sócio-profissional, a aposentadoria o fará descobrir a ausência de sentido fora do

trabalho”. (SANTOS, 1990:12) Neste sentido, a aposentadoria se apresenta como a desvalorização do sujeito.

Aliada a este isolamento social, uma questão muito comum é a associação que se faz entre aposentadoria e doença.

Neste item, também foram observadas algumas diferenças entre o grupo um e dois e o grupo três.

O grupo um e dois responderam sobre a relação trabalho – doença:

O trabalho é uma terapia prá mente, pró corpo né e a gente estando trabalhando não tem tanto tempo pra ficar pensando também, ah eu tô ficando velho, aí começa aparecer a doenças de velhice que muitas vezes são de parte psicológica e as pessoas não estão doente é coisa nenhuma e começa a ficar pros cantos e começam a achar que são inúteis e de repente pode trazer um tipo de doença. Eu continuo igual estive sempre, trabalhando parece que eu tô aí na luta, pelejando, se eu também parasse de trabalhar, eu ia trabalhar por minha conta também, eu ia fazer alguma coisa. (entrevista nº. 9)

Eu acho que a pessoa enquanto tá trabalhando e gosta do que faz ele tá vivendo feliz, porque o trabalho pra mim hoje ainda no mundo é a melhor diversão que tem, porque você ocupa a sua cabeça com coisas úteis e quando você está desempregado ou tá aposentado sem fazer nada, você começa a pensar um milhão de coisas e você as vezes pode tornar uma pessoa doente. (entrevista nº. 1)

Olha, por incrível que pareça, pode até parecer mito mesmo, mais eu acho que, eu acho que é real, porque a partir do momento que você começa ficar pensando muito nas coisas, trazendo problema prá dentro de você mesmo aí realmente eles acontecem, então eu acho que tem que ser pra cima mesmo. (entrevista nº.2)

“Protegido contra um grande número de deficiências e de doenças, o corpo agüenta firme durante muito mais tempo. Enquanto o espírito conserva o equilíbrio e o vigor, consegue-se geralmente manter o sujeito em boa saúde física: esta fica prejudicada quando o moral se abate. Inversamente: se a vida fisiológica se degrada gravemente, as faculdades intelectuais são atingidas”. (BEAUVOIR, 1990:41-42)

Ainda de acordo com as afirmações do grupo um e dois:

Acho que tem relação. Você vê o meu caso, há 26 anos na empresa, se eu parar de uma hora pra outra e ficar sem fazer nada, eu acho que não dá certo.. Tem que

fazer alguma coisa. Muitas pessoas que se aposentaram e não estão trabalhando reclamam da falta do convívio com o pessoal, e quando a gente encontra a gente vê que eles ficam satisfeitos e começam a perguntar por um por outro, né. A amizade faz muita falta. (entrevista nº.4)

Mente são corpo são, porque se você está ocioso, porque o ócio é o pior conselheiro, porque você estando ocioso, acorda seis horas da manhã porque já está acostumado a fazer isto, você fala puxa eu não tenho lugar pra ir eu não vou trabalhar, aí da aquela impressão de que você já não serve pra mais nada, que sua data de validade está vencida. Se a pessoa não tiver uma cabeça boa ela entra em depressão. (entrevista nº.5)

Ou você trabalha ou você adocece, porque se você adoecer acabou, principalmente se for uma pessoa..., eu por exemplo sou um cara privilegiado, tenho um convenio muito bom né, eu não dependo de INPS, eu não dependo de INPS hora nenhuma, a única coisa que eu dependo de INPS é o dia de receber meu pagamento, já sei onde eu ponho ele também e pronto. E esse pessoal que depende de INPS que é aposentado é difícil. (entrevista nº.10)

“Aposentadoria e doença se confundem, na medida em que impedem o sujeito de trabalhar. Assim sendo, mais que o fim do sujeito enquanto ator social, a aposentadoria representa seu fim enquanto pessoa”. (SANTOS, 1990:56)

Segundo BEAUVOIR, (1990:37), “há uma relação de reciprocidade entre velhice e doença; esta última acelera a senilidade e a idade avançada predispõe a perturbações patológicas, particularmente aos processos degenerativos que a caracterizam”.

O grupo três evidenciou suas representações da seguinte forma:

Depois que me aposentei adoeci. Estou numa cadeira de rodas, faço hemodiálise, fisioterapia, tenho insuficiência cardíaca. Quando eu trabalhava não tinha nada disto. (entrevista nº.30)

Muito stress acompanhado de doenças. (entrevista nº. 22)

Após a aposentadoria o que mudou foi a saúde, porque quando eu trabalhava não tinha nenhum mal e hoje não tenho a mesma segurança. (entrevista nº.45)

Realmente achei esta pergunta interessante. Ainda não tinha parado pra pensar, porque a gente quando está na ativa está vendendo saúde, e quando se aposenta já está cansado e velho. Mas a gente tem que estar preparado pra isto. (entrevista nº. 26)

Com base nestes fragmentos, detectou-se que os grupos um e dois, vêm uma relação entre trabalho e saúde e afirmam não possuírem problemas relacionados a este tema, enquanto o grupo três explicitou ter mais problemas de saúde após a aposentadoria.

Perguntados sobre o primeiro dia de aposentadoria e de acordo com as lembranças dos aposentados, as respostas variaram de acordo com os grupos. Os grupos um e dois demonstram satisfação no primeiro momento e depois esta situação se torna indiferente a eles, e o grupo três demonstra uma desordem psicológica, alguns ficaram satisfeitos, outros nem tanto, mas se identificam como pertencentes a esta categoria.

Depoimentos dos grupos um e dois:

Olha, na hora você fica entusiasmado de tá adquirindo um direito seu, mais depois você fica com aquela preocupação, porque teve uma notícia na televisão que quem aposentasse ou tinha que escolher a aposentadoria ou continuar trabalhando. Aí eu tive contato com a Bunge de lá disseram “pra nós não tem problema nenhum, você é um funcionário que a gente acha útil pra nós, você pode continuar trabalhando”. (entrevista nº.1)

Não, eu não me lembro assim, mais o engraçado é o que as pessoas falavam né, “é aposentado, vai se sentir velho” e jamais, eu vou me sentir, nem um pouquinho. Pra mim aposentado, ficou..., é ficou morta essa palavra pra mim, tá certo, porque eu continuei a minha vida da mesma forma, não parei em hora nenhuma pra pensar em aposentadoria, não estou aposentado, só penso no dia que eu recebo né, porque é um dinheiro à mais né, com certeza, , não me pesou nem um pouquinho, nem um pouquinho mesmo, não tenho, não tive, não teve diferença. Com certeza. (entrevista nº.2)

Eu me lembro. A minha mulher me ligou lá na empresa, dizendo que chegou um papel do INSS pra mim. É pelo jeito parecia ser da aposentadoria eu já tinha entrado com os papéis né., Isto foi no dia 18 de agosto de 97. Eu fiquei satisfeito e ela também. (entrevista nº.4)

Me lembro quando o meu pai aposentou, tinha 68 anos de idade. Chegou em casa satisfeito gritando por minha mãe com a idéia do dever cumprido. Parecia que tinha ganho o melhor presente do mundo. Só que um ano depois ele morreu. Ele se preparou a vida inteira e sabia exatamente a data que isto ia acontecer. Comigo foi diferente, tinha 49 anos no momento da minha aposentadoria e se não fosse pelo dinheiro que ganho no final de cada mês não ia querer aposentar. Pensei que ia ser como o meu pai, estava me preparando, mas o

governo me impediu de sair contente do meu serviço. Graças a Deus fui aceito lá na firma de novo. (entrevista n°. 49)

Outra situação vivenciada principalmente pelo grupo um, foi a insatisfação por só ter conseguido aposentadoria parcial

Me senti um pouco frustrado por não poder esperar e receber aposentadoria integral. (entrevista n°.18)

Fiquei um pouco contrariado por não esperar a aposentadoria integral. (entrevista n°.12)

Naquela época eu pedi a proporcional, porque também depois só com 60 e quantos anos? Aí já não adianta mais não. Infelizmente me aposentei com 80 e poucos % do meu salário.(entrevista n°.6)

Relatos do grupo três:

Senti alegria e ao mesmo tempo foi revoltante, sabendo que aquele lugar ali te pertenceu, você lutou muito e de nada adiantou tanta dedicação. (entrevista n°.29)

Me pegaram de surpresa. Fiquei arrasado, humilhado até. O dia pra mim foi de muita tristeza. Foi tudo muito rápido. (entrevista n°.40)

Foi muito engraçado, fiquei desnordeado, pensando que estava fazendo uma coisa errada, depois fui acostumando e logo voltei a trabalhar. (entrevista n°.28)

Senti-me perdido, não sabia o que fazer. (entrevista n°.22)

Senti um vazio imenso. Fiquei triste, sem saber o que fazer. Me senti inútil. (entrevista n°.45)

O interessante é que há uma contradição entre o contexto social destes grupos e as respostas obtidas. Era de se esperar que o grupo um e dois pelo fato de não terem planejado a aposentadoria se sentissem insatisfeitos com a mesma, e o grupo três, que já vinha se preparando para a aposentadoria, mostrasse mais entusiasmo ao se aposentar.

Os grupos um e dois na realidade se sentiram aliviados com a aposentadoria, como se pudessem continuar vivendo a partir daquele ponto, tendo o privilégio de poder esquecer a situação de aposentado.

Quando foi perguntado ao grupo um se a questão financeira era um fator determinante, para que eles continuassem trabalhando, eles afirmaram que o dinheiro é importante, mas que esta não é a questão fundamental, argumentando que mesmo se

tivessem muito dinheiro não abandonariam o trabalho. Poderiam procurar outra atividade, mas deixar de trabalhar jamais.

Poderia trabalhar menos, não trabalhar de turno né, poderia escolher um pouco o meu trabalho, mais eu acho... é que engraçado que, eu sempre falo o seguinte “fertilizante é igual droga, acho que eu tenho fertilizante na veia, no sangue”, é verdade, então eu acho que fertilizante pra mim é tudo, porque eu vejo fertilizante não só lá, eu vejo lá no produtor, então eu vejo numa amplitude maior né, então eu gosto muito, eu acho que eu poderia trabalhar realmente, poderia expandir mais prá esse lado do campo, sei lá, mas deixar de trabalhar não, eu acho que faz parte do ser humano. Eu vejo dessa forma, não de parar de trabalhar porque tem muito dinheiro, até é uma forma de trabalho, administrar dinheiro (ri) Eu acredito que está no sangue, está na veia e eu gosto mesmo, o negócio é bom e eu gosto. Com sinceridade eu não quero parar de trabalhar não, enquanto Deus me der força estou trabalhando. (entrevista n°. 2)

De jeito nenhum, de forma nenhuma, eu acho que se eu tivesse, eu não tenho a pretensão nenhuma de ter muito dinheiro não, eu não tenho essa pretensão, mais se eu tivesse eu faria centenas de pessoas trabalhar sem dar um tostão de mão beijada, mas eu procuraria incentivar a pessoa, o que gostaria de fazer e eu daria um início prá cada um. (entrevista n°. 1)

Muito dinheiro até que sim viu, mais igual eu estou hoje, quer dizer hoje eu estou bem graças a Deus, e eu não posso reclamar, mas, eu acho que eu continuaria trabalhando. (entrevista n°.10)

Trabalhar, eu penso que eu nunca vou parar porque eu gosto e não trabalho só por dinheiro, eu tenho prazer no trabalho, então eu acredito que mesmo eu posso até trabalhar em outra coisa atividade, talvez no futuro eu vou deixar de trabalhar do jeito que eu trabalho por exemplo posso até ser professor eu sou formado e tal, mas parar de trabalhar eu não pretendo, só mesmo a hora que chegar a hora de ir embora.(ri).(entrevista n°.8)

Olha, esta hora de parar a gente não tem, né, porque, nós, no meu caso que sou pobre, apesar da vida que eu tenho hoje eu nasci de trabalho e não sei fazer outra coisa. Ficar a toa não presta, né, então tem que trabalhar.(entrevista n°.5)

Em razão destes jovens aposentados estarem em atividade, seus discursos deixam transparecer que a aposentadoria foi apenas um complemento de renda, e que

eles são trabalhadores como sempre foram e não aposentados, isto ficou apenas no papel e na renda extra que recebem. Pretendem continuar trabalhando independentemente de possuírem muito dinheiro ou não.

Diante destas respostas, duas novas indagações se fizeram presentes: Qual a importância do trabalho para eles e qual a definição do conceito de aposentado.

Com relação à importância do trabalho o grupo um relatou:

Olha eu na realidade tenho prazer em sair de casa pra ir trabalhar. Tem época que as vezes a gente tem até mais prazer de chegar no trabalho do que em casa. Às vezes, tem alguma coisa que chateia em casa e quando você vai pro trabalho você tem como se fosse uma forma de alívio, né. O trabalho pra mim além de dar um retorno financeiro me dá um retorno também pessoal, em termo de consagração. Trabalho pra mim não é um sacrifício, é um lazer, então eu não vejo desta forma. A pessoa que tá chorando quando tem que trabalhar ele não está sabendo da realidade. Chora quem não tem onde trabalhar. (entrevista n°. 8)

Eu acho que a pessoa tem que levantar cedo e ter um horizonte pra ele trilhar ali durante aquele dia, todo dia tem que ter. Eu não penso em parar, se eu parar aqui ou o dia que eu cansar da empresa ou eles cansarem de mim lá, eu vou continuar em outra atividade que seja lá na fazenda, que seja alguma coisa parar não. Se parar o corpo enferruja. (entrevista n°. 6)

Desde pequeno aprendi que o trabalho dignifica o homem, e que sem ele apenas vegetamos. Sem trabalho vem a bandidagem, a criminalidade. Não importa a idade imposta pela lei trabalhista, a pessoa tem que trabalhar para ser útil, até quando estiver agüentando, isto que importa. (entrevista n°. 40)

Eu comento com a minha esposa que eu pretendo trabalhar até morrer. Se for possível eu vou trabalhar até morrer. O meu pai trabalhou até quase nos dias de falecer, aí é bom demais. É ruim quando a pessoa começa a adoecer e não tem condições de trabalhar, mas eu quero trabalhar a vida toda, se não for na profissão que eu estou hoje, tenho que arrumar outra atividade pra gente continuar trabalhando, porque eu acredito que se eu ficar sem trabalhar e, como eu mencionei anteriormente acredito que a maioria das pessoas são assim, eu acredito que a vida vai ficar muito monótona e a tendência é adoecer, é ficar triste.. (entrevista n°. 3)

O valor agregado ao trabalho, configura-se como um componente relativo à qualidade de vida. Associa-se ao trabalho a longevidade da vida, e até mesmo a formação do caráter do indivíduo.

Quanto à definição de aposentado, há uma variação de respostas, de acordo com a classificação dos grupos.

Os grupos um e dois por continuarem trabalhando afirmaram com relação à definição do termo aposentado:

Aposentado é aquele que já cumpriu a sua missão. (entrevista n°.32)

Sentir realizado sabendo que valeu a pena ter começado a trabalhar muito jovem. (entrevista n°.13)

Me sinto orgulhoso, pois trabalhei grande parte da minha vida com dedicação e honestidade. (entrevista n°.35)

Ser livre e ter tempo para fazer o que quiser. (entrevista n°.44)

É uma pessoa que contribui para a previdência durante parte da vida e aguarda o retorno do investimento o resto da vida. (entrevista n°.19)

Ser aposentado é a satisfação do dever cumprido com a sociedade. Sinto-me orgulhoso de ter conseguido me aposentar por tempo integral. (entrevista n°.35)

Ter vida digna, com um bom salário que nos proporciona uma segurança adequada para o padrão de vida de um brasileiro com saúde principalmente. (entrevista n°.29)

É ter cumprido bem a minha missão como profissional.(entrevista n°.38)

Há um elemento contraditório nestas respostas. Anteriormente, estes dois grupos se mostraram indiferentes à aposentadoria por continuarem trabalhando. Quando foi perguntado sobre a definição do termo aposentado, eles respondem como se não fizessem parte desta categoria. Colocam o tempo livre como definição de aposentado, e eles continuam trabalhando, falam de salários dignos e afirmam que mesmo tendo muito dinheiro não deixariam o trabalho. Falam em realização e anteriormente disseram que nada mudou com a aposentadoria.

Para o grupo três a definição do termo aposentado significa:

Ser aposentado é “sofrer a aposentadoria”. (entrevista nº.43)

Aposentado é uma pessoa que precisa de apoio dos amigos e familiares, não existe nada de bom em ser aposentado. (entrevista nº.11)

Aposentado no meu ponto de vista é aquela pessoa à esquerda, não vale nada. (entrevista nº.27)

É trabalhar 35 anos e quando aposenta, adoece, assume uma farmácia de R\$700,00. Dessa forma não tem dinheiro para nenhum passeio, ou seja, aquilo que todo mundo sonha ao pensar na aposentadoria. (entrevista nº.30)

Vida modesta e pouca mordomia. (entrevista nº.39).

A vida mudou prá pior porque hoje ganho menos do que eu ganhava quando trabalhava. (entrevista nº.41)

A diferença apresentada entre estes grupos, está na condição de aposentados em que eles se encontram. Os grupos um e dois, por não viverem a condição de aposentado de fato, não se identificam como tal e por isto pensam a aposentadoria como algo benéfico.

O grupo três por ter se aposentado de fato, e passar por dificuldades financeiras, de saúde, e se sentir desvalorizado socialmente, atribui um valor negativo à aposentadoria.

Neste sentido, o grupo três apresenta dois pontos fundamentais nas definições de aposentadoria: a inatividade após um tempo de serviço e a remuneração por essa inatividade. Esses dois aspectos são decisivos para a compreensão das conseqüências acarretadas nas vidas daqueles que se aposentam, pois para se aposentar, o indivíduo precisa estar preparado para as transformações sociais que enfrentará, e muitos trabalhadores se encontram “perdidos” após a aposentadoria, porque se sentem excluídos do processo produtivo, fator predominante de inclusão social na sociedade capitalista.

Segundo Peter Townsend (1957) apud SANTOS, 1990:6, “a vida do sujeito tem praticamente duas fontes de equilíbrio: o mundo familiar e o mundo do trabalho. No momento da aposentadoria, o sujeito tem apenas duas saídas possíveis: o isolamento ou à volta à vida familiar”.

Como o grupo um ainda não se desligou de suas atividades laborais, não possui as mesmas características do grupo três. As pessoas se aposentaram, mas, não conseguem visualizar a diferença entre estar aposentado e ser um trabalhador, sendo que

os termos, ser e estar, deveriam ser usados numa razão inversa, pois ele é aposentado e está trabalhador.

Diante de toda importância atribuída ao trabalho, foi perguntado aos jovens aposentados, qual o motivo da reclamação na hora de ir para o trabalho, se ele representa um valor de proporção na sociedade atual.

Mas o reclamar do trabalho não é pelo trabalho em si, porque que a gente está no serviço a gente trabalha e faz o que tem que fazer o grande problema do trabalho é o seguinte, o relógio bateu eu tenho que ir. Isto é que é complicado. Enquanto o relógio não bater o sino lá também eu não posso ir pra casa. É completamente de certa forma uma arma, mas suando a gente está no serviço a gente dá risada, trabalha desempenha a função de cada um, mas o tal do compromisso se eu por exemplo no caso meu que é ônibus, se eu me atrasar três minutos eu perdi o ônibus ou tenho que correr, então é isto que eu digo que a gente fica escravo da hora . Eu tenho que estar lá, eu tenho que esperar o sino pra almoçar, tenho que esperar o sino pra ir embora. (entrevista n°. 7)

Mais é por causa disso mesmo, é porque o trabalho é o que sustenta a família é o que sustenta você é o que sustenta seu ego, então às vezes você tem aquela preguiça, “ah não vou hoje não, gente mais se eu não for como que eu vou pagar aquela prestação do mês que vem, então as vezes a pessoa tem preguiça, mais é uma preguiça assim viciada”. (entrevista n°.1)

Enfim, de acordo com as representações sociais dos jovens aposentados e dos aposentados que requereram suas aposentadorias em período anterior à reforma, fica evidente, que o trabalho na sociedade capitalista, assume a conotação de elemento mediador das relações sociais, trazendo uma valorização social para os que estão em atividade.

Esta mudança na concepção do trabalho, parafraseando TOMAZI (1993), se processou com a Reforma Protestante, ao qual o trabalho passou a ser visto como o criador de toda a riqueza, contrariando a visão do catolicismo, que considerava o trabalho como pecado original. “A profissão de cada um passa a ser vista, agora, como vocação, e a preguiça como uma coisa perniciosa e má” TOMAZI (1993:55).

Este pensamento está presente na sociedade atual. O não trabalho significa, exclusão social. O próprio indivíduo se sente deslocado socialmente se não estiver trabalhando. Por esta razão, mesmo reclamando por ter que trabalhar, o aposentado deseja continuar em atividade, pois isto significa que a sua posição social, a sua

valorização, as suas relações sociais, serão mantidas, enquanto ele estiver no mercado de trabalho.

Neste item sobre as representações sociais dos jovens aposentados, os entrevistados salientaram vários pontos que retratam as apreensões que eles tiveram dentro dos contextos histórico, político e social.

A insegurança, o medo de perder alguns direitos referentes à aposentadoria, a falta de conhecimento concreto do contexto político, as especulações vivenciadas no dia a dia sobre a reforma previdenciária, culminaram com a aposentadoria precoce.

Precoce no sentido de não haver tempo para um planejamento, fazendo com que o trabalhador passasse por um momento de angústia, desconforto, ansiedade até a concretização da aposentadoria. Após a concessão do benefício, este aposentado alcança um período de calma. Afinal, os problemas que o afligiam, foram solucionados com a aposentadoria.

A partir deste momento ele esquece que é aposentado e continua as atividades laborais que sempre desenvolveu. Sentindo-se feliz, não com a aposentadoria, mas com o complemento salarial que ela significa.

Surgiu com este grupo de jovens aposentados, uma identidade diferenciada dos aposentados que fizeram o planejamento de sua aposentadoria e esperaram por ela durante anos, com características bem determinantes.

O jovem aposentado passou por um período de turbulência durante o pedido do benefício da aposentadoria, mas se sentiu aliviado quando o processo se concretizou. O grupo dos aposentados que não passou por estas situações, apresentou uma tranquilidade no momento do pedido da aposentadoria. Como esta foi esperada, ao longo dos anos de trabalho, os indivíduos deste grupo se desligaram das empresas nas quais trabalhavam logo após a homologação da aposentadoria.

Diferentemente do primeiro grupo, que se sentiu aliviado, este grupo se sentiu perdido, sem saber o que fazer nos anos vindouros, ficando assustados com a nova situação.

Este segundo grupo de aposentados, foi importante para a pesquisa, pois suas atitudes com relação à aposentadoria contrastaram com as do primeiro grupo, evidenciando que o processo destes grupos foi inversamente proporcional: o que representou calma para o segundo grupo, representou um período conturbado para os aposentados do primeiro grupo. E a vida após a aposentaria se apresentou de maneira tranquila para os aposentados do grupo um por continuar em atividade e um pouco sem

perspectivas para os aposentados do segundo grupo, que associaram a aposentadoria ao término de suas atividades.

Este fato em uma sociedade que privilegia o trabalho, chega a confundir-se com o término da vida, pois não há mais o que fazer, os valores sociais são atribuídos a quem pode contribuir com o mercado de trabalho, e nesta perspectiva, o trabalhador não quer ser associado à figura pejorativa acarretada do aposentado.

De acordo com OLIVEIRA (2002:64) “a humanidade, por seu ideal de eterna juventude, acaba por dividir a vida em ser mais ou menos jovem, negando a velhice e evitando-a, numa associação com a morte”.

O primeiro grupo conseguiu se organizar e afastar o estigma da velhice, que, em geral, acompanhava a chegada da aposentadoria, enquanto o segundo, se sente um peso em uma sociedade que precisa de pessoas produtivas.

Segundo GRAEFF (2004: 23) “estas representações sociais da aposentadoria deveriam refletir expectativa de um descanso justo e sustentado financeiramente pelo Estado, em virtude de trinta anos ou mais de produção de bens e serviços. A aposentadoria é percebida como recompensa, na medida em que o sujeito está liberado do trabalho, vê diminuídas suas responsabilidades e recebe um prêmio financeiro por sua "luta" como trabalhador”:

Vale ressaltar que foi privilegiado o discurso destes aposentados, enquanto representações sociais, que contribuem para o avanço do conhecimento da realidade.

O discurso dos aposentados foi analisado, na tentativa de conhecer as representações dos trabalhadores que se aposentaram entre 1994 e 1998 na cidade de Araxá, detectando que, as pessoas que se aposentaram no período anterior, puderam planejar a aposentadoria, mas se sentiram desnorteadas com a chegada da mesma, ao passo que, as pessoas que se aposentaram dentro do período mencionado anteriormente, aposentaram-se com idade inferior a 60 anos, dificultando-se fazer uma relação direta entre aposentadoria e terceira idade. São aposentados, mas pertencentes a uma nova categoria, a de jovens aposentados, continuam com um vigor expressivo e por este motivo não se sentem aposentados, uma vez que, aposentadoria é sinônimo de inutilidade.

Este trabalho não tem por objetivo responder todas as inquietações suscitadas pelo tema, mas abrir um espaço para novos questionamentos, a partir dos quais, novas perspectivas e novas questões relativas ao tema da aposentadoria possam ser evidenciadas, aprofundadas e esclarecidas.

Conclusão

A dissertação teve como foco principal a análise das representações sociais de aposentados das empresas extrativistas de Araxá MG, que buscaram o benefício da aposentadoria em função das alterações da legislação.

As fontes de água mineral localizadas em Minas Gerais no circuito das águas, em Poços de Caldas e especialmente em Araxá, representam atualmente uma importante fonte de recursos para o Estado de Minas Gerias, advindos sobretudo, do turismo.

Estas cidades se destacaram, pela imponência dos cassinos, localizados em algumas, e também pelo provável poder medicinal de suas águas.

Com a descoberta do antibiótico e o fechamento dos cassinos, elas tiveram que providenciar outras estratégias para sobreviverem do turismo.

Algumas optaram pelo charme da cidade, relacionando-o ao lugar ideal para passar a “lua de mel”, outras decidiram explorar o potencial turístico através de sua exuberante arquitetura.

A presença de aposentados nestas estâncias e o fato de alguns deles serem jovens (faixa etária entre 45- 49 anos), ganhou destaque e chamou minha atenção. Percebi que também entre os residentes da cidade de Araxá, o fenômeno da existência destes jovens aposentados podia ser constatado, fato que motivou meu interesse em estudá-los, buscando, inclusive, relacionar sua situação ao contexto das aposentadorias precoces, vivenciadas no Brasil nos anos 90, em função das mudanças na legislação. Eram pessoas jovens para deixarem o mercado de trabalho, mas que já estavam aposentadas.

Para as cidades turísticas, este fato foi positivo, pois movimentou o setor de serviços, mas para o contexto social dos anos 90, estas aposentadorias precoces, significaram uma ruptura do modelo tradicional de previdência social com o novo modelo que estava sendo gestado.

Diante deste fato, repito, a hipótese de trabalho, por mim levantada, foi a da relação existente entre o trabalho e a aposentadoria para estes aposentados. Minhas conclusões apontam para o fato de que o acontecimento histórico e político que tomou conta de todo o país no final dos anos 90, culminando com a Reforma Previdenciária de 1998, afetou estes aposentados.

O contexto identificado através da pesquisa, era o de que todos os países da América Latina estavam passando por crises no sistema previdenciário ao final dos anos 80 e início da década seguinte. Fato ocorrido além de outros fatores, pelo aumento da expectativa de vida dos indivíduos, não só na América Latina, mas em todo o mundo.

Paulatinamente, o ganho de qualidade de vida e a introdução de novas tecnologias, inclusive no setor de saúde, favoreceu a longevidade, com isto as normas empregadas pelo sistema previdenciário se tornaram insuficientes para a manutenção do pagamento dos benefícios, uma vez que a quantidade de trabalhadores que, pela aposentadoria, passaram a receber uma contribuição previdenciária ao invés de pagarem-na, era maior do que a quantidade de trabalhadores que ingressavam no mercado de trabalho. Exigindo da Previdência mais pagamentos do que recebimentos. A renda obtida com a quantidade de trabalhadores na ativa não era suficiente para manter estes gastos.

Em decorrência deste fato, e de outros que não foram citados, para não desviar do objetivo de perseguir os motivos pelos quais os trabalhadores optaram por uma aposentadoria precoce, uma crise do sistema previdenciário atingiu os países Latinos, que acabaram reformulando o sistema previdenciário, com o apoio do Banco Mundial.

O Chile foi o pioneiro no processamento destas mudanças, servindo de modelo para vários outros países. O que se nota, é que as mudanças se processaram dentro de um mesmo período e que as características adotadas em cada sistema não diferem muito uma da outra, com exceção do Brasil, pois enquanto os outros países optaram por uma reforma estrutural em que o Estado dividiria o encargo com a previdência privada, o Brasil optou por uma reforma incremental, aumentando a idade e o tempo de contribuição para o requerimento da aposentadoria.

Esta reforma, bastante discutida pelos parlamentares brasileiros, despertou nos trabalhadores que estavam próximos da aposentadoria um temor face às possíveis mudanças. Eles não sabiam o que estava acontecendo ao certo, mas desejavam buscar a aposentadoria, com o objetivo de se resguardarem, das ameaças trazidas por este evento.

Em todo o país, trabalhadores do setor público e privado, buscaram informações sobre o que seria necessário para se aposentarem e foram à busca deste direito. Este fato também ocorreu em Araxá, cidade do interior de Minas Gerais .

Os aposentados de três empresas extrativistas, assumiram papel de destaque , por participarem deste acontecimento, e por terem idade média de 49 anos. Estes aposentados denominados nesta dissertação de “jovens aposentados”, vivenciaram, o que os comentários e as opiniões determinavam sobre o novo quadro previdenciário, que iria surgir após 1998.

As especulações a respeito da Reforma Previdenciária causaram um mal-estar bem maior do que as diretrizes trazidas pela emenda constitucional nº. 20.

Na realidade, esta emenda deixa margem para diferentes interpretações, já que seu texto ocasiona dúvidas quanto ao seu conteúdo.

Mas, diferentemente do que se pode imaginar, estas dúvidas a respeito da emenda não causaram grandes turbulências, pois o período anterior à Reforma trouxe mais inquietudes, fazendo com que os trabalhadores tomassem uma atitude face à nova situação.

Os comentários sobre a reforma foram se alastrando por todo o Brasil, atingindo os trabalhadores das empresas extrativistas de Araxá, modificando o caráter individual da aposentadoria para um aspecto coletivo, no qual muitos trabalhadores estavam envolvidos na mesma situação.

Estes funcionários, assim como todos os demais, foram “induzidos” a agirem de forma semelhante. Sentindo medo de perder alguns direitos adquiridos, optaram por não esperar a concretização da reforma que estava em andamento, solicitando a aposentadoria entre 45- 49 anos.

Como foi mencionado anteriormente, a expectativa de vida aumentou nos últimos anos, alcançando um índice de 72 anos. Um trabalhador que se aposenta nesta faixa etária, de um modo geral, prepara-se para assumir uma fase de descanso, fato que, como evidenciaram as entrevistas realizadas, não parece ocorrer com os jovens aposentados, ainda em fase produtiva e, em tese, distantes da velhice. São aposentados, mas jovens, e por esta razão não se identificam à categoria social dos aposentados, fazendo assim, surgir a partir dos anos 90 uma nova categoria, a dos jovens aposentados, com perfil distinto. Aposentados que continuaram trabalhando após a aposentadoria e não querem a denominação de aposentados, insistem em dizer que são trabalhadores e que ainda irão trabalhar por muito tempo.

O sentimento de pertença está interligado ao tempo e ao espaço ocupados por estes aposentados. Passaram mais tempo dentro das empresas nas quais trabalham (a maioria continuou no mesmo emprego) do que com suas famílias.

Nas diferentes teorias estudadas, não se encontrou um conceito que estabeleça o momento exato em que o indivíduo pode ser enquadrado na velhice. A Constituição Brasileira, estabelece que ser velho ou pertencente à terceira idade é possuir mais de 60 anos de idade.

Este critério não responde satisfatoriamente ao questionamento do que é ser velho. Aos 60 anos, a capacidade produtiva continua latente em muitos indivíduos que se recusam, a ser considerados como velhos.

O que dizer então dos aposentados que possuem idade inferior a 60 anos? Estes se sentem mais distantes ainda da velhice e não querem assumir esta denominação, apesar da aposentadoria.

Esta nova categoria que se formou com a reforma previdenciária, constituiu uma identidade própria, com características bem distintas dos aposentados que tiveram tempo para fazer um planejamento.

Com base em suas representações sociais, nós os distinguimos dos aposentados dos períodos anteriores à reforma, e o primeiro ponto de diferença está no período que antecedeu à aposentadoria.

Os aposentados do período anterior, não passaram por nenhum temor coletivo no momento do requerimento do benefício. Tiveram tempo para o planejamento da aposentadoria e a maioria abandonou o emprego após a concessão do benefício.

Os jovens aposentados, tanto os da empresa pública quanto os da privada, tiveram uma ruptura no tempo de trabalho e foram pegos de surpresa. Indagações e inseguranças foram fortemente vivenciadas por essa categoria específica.

Estes trabalhadores, somente se acalmaram após conseguirem se aposentar. Este é outro ponto de diferença entre os dois grupos. Aqueles que se aposentaram antes do período da reforma, passaram por um momento de calma, até à concessão do benefício, mas como deixaram o trabalho, passaram por um período de re-organização de suas vidas. Preocuparam-se em planejar a aposentadoria, no sentido de saberem exatamente quando deveriam requerê-la, sabendo quantos anos de trabalho teriam antes da sua chegada, mas não necessariamente chegaram a planejar o que iriam fazer depois. Esta fase causou transtornos temporários para alguns destes aposentados.

Em contrapartida, os jovens aposentados passaram por um período de turbulência até à aposentadoria, na qual muitos deles tiveram que buscar uma aposentadoria parcial, mas depois da aposentadoria voltaram à calma. A maioria continuou trabalhando na mesma empresa, se recusando a assumir a identidade de aposentado, preferindo ser considerados como trabalhadores, exatamente como aqueles que ainda não haviam se aposentado.

O trabalho é preponderante na sociedade capitalista. O não trabalho significa perda de poder e prestígio. As relações sociais se enfraquecem quando não se tem um trabalho. É a morte social que se instala mais facilmente nas pessoas que não possuem trabalho.

Neste sentido, constatou-se que, o status social do indivíduo está intimamente ligado ao trabalho e que a perda deste acarreta, além de problemas sociais, problemas biológicos.

A falta de trabalho, pela aposentadoria especificamente exposta nesta dissertação, aproxima as pessoas da velhice. Enquanto se tem força para o trabalho, o sujeito se sente útil e se sente melhor fisicamente do que aquele que se sente ocioso e desvalorizado socialmente.

O que esta dissertação mostrou é que a Reforma Previdenciária de 1998, trouxe uma desordem na vida de muitos trabalhadores que se aposentaram neste período, mas transformou um grupo de trabalhadores em uma nova categoria específica, a de jovens aposentados, longe da representação social que se faz da velhice.

Jovens aposentados, que continuam em atividade, que cultivam o respeito da família e dos amigos pela condição de trabalhador e que não possuíam 60 anos ao se aposentarem.

No que tange ao critério para se aposentar, por idade ou tempo de contribuição, a lei é confusa, abrindo lacunas para várias interpretações.

Quando se afirma que homens irão se aposentar com 65 anos e mulheres com 60 anos, e ou que homens terão que contribuir 35 anos com a previdência e mulheres 30 anos, há uma obscuridade neste processo.

Teoricamente e de acordo com esta afirmativa, seria observado um dos dois aspectos, e na realidade não é isto que ocorre, pois, todo homem com mais de 65 anos e toda mulher com mais de 60 anos, ou aqueles que não completaram a idade estipulada, mas que contribuíram 35 anos (homens) e 30 (mulheres) automaticamente teriam direito à aposentadoria.

Mas não é isto que ocorre. Somente terá direito a aposentadoria mesmo não tendo contribuído e tendo mais de 60 - 65 anos, quem comprovar que possui renda de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoas da família.

Este fato, evidenciado nesta dissertação, suscita a necessidade de novos estudos com relação às transformações sociais ocasionadas pelo sistema previdenciário brasileiro, uma vez que os jovens aposentados buscaram a aposentadoria sem conhecimento de fato dos direitos e das regras estabelecidas pela previdência.

Ainda hoje, muitos trabalhadores não compreendem as regras estabelecidas e se sentem perdidos no momento de buscar o amparo previdenciário.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira, PACHECO, Juliana Garcia, GARCIA, Lorena Francisca Toledo Alves. **Representações Sociais da adolescência e práticas educativas dos adultos**. In ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira, SANTOS, Maria de Fátima Souza, DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling, TRINDADE, Zeidi Araújo. (org) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais**. Brasília: Editora da Unb, 2006.

ANDRADE, Eli Iôla Gurgel. **Estado e Previdência no Brasil: uma breve história**. In. **A Previdência Social no Brasil** (Vários autores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANDRADE, Maria Antonia Alonso. **Cultura, Política e Representações Sociais: Considerações Metodológicas**. (1996)Disponível in www.geocities.com.br.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boimtempo, 1999.

ARAÚJO, Ângela Maria. (org). **Trabalho, cultura e cidadania**. São Paulo: Scritta, 1997.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORTOLINI, Armando Luiz. **Identidade e Espaço Profissional**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2006.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas-sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do Trabalho no século XX**. 3 ed.Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CARMO, Paulo Sérgio. **História e ética do trabalho no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1998.

CARVALHO, Abdias Vilar de. **O caminho do tempo: trajetórias do servidor público aposentado**. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Campinas, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO P. Odair (org). **Velhice, que idade é essa: Uma construção psicossocial do envelhecimento**. Porto Alegre: Síntese, 1998.

COELHO, Vera Schattan (org). **A Reforma da Previdência Social na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CRUZ, Fátima Maria Leite. **Representações Sociais, identidade e exclusão social: o fracasso escolar em matemática**. In ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira, SANTOS, Maria de Fátima Souza, DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling, TRINDADE, Zeidi Araújo. (org) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais**. Brasília: Editora da UnB, 2006.

Dados bibliográficos referentes à história de Minas Gerais disponível in www.historiademinas.com.br

Dados bibliográficos referentes à história de Minas Gerais disponível in www.wikipédia.org

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico** 6 ed. São Paulo: Nacional, 1971.

_____ **Da divisão do trabalho social**: tradução Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ **O Suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____ **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** Introdução e Conclusão. In DURKHEIM seleção de textos de José Arthur Giannotti –S. Paulo, Abril Cultural, Os Pensadores, 1983.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____ **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Estatísticas do Ministério da Previdência Social. Disponível em: www.previdenciasocial.gov.br

FERREIRA, Martins Roberto. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Moderna, 1993.

FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia.** 2 ed. São Paulo: Atlas:2002.

FERREIRA, M. A Lucia e ORRICO G. D. Evelyn. **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações.** Rio de Janeiro:DP&A, 2002.

FERREIRA, Mário César. **Atividade, categoria central na conceituação de trabalho em Ergonomia.** Revista Aletheia, Canoas - RS, n. 11, 2000.

GARCIA, Carla Andréa de Almeida Ourique.(org) **Legislação de Direito Previdenciário.** São Paulo: Rideel, 2007.

GIDDENS, Antony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____ **Política, Sociologia e Teoria Social:** encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. 2 ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____ **Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós.** 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GRAEFF, Lucas. **Representações Sociais da Aposentadoria**.(2004) disponível in www.unati.br
- GUARESCHI, A. Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HAGUETTE, Tereza. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- KAY, J. Stephen. **Privatizações inesperadas: Política e Reforma da Previdência Social no Cone Sul** in COELHO, Vera Schattan (org). **A Reforma da Previdência Social na América Latina**. Rio de Janeiro:FGV, 2003.
- KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins. **Os desafios de compreender o trabalho informal**. in Ser Social: Revista do programa de pós graduação em política social do departamento de serviço social da UnB. Nº. 5. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- Informações sobre a cidade de Araxá –MG. Disponível in www.araxa.mg.gov.br e www.renascebrasil.com.br.
- LALLEMENT, Michel. **História das idéias sociológicas : das origens a Max Weber**. Tradução de Ephraim F. Alves. 2 ed.Petrópolis:Vozes,2003
- LARANGEIRA, Sônia M. Guimarães. **Realidade do trabalho ao final do século XX** in Ser Social: Revista do programa de pós graduação em política social do departamento de serviço social da UnB. Nº. 5. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- LOUREIRO, Altair Macedo Lahud. **A velhice, o tempo e a morte: subsídios para possíveis avanços do estudo**. Brasília: Editora da UnB, 2000.

LEITE, Iolanda Lourenço. **Gênero, família e representação social da velhice.** Londrina: Eduel, 2004.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MASCARENHAS, Ana Cristina Belém. O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora. Goiânia: Alternativa, 2002.

MASCARO, Sonia Amorim. **O que é velhice.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

MELLO, Leonel Itaussu A. e COSTA, Luís César Amad. (org) **História Moderna e Contemporânea.** São Paulo: Scipione, 1999.

MESA LAGO, Carmelo e MULLER, Katharina. **Política e Reforma da Previdência na América Latina** in COELHO, Vera Schattan (org). A Reforma da Previdência Social na América Latina. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.** In Textos em representações sociais. GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs). 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais.** Fortaleza: Vozes, 2003.

NATIVIDADE, Eliane Tavares. **Adiamento da Maternidade. Do sonho à maternagem.** In www.portalteses.cict.fiocruz.br (1999)

NERI, Anita Liberalesso e DEBERT, Guita Grin (orgs). **Velhice e Sociedade.** Campinas: Papirus, 1999.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade. Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho.** V.I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade. Problemas Estruturais e Perspectivas para o futuro da Sociedade do Trabalho.** V.II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

- OLIVEIRA, Cristiane Madanêlo. **Infância e velhice atadas pela literatura infantil.** In www.graudez.com.br (2004)
- OLIVEIRA, Marcio S. B. S. **Representações Sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici.** In (www.bibvirt.futuro.usp.br) (2005)
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro.** São Paulo: Annablume, 2000.
- PIMENTEL, José. Previdência Social – Aspectos, conceitos, estruturas e fatores condicionantes. In **A Previdência Social no Brasil.**(Vários autores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e legitimidade.** In: **Crise social e multiculturalismo: estudos de sociologia para o século XXI.** São Paulo: HUCITEC, 2003.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber.** 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SANTOS, Geraldine dos Santos. **Os conceitos de saúde e doença na Representação Social da Velhice.** In Revista Virtual Textos e Contextos. n° 1, novembro de 2002.
- SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Identidade e aposentadoria.** São Paulo: EPU, 1990.
- SANTOS, Maria de Fátima de Souza, ALESSIO, Renata Lira dos Santos. **De quem é a culpa? Representações sociais de pais das zonas urbana e rural sobre adolescência e violência.** In ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira, SANTOS, Maria de Fátima SOUZA, Diniz, Gláucia Ribeiro Starling, TRINDADE, zeidi Araújo. (org) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. Estudos em representações sociais.** Brasília: Editora da Unb, 2006.
- SILVA. Adilson Ferraz. **A Representação Social da aposentadoria no Brasil.** In www.suesc.com.br

SIMÔES, Júlio de Assis. **A Previdência Social no Brasil: um histórico** in NERI, Anita Liberalesso e DEBERT, Guita Grin (orgs). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papirus, 1999.

STEPHANES, Reinhold. **Reforma da Previdência sem segredos**. Rio de Janeiro:Record, 1998.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 1993.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**. São Paulo: EDUSC, 1998.

VERAS, P. Renato (org). **Terceira idade: desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UnAtl-UERJ, 1997.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

Glossário

Arafertil – Araxá Fertilizantes S.A

BM - Banco Mundial

CAMIG - Companhia Agrícola de Minas Gerais

CAPs - Caixa de Aposentadoria e Pensões

CBMM - Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração

CCSS - Instituto Costa-Riquenho de Seguro Social

COBAP - Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas

COMIG - Companhia Mineradora de Minas Gerais

CUT- Central Única dos Trabalhadores

E.C - Ementa Constitucional

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMI – Fundo Monetário Internacional

Fosfertil - Fertilizantes Fosfatados S.A

IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INPS - Instituto Nacional de Previdência Social

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

PIB - Produto Interno Bruto

RS - Representações sociais

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – Serviço Social da Indústria

SINDMET- Sindicato dos metalúrgicos

SPS - Secretaria de Previdência Social

TRS - Teoria das Representações Sociais

VALEP - Mineração Vale do Paranaíba S/A

Roteiro de entrevistas

Nome: _____ Data de nascimento: _____
Estado Civil: _____
Grau de instrução: _____
Empresa que trabalhava quando se aposentou: _____
Ano da aposentadoria: _____
Tempo de trabalho no momento da aposentadoria: _____
Está trabalhando no momento? _____
Desde quando: _____
Cargo que ocupava quando se aposentou: _____
Cargo que ocupa atualmente: _____

1. Descreva como foi o planejamento de sua aposentadoria. Você já pensava em se aposentar? Como foi?
2. Você conseguiu sua aposentadoria parcial ou integral? Por quê?
3. Você se lembra do seu primeiro dia como aposentado? Como foi? Como você se sentiu?
4. Você se aposentou e continuou trabalhando? Por quê?
5. Como a empresa em que você trabalhava procede com relação a pessoas que se aposentam? Permite que o aposentado continue trabalhando na empresa ou não? Por quê?
6. Como as pessoas aposentadas são vistas no Brasil? Existe algum tipo de discriminação?
7. O que mudou na sua vida depois da aposentadoria?
8. O relacionamento com seus familiares e seus amigos foi afetado de alguma forma depois que você se aposentou? Por quê?
9. Que atividades você desenvolve atualmente?
10. Você acha que aposentadoria é sinônimo de velhice? Por quê?
11. O que é o trabalho para você e qual a importância dele na vida do ser humano?
12. Em sua opinião, até que idade as pessoas deveriam trabalhar? Por quê?
13. Por que as pessoas reclamam tanto do trabalho, mas não querem parar de trabalhar?
14. Se você tivesse muito dinheiro hoje, você deixaria o trabalho?